

# *Defesa Nacional*

---



**JUNHO  
1953**

**NÚMERO  
467**

**General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente**  
**General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.**  
**Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.**

**RIO DE JANEIRO**

**BRASIL**

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

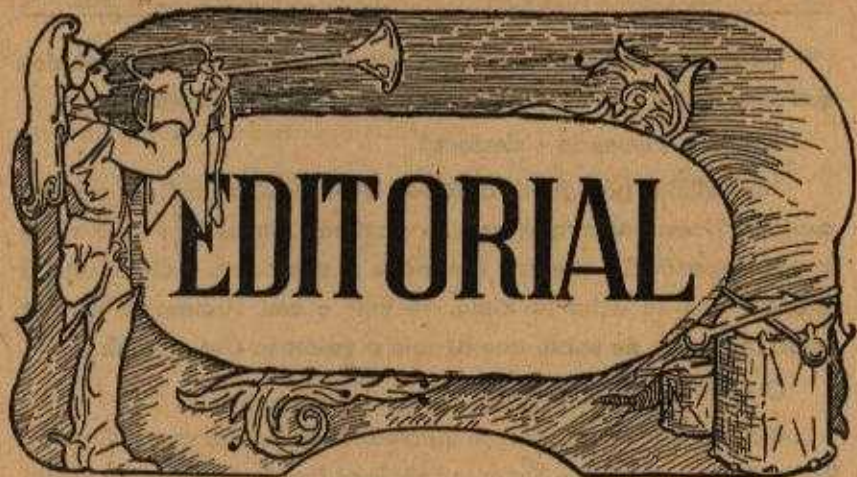
Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1953

N. 467

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                             | Págs. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Editorial.....                                                                                                                                              | 3     |
| ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL                                                                                                                            |       |
| Monte Caseros e o fuzil de agulha — Trad. e comentário pelo Jen. Klinger                                                                                    | 7     |
| O Exército de terra e as armas atômicas — Trad. do Cel. Adauto Castello Branco Vieira.....                                                                  | 13    |
| A cavalo, camaradas! — Cel. Enio da Cunha Garcia.....                                                                                                       | 17    |
| Da camuflagem nas posições da Artilharia de Costa Motorizada — Coronel Newton Franklin do Nascimento.....                                                   | 19    |
| As novas armas de guerra — Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.....                                                                                             | 23    |
| O GT nos movimentos preparatórios (Movimento misto a pé e motorizado) — Maj. José Costa Cavalcanti e Caps. Oswaldo Domingues e Octavio Costa.....           | 39    |
| Hitler e seus generais — Maj. Carlos Alberto da Fontoura.....                                                                                               | 61    |
| Grupamento tático de companhia — Trad. do Maj. Octavio Alves Velho.....                                                                                     | 67    |
| ASSUNTOS DE CULTURA GERAL                                                                                                                                   |       |
| Petrobrás ou eletrobrás? — Roberto Pinto de Souza.....                                                                                                      | 71    |
| A província do Chaco e o influxo geopolítico do algodão — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....                                                           | 79    |
| Dez razões pelas quais não convém à Rússia desencadear a guerra mundial — Trad. dos Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves e Maj. Heraclides de Araujo Nelson..... | 87    |
| GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR                                                                                                                                |       |
| Visita ao forte de Coimbra — Gen. Silveira de Mello.....                                                                                                    | 99    |
| O Tietê instrumento máximo de penetração do Brasil Sul Ocidental — Afonso E. de Taunay.....                                                                 | 105   |
| DIVERSOS                                                                                                                                                    |       |
| A inatividade dos militares — Cel. Arold Ramos de Castro.....                                                                                               | 111   |
| Divagações sobre a aviação comercial brasileira — Cap. Alfredo Augusto Amaral.....                                                                          | 115   |
| Guerra química — 1º Ten. José Murilo Beurem Ramalho.....                                                                                                    | 117   |
| A.C.A.R. — 2º Ten. Antonio Solêro.....                                                                                                                      | 121   |
| Assim é o nosso soldado — Padre J. Busato.....                                                                                                              | 125   |
| Um Capitão heróico — Sargento Esaú de Assis Republicano.....                                                                                                | 131   |
| NOTÍCIAS DIVERSAS.....                                                                                                                                      | 133   |
| NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....                                                                                                                        | 137   |
| ATOS OFICIAIS GERAIS.....                                                                                                                                   | 141   |



## RIACHUELO E O EXÉRCITO

Ao recordar o nome glorioso do chefe de divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, barão do Amazonas, por ocasião da data de 11 de Junho, a transcorrer neste mês, justo é que relembramos, também, os nomes do Cel. João Guilherme de Bruce, Comandante da Brigada do Exército distribuída entre os navios da imperial esquadra e os de seus gloriosos comandados, mortos, ao lado de seus irmãos da marinha, em defesa da causa do Brasil, naquela memorável jornada.

De fato, se Riachuelo foi uma pugna naval — e a propósito, o primeiro combate entre navios a vapor — nem por isso foi pequena a contribuição do Exército para a vitória da Marinha.

Soldados e marinheiros bateram-se como leões e, nos navios, "só o uniforme distinguia as corporações".

Basta dizer que, em cada navio, o número de marinheiros era equivalente ao de soldados. Em toda a esquadra, para 1241 marinheiros, havia 1281 soldados embarcados.

Mas vamos à luta. A bordo da "Parnaíba", elementos do 9º Batalhão de Infantaria, oriundo de Pernambuco, reforçam a guarnição naval.

Dá-se a abordagem dessa corveta por três navios paraguaios que lançam no seu tombadilho as suas forças de abordagem.

A luta é tremenda e desigual.

"Um oficial paraguaio dirige-se à pôpa e intima ao guarda-marinha Greenhalgh que arrie o pavilhão brasileiro: o heróico jovem responde-lhe com um tiro que o prosta morto. Outro oficial inimigo, que se acha próximo, vê cair o seu camarada e atira então um golpe de sabre que degola o valoroso Greenhalgh."

O entrevero se generaliza.

É aí que realizam proezas inacreditáveis os valorosos Capitão Pedro Afonso Ferreira e Tenente Feliciano Inácio de Andrade Maia, ambos do Exército, na defesa da bandeira do 9º Batalhão.

Atacados por uma horda de paraguaios, matam à arma branca os adversários, lutam com denodo e caem, afinal, mortos, cobertos de cutiladas e de golpes de machadinha.

Feliciano Inácio, particularmente, sustentou-se no seu posto até cair aniquilado pelos golpes do inimigo, tendo-se conservado, até então, como verdadeiro baluarte brasileiro. Quase ao seu lado, Marcílio Dias luta contra 4 guaranis, mata 2, porém cai também morto, mutilado de cutiladas, junto do rodízio que defendia.

E foi assim em todos os barcos. Soldados e marinheiros ir-mamaram-se para repelir os inimigos, onde quer que houvesse navios brasileiros em perigo.

A bordo da Jequitinhonha, outra corveta abordada, pereceram 10 praças do Exército e saíram feridas 15.

Na própria capitânea — a Amazonas — sucumbiram um cadete, um furriel e 5 praças e ficaram feridas 16 outras.

Ao todo, o Exército teve 25 mortos e 52 feridos para um total de 104 mortos e 123 feridos, em tôda a esquadra.

Os paraguaios perderam mais de 1.000 homens, 4 vapores e 6 baterias flutuantes.

Salve, pois, Barroso, o heróico Chefe de Divisão de nossa Esquadra, nessa pugna gloriosa!

Honra pois ao Exército embarcado sob o comando de Bruce. A bordo, como em terra, soube cumprir o seu dever, batendo-se com denodo pelo ideal da Pátria.

Salve ainda Greenhalgh, Marcilio Dias, Pedro Afonso e Feliciano Maia!

### AOS SRS. OFICIAIS — ASSINANTES

A Diretoria desta Revista vê-se na contingência, há longo tempo prevista, de aumentar o preço das nossas assinaturas. A medida, é claro, aplicar-se-á aos novos assinantes e aos que desejarem renovar assinaturas.

Vendendo a Cr\$ 6,66 o exemplar — preço unitário para as assinaturas anuais de Cr\$ 80,00, até então em vigor — e sendo o custo real do exemplar de Cr\$ 12,50, vínhamos cobrindo a diferença, num esforço para manter a tabela vigente, com as importâncias arrecadadas com os anúncios.

O custo incessante do material e da mão-de-obra, contudo, força-nos a fazer um reajustamento da referida tabela.

Dizemos reajustamento porque o aumento da assinatura anual para Cr\$ 100,00 ainda vai nos deixar um prejuízo de 33 %, por exemplar, porquanto passará a ser vendido por Cr\$ 8,33, sendo a diferença, agora menor, em relação ao preço de custo real, ainda coberta pelos anúncios.

Mesmo o exemplar avulso, vendido a Cr\$ 10,00, deixa-nos um prejuízo de Cr\$ 2,50. Temos de elevá-lo para Cr\$ 15,00.

É preciso que se diga que os anúncios, em que pese à campanha pela intensificação de sua angariação, não podem compensar integralmente a parcela da receita desta Cooperativa preenchida pela subvenção de cem mil cruzeiros que nos era concedida anualmente e que nos foi suprimida desde o ano p. passado.

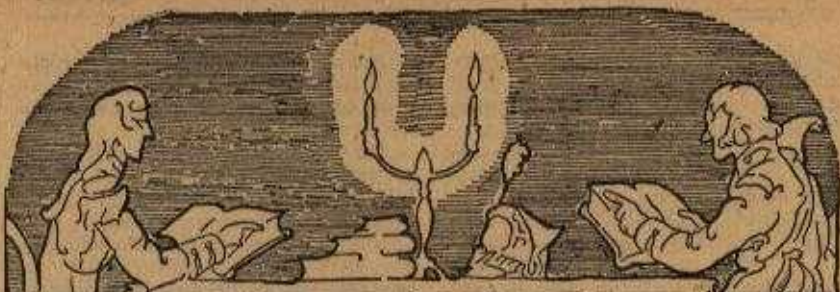
Somos, assim, forçados, a contra-gosto, a alterar os atuais preços, providência que vínhamos procurando evitar de tomar para não criar maiores dificuldades financeiras aos Srs. oficiais.

Esperamos que o pequeno aumento de Cr\$ 80,00 para Cr\$ 100,00, nas assinaturas anuais e o de Cr\$ 40,00 para Cr\$ 50,00, nas semestrais, bem como a elevação de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 15,00, no preço avulso do exemplar, sejam recebidos, por todos, com o mesmo espírito de compreensão que os levaram a apoiar, durante 40 anos, esta obra de cultura intelectual que trabalha incessantemente pelo aperfeiçoamento profissional do nosso Exército.

A nossa revista circula pelos quatro cantos do Brasil e mesmo pelo exterior, numa mensagem, que se renova todos os meses, de fé nos destinos do Brasil, levando, a todos os que a lêem, a par da cultura profissional, o culto pelos nossos grandes chefes militares, o debate sereno dos problemas nacionais, a defesa das nossas mais caras tradições e a chama do amor sagrado pela Pátria.

Está em todos nós, portanto, apoiá-la para que sobreviva, principalmente neste ano em que completa o seu 40º aniversário de fundação.

Agradecendo aos camaradas que nos têm apoiado com subscrição de assinaturas, valemo-nos do ensejo para reafirmar a todos a nossa inabalável decisão de, contando com o valioso auxílio dos Srs. oficiais colaboradores, melhorar sempre e cada vez mais a nossa revista, pois ela é o espelho da capacidade profissional do Exército, e como tal, deve refletir, com fidelidade, o nosso valor como militares.



# CULTURA PROFISSIONAL

## MONTE CASEROS E O FUZIL DE AGULHA

Por A. BARÃO ENGELHARDT

Tradução e comentário pelo Jen. KLINGER

Prosedente de BUENOS AERES, resebo maes uma axega às minhas anotações a "OS REZIMGÕES": é dum estúdio da história das armas de fogo, A. barão ENGELHARDT, e o seu escóte resultará em importante corrienda.

É ce afirma S.S. ce o armamento maes moderno da época, por nós empregado em MONTE CASEROS, em escala de amóstra, pela Cia. de lejonários alemães, não éra o fuzil depoes universalmente conhesido como "de agulha".

Traduzimos, a seguir, a interesantissima misiva, com o propóziito de comclamar a rezolverem a cestão os nósos estúdiózos da matéria, notadamente os especializados do departamento do material bélico e da Escola Técnica do Ezérsito.

"BUENOS AERES, 21 de agosto de 1952 — Sr. Jeneral Bertoldo KLINGER.

Fazem já muintos anos, me dedico, aci em BUENOS AERES, ao estudo da história das armas de fogo, entre elas, naturalmente, o fuzil de agulha de percussão. Te-

nho publicado, em várias linguas, toda uma série de trabalhos a respeito. Agora mezm<sup>o</sup> tenho nos EUA., em negostasões para edição, um livro, prezizamente sobre o fuzil de agulha de percussão e sua história. Ai espontaneamente surgiu a cestão: foe empregado? tal fuzil em MONTE CASEROS? cazo afirmativo, em ce proporsão?

Na revista "MILITARY AFFAIRES" do "MILITARY INSTITUTE OF THE US." publicei á alguns anos um artigo, muinto amputado pela redasão, sob a epigrafe "THE BATTLE OF CASEROS — The Down of Modern ARGENTINA"; em segimento ao mezm<sup>o</sup>, publicei a 4-11-1949, na "FREIE PRESSE" de BUENOS AERES, outro artigo, sob a epigrafe "Oje a 97 anos". Em ambos aseverei ce asenta em erro a afirmasão de ce tenha sido empregado o fuzil de agulha em MONTE CASEROS.

Aconteseu ce na revista "SUED AMERIKA" n. 5, o Sr. Albert SCHMID publicou um artigo, "DIE BRUMMER", no cual leio o seguinte: "Com os fuzis de agulha,

de tiro rápido e seguro — o ezêrsito brasileiro era armado de fuzil de pederneira — prestaram eles, como atiradores, muito bons serviços..." Escrevi, então, ao Senhor SCHMID e ele teve a gentileza de mandarme um exemplar do seu folheto "DIE BRUMMER", bem como um da tradução e anotação de V. Es., ao mesmo tempo me aconselhando a ce, no caso de restar dúvida, me dirijise a V. Es.

Apezar das minuciosas explicações dessa carta do Sr. SCHMID e dessas anotações de V. Es., continuam de pé grande parte das minhas dúvidas referidas. Poriso me permito, pela presente, submetelas a V. Es.

Devo desde logo advertir ce até agora não tive á disposição nenhuma fonte brasileira, exclusivamente as argentinas; de modo ce é de coloração fortemente argentina o ce eu sei a respeito da batalha.

O meu aludido artigo da "FREIE PRESSE" foi encabeçado por uma explicação da redação: "Este artigo, previsto para a edição de ontem, aniversário da batalha, só teve espazo na presente edição, em razão das atoaes dificuldades, do conhesimento de nósos leitores." Ai escrevi eu:

"Para nós alemães é de especial interesse a afirmação de vários historiadores de ce seria composta na maior parte de tropas mersenárias alemãs a forsa brasileira ce teve destacada atoação na vitória, forsa garbózamente denominada Divisão, comquanto seu efetivo mal somase 5.000 omens.

Se bem ce oje em dia seja difisil comprovar se nas unidades brasileiras partisipantes da batalha figuraram pecenos trécos constituídos de alemães, (já agora está rezolvida, contrariamente ao meu modo de pensar, esa cestão, grasas ao trabalho de SCHMID e ás anotações de V. Es.; de bomgrado reconheso o meu erro, rezultante, como asima referi, de me averem faltado fontes brasileiras), é comtudo absolutamente séрто ce não figuraram na batalha unidades consideráveis de leijonários ale-

mães, e, muito maes, ce a vitória fásil do ezêrsito aliado não foe devida ao fogo devastador dos fuzis de agulha alemães.

Em fato, o governo brasileiro angariou leijonários na ALEMANHA, principalmente em HAMBURGO. Na sua maior parte eram oficiais e prasas do ezêrsito do SCHLESWIG-HOLSTEIN, ce acabava de ser llemiado; maz os contratos foram individuais, não por unidades constituídas. Nessas condições foram esos mersenários transportados para o BRAZIL e só ai formados em unidades. Tanto o ezêrsito aliado, como o de RÓZAS, estavam armados de fuzil de pederneira. Só em novembro de 1852 foe ce o ezêrsito argentino resebeu as primeiras armas de percusão; e o brasileiro só em 1855.

Maz ainda uma outra circunstância depõe contra a applicação do fuzil de agulha na campanha em caoza. Foe em 1841 ce o ezêrsito prusiano adotou o novo fuzil de agulha, o cual, com vistas á conservação do segredo, foe denominado "fuzil leve de percusão". Foram adquiridos apenas 60.000 exemplares e só em 1848 distribuídos a unidades escolhidas, conservado em uzo o fuzil de antecarga, nas demaes.

O primeiro emprego do fuzil de agulha em campanha, em pequena escala, teve lugar, por tropas prussianas, no SCHLESWIG-HOLSTEIN, em 1848-50 e na sufocação da insurreição de BADEN em 1849. (Ver no fim de m/carta as unidades ce partisiparam).

Só depoes dessas esperiências favoráveis é ce se pasou á jeneralização da distribuição dese armamento, ainda com forte opposição dos maes altos círculos militares, e só foe concluída pelo fim do desênio de 50.

Asim sendo, fica evidente ce o ezêrsito referido do SCHLESWIG-HOLSTEIN, não podia estar armado do fuzil de agulha, portanto não poderia o mesmo ter sido trazido para o BRAZIL, ainda admitido ce os veteranos do mesmo tivessem sido angariados com suas armas. Além diso, como referimos,

a esse tempo o fuzil de agulha ainda era repudiado por numerosos militares de alta hierarquia. D'estarte, nenhum motivo tinha o governo brasileiro para adotar uma arma, e só se celebrizaria depois das guerras de 1864 e 66, mezo mo ce se lhe tivese deparado a oportunidade."

Até ai o meu artigo. Admitamos, contudo, ce ajaom sido fuzis de agulha os ce subjugaraom a artilharia de CHILAVERT. Como poderia? a administrasão brasileira ter dezenhado esse fato, ao adcirir novo fuzil em 1855? como? teria ela, então, recorrido ao fuzil de percussão, já anticuado, em vez dese fuzil de agulha ce tão brilhantemente demomstrara sua eselêmsia?!

Das suas anotações, Sr. Jeneral, taombém se vê ce em novembro de 1852 o BRAZIL cojitou duma escola de tiro: ce foe feito d'ela?

Como explicar? ce militares, como E. MITRE e D.F. SARMIENTO, ce depois foraom prezidentes da Republica ARJENTINA, não tivêsem sabido da extraordinária effisiêmsia dese fuzil, tanto ce a ele se não referiraom em seus numerosos escritos? Como explicar ce? escritores sympathicos a RÓZAS, como SALDIAS, ce narra a batalha, com baze em relatórios contemporâneos, numa versão inteiramente diversa da ofisial argentina, tenha omitido a circumstâsia desiziva para a derrota, e ce taombém a desculparia?

Como explicar ce? na entrada festiva das tropas aliadas em BUENOS AERES, depois da vitória, e da brilhante resepsão oferesida á ofisialidade brasileira, nimgem dentre os multos militares prezentes, nasonaes e estramjeiros, tivêse as vistas atraidas para a arma tão diferente da de pederneira, ce, entretanto, teria xamado a atemsão mezo mo de leigos?

Em 1852 a ARJENTINA comesou a substituir seus fuzis de pederneira pelos de percussão, alma liza. Prosedeu com tanta lentidão, ce ainda na guerra do PARAGUAIE figuraraom unidades inteiras armadas com o fuzil de pederneira, e só durante a campanha foraom rese-

bendo armas de percussão, de diversos sistemas. Maes tarde, especialmente a cavalaria resebeu taombém armas nórteamericanas de rétro-carga, e até clavinas de repetisão, bem como fuzis raeados de ante-carga, de fabricasão ingleza. Dizem ce os fuzis alemães lizos de percussão, fornecidos de LIÉGE, foraom miseráveis. Por ce? a esse tempo a nimgem lembravaom as armas de agulha? cujos extraordinários méritos os arjentinos aviaom sentido na própria carne?

Se o BRAZIL e a ARJENTINA tivêsem deduzido as consecuêmsias do effeito do fuzil de agulha em MONTE CASEROS, muito outra teria decorrido a guerra do PARAGUAIE. Não o fizêraom, porém. Por ce? Não á-de ter sido por falta de recursos, pois ce outras armas foraom adciridas. E na época não faltavaom no mercado fuzis de agulha. Igualmente F.S. LOPEZ não as adceire, comcuanu seus agentes na EURÓPA diligemsiem á procura do ce de melhor pósaom obter, e até lhe mandaraom canhões e fuzis WHITWORT.

A razão ce a tudo iso explica é ce em MONTE CASEROS não foe empregado o fuzil de agulha.

Todo acele complexço de perguntas tem solusão fâsil, e confirma meu módo de ver, Sr. Jeneral, dezde ce ezaminemos ezatamente os termos da ordem do dia de CAXIAS, de 5-II-52, referido em sua nota 28, páj. 53. Refiro-me ao passo ce diz literalmente: "... armados com espíngarda de alfinete..."

O meu conhesimento da lingua portugeza não vae lá das pernas; maz a sua explicasão, ce está em segida, não deixa dúvida. Lá está: "Nôte-se no "alfinete" outra versão, em vez de agulha, para o termo framsez "tíge", em alemão "Nadel"..."

Não. O Marcez de CAXIAS sabia ezatamente o ce ceria dizer. De pleno propóxito empregou ele o termo "alfinete", do framsez "tíge", e não "agulha", em framsez "aiguille". Propozitava S. Es., com iso, evitar cualcêr confusão com o "Nadel", alemão, pois "tíge" se traduz em alemão por "tromco, es-

lampa, cabo, aste, talo, fuste de coluna, cano de bôta" jamaes "agulha". Na linguagem framseza especializada, de armamento, a qual S. Es., sem dúvida, senhoreava, "tíge" significava unicamente, em alemão, "Dorn", espinho, esporão, pua; e na composição framseza "fusil à tíge", em alemão "fusil de pua", se applicava á arma então jeneralizada no ezêrsito framsez, sistema THOUVENIN. O mezmo fusil dese sistema era então muito uzado em vários ezêrsitos de estados alemães, entre eles a PRÚSIA, onde era representado pelo fusil de casadores modelo 1835, SACSÔNIA, OLDENBURGO, BAVIERA, HESSE-NASSAU, MECKLEMBURGO, & O fusil de agulha de percussão xama-se em framsez "fusil à aiguille".

Temos, portanto, a declaração official do comando das tropas brasileiras, feita 2 dias após a batalha, declaração clara e positiva, segundo a qual os 80 atiradores alemães se figuraram como companhia, sob o comando do Ten. WILDT, estavam armados de fuzis "à tíge", isto é, armas de antecarga, alma raaada. Sem dúvida, taes armas eram superiores ás de pederneira, de antecarga, alma liza, uzadas por todas as maes unidades de ambas as partes; entretanto, de nenhum modo, suscitaram a estranheza ce teriam produzido armas de rétro-carga, pois acêlas armas de percussão não constituíam novidade, conhecidas ce eram das armas particulares.

A nôsa interpretação ainda é confirmada pela nôta 29, segunda proposição, ce reza: "... ce mandava armar em cada Btl. I. uma Cia. com espingarda à tíge e em cada RC. uma Cia. (sic) com clavina de agulha..."

Ai temos em clara opposição as duas espresões: espingarda "à tíge", dèsta vez directamente em framsez, a escluir qualcêr dúvida — e clavina de agulha.

"Clavina", ao ce me é conhecido, é o nome dado á arma curta da cavalaria; só em 1854 foe dada a clavina de agulha á cavalaria prusiana. Verdade é ce avia uma espingarda de agulha modelo 1849,

uzada de fins de 1851 até 1856 pelos Casadores e Atiradores da Guarda Prusiana; não pôde estar em caoza.

Ainda infôrma V. Es. ce o alféres OCHS foe incumbido de instruir pessoal no emprego da espingarda "à tíge"; assim, em toda parte nada de fusil de agulha, arma de manejo e emprego inteiramente diferente do da arma de pua.

Até 1851, a unica fabrica na EUROPA ce produzia fuzis de agulha era a de DREYSE, em SÖMMERDA, a qual, depois do fornecimento das primeiras 60.000, esteve absorvida em produzir a segunda série de igual quantidade, para a PRÚSIA.

Em 1851 as outras quatro fabricas prusianas addiraram o direito de fabricar armas de agulha.

Só bem maes tarde foe ce CRAUSE, em HERZBERG, comecou a fabricar armas de agulha, porém, maes semelhantes á prusiana modelo 1862.

Tropas prusianas armadas de fusil de agulha combateram em 1849, em DRESDEN e em BADEN. Foe o Btl. de Fuzileiros do 1º R. de Granadeiros da Guarda e (no SCHLESWIG-HOLSTEIN:) os Batalhões de Fuzileiros dos R. 20, 24, 26, 27 e 31º. Só no SCHLESWIG-HOLSTEIN o Btl. Fuz. n. 12.

A maeor parte das unidades prusianas da campanha do S. H. estavam armadas do fusil de infantaria modelo 1839, de alma liza, com fexo de percussão. De modo ce taombém não teria existido a fonte para acizisão de armas de agulha. Já o 7º Btl. Casadores, ce partisipou na campanha do S. H., possuia os fuzis de casadores THOUVENIN modelo 1835.

Verdade é ce as narrativas de velhos lejonários refêrem espresamente o fusil de agulha. Como soldados velhos, aviam de saber o ce diziam. O Sr. SCHMID cita os depoimentos de treis deles. Ezatamente o mezmo ce CAXIAS diz C. LENZ, comquanto ele próprio não tivêse estado em MONTE CASEROS. Taombém diz o mezmo, praticamente, H. SCHAEFER;

e este escriturou um diário, ce devia, poes, ser fidedigno; narra taombém o regrêso do pesoal vemsedôr, ce pôde perfeitamente ter prezemiado. A meu ver, dêve ser escludo o depoimento de F. SOMMER, porcê refêre "duas" companhias e clavinas de agulha, as cuaes, como vimos, ainda não existiaom. A. PORTO, sitando a ôrdem do dia de CAXIAS, não sei por ce, faz o marceiz uzar a espresão "espimgarda de agulha", em contradisção com o testo sitado por V. Es. Alguma coeza ai não comfêre!

O ce parêse inecivoco é ce os 80 omems não formavam unidade comstituida, preezistente: foraom catados das divêrsas unidades, para formar uma Cia. E, sabido ce todo o pesoal restante éra armado de fuzis de pederneira, de onde? teriaom, súbito, aparesido os fuzis de agulha, para eses 80 omems? E maes: teriaom sido derepente atirados ao combate omems inteiramente desprovidos da imstrusão peculiar ao armamento diferente? E, de onde vinha a munisção correspondente? ce em campanha não podia ser produzida sem a indispeinsavel macinária? O unico depoimento difisil de contraditar é, poes, o de SCHAEFER; maz não teria sido eie vitima dum emgano? ou, não teriaom alterado a redasão de seu diário, de módo a fazer apareser os fuzis de agulha?

Dezejo ainda referir aci os fuzis sistemas AKLEN e SNIDER, adotados nos USA. e na IMGLA-TERRA, modifacão das armas raeadas de infantaria; foraom denominados "needle puns", por caoza de suas compridas astes de percusão, o ce vem a ser a mezma denominasão de armas de agulha.

Vimos como da "tixe" salu a agulha: na istória do armamento ouve outros ce taes ecivocos, maes graves, cometidos de boa fé.

A unica solusão, cabal e inatacavel, seria emconrada se nos arcivos militares brasileiros ezistisem próvas da acizisção contemporânea de armas de agulha e munisção correspondente; ou de sua alienasão, efetuada maes tarde, o ce ecl-

valeria a demomstrar ce as mezmaz tivêsem estado em uzo.

Nenhuma das mensionadas fontes refêre ce a Lejião tivêse trazido armas de fogo da ALEMANHA, e élas só aparêsem depoes ce a Lejião já estava algum tempo no URUGUAË. De onde teriaom provindo ésas armas de agulha? Sem dũvida, DREYSE não poderia avêlas fornecido, de módo ce só poderia tratar-se de armas de contrabando, provenientes do S. H. Maz, teriaom sido adciridas tão numerosas?

Dêvem ezistir documentos a ese respeito. E: ce foe feito dêsas armas, depoes do lisensiamiento dos BRUMMER? Sem dũvida, não ficaraom em poder dos omems.

Muinto lhe agradeceria, Sr. Jeneral, se cizêse pronunsiarse sobre as perguntas ce aci formulei. Talvez V. Es. pôsa consultar as respectivas fontes dos arcivos brasileiros. ... (Asinado:) A. Barão ENGELHARDT."

PÓSFIASIO — I. a) Das minhas anotasões a "OS REZIMGÕES", a de n. 17, na parte ce refêre o transpôrte das primeiras companhias da Legião Alemã, do RIO DE JANEIRO para o Sul, faz depreender prezizamente ce toda a infantaria dêsa Lejião foe armada das "nóvas espimgardas de percusão"; e ce ese armamento não veio com os omems, maz separadamente, tanto ce as duas companhias ce primeiro tivêraom acele transpôrte só tivêraom suas armas remetidas pelo navio em ce seguiu a terseira dêsas companhias.

b) Segundo a nôtã 37, ainda em 1856 se falava entre nós, ofisialmente, em "espimgarda à tixe".

II. Independente das investigasões em arcivos, a argumentasão matematica do Barão ENGELHARDT lêva-me a dar por boa a sua tize de ce não tínhamos arma de agulha em MONTE CASEROS.

A contemporânea espimgarda maes moderna uzada pela Lejião Alemã, superior á de pederneira, ce armava o rêsto do nóso ezêrsito, éra ainda uma arma de carregar pela boca, porém de cano raçado

seja para ter artilharia atômica de maior alcance que nosso canhão atômico, estamos desenvolvendo projetis dirigidos e foguetes que possam receber cargas atômicas. Estivemos instruindo Unidades de projetis dirigidos e foguetes durante algum tempo e, agora, estamos ampliando o campo deste programa de instrução.

Estas são as realizações e as direções adotadas. São muito alentadoras; mas não dão motivos para ficarmos satisfeitos. A maioria das armas atômicas para uso do Exército são armas para o futuro. Mas enquanto o Exército pensa no futuro, deve preparar-se para combater no presente. A guerra, que devia eliminar o homem do campo de batalha, existe somente no campo da imaginação.

Esta é a razão pela qual o Exército — com seus serviços irmãos — está hoje alcançando um são equilíbrio entre o que podemos conseguir imediatamente em matéria de força militar e o que aspiramos chegar. Por isso, temos continuado a melhorar as armas e aumentado a potência de fogo das Divisões de nosso Exército, as mesmas que estão lutando hoje na Coreia. Comparada com a G.M. II, a Divisão de Infantaria de hoje tem uma potência de fogo 50 % maior e nossas Divisões Blindadas e Aero-transportadas têm experimentado um aumento semelhante de potência de fogo.

Ainda que seja demasiado cedo para prever os efeitos definitivos que terão as armas atômicas sobre a guerra terrestre, já aparecem algumas influências. Está claro, por exemplo, que a ameaça de armas atômicas na futura guerra terrestre exigirá u'a maior dispersão das forças atacantes e defensoras. As grandes concentrações de tropas e material, como as da invasão da Normandia, convidariam seguramente a um ataque atômico. Com efeito, numa guerra atômica, a tática tenderá a obrigar o inimigo a concentrar-se para constituir um objetivo produtivo para as armas atômicas. Uma arma atômica pode favorecer a um

defensor que tenha a oportunidade de construir posições defensivas fortes e dispersadas, especialmente sob a superfície do terreno.

A necessária dispersão das Unidades terrestres para não constituir um alvo útil para as armas atômicas, criará problemas de comando e comunicações. A dispersão de Unidades de combate e serviços os fará mais vulneráveis aos ataques de guerrilheiros inimigos. A organização de tropas para enfrentar este tipo de guerra deve basear-se na constituição de Unidades pequenas, mas fortemente armadas e autônomas. Para lutar com ataques de guerrilhas — como os que nós encontramos na Coreia —, os soldados do chamado escalão de retaguarda deverão ser instruídos e equipados com maior amplitude que no passado para defender-se por si mesmos.

O emprêgo de armas atômicas táticas colocará em lugar proeminente os serviços de informação. Muitos objetivos apropriados, como concentrações de tropas a descoberto, preparadas para o ataque, a passagem de um rio ou uma operação anfíbia, são de pouca permanência. Golpes de mão, uma cuidadosa e rápida interrogação dos prisioneiros inimigos e o uso inteligente de agentes secretos permitirão identificar e valorizar tais objetivos a tempo de atacá-los com armas atômicas.

Nossa doutrina é flexível por necessidade e se modifica à medida que aparecem novas descobertas técnicas e armas. Mas a estamos desenvolvendo e publicando em manuais, compatíveis com as exigências da segurança, para pôr ao corrente nossos soldados sobre as descobertas atômicas e acostumá-los a ter presentes as armas atômicas em suas idéias táticas.

Tão pouco limitamos nossa instrução sobre armas atômicas à publicação de manuais. Durante algum tempo enviamos oficiais do Exército e especialistas civis do mesmo a uma escola em Sandia

Base (Novo México) para estudar as características e emprego das armas atômicas. Estabelecemos cursos de guerra atômica em todas as Escolas do Exército, desde as mais elementares às mais elevadas. Estes cursos incluem a solução dos atuais problemas de combate criados pelo emprego das armas atômicas. Em futuro próximo, pensamos começar a instrução individual e de Unidades para a guerra atômica.

Para alguns dos soldados que participaram do exercício do Longhorn, uma arma atômica era já algo mais que um conceito. Haviam assistido, antes, ao exercício de Desert-Rock, realizado em Nevada, em novembro de 1951, para mostrar a milhares de observadores do Exército o que podia e não podia fazer uma arma atômica contra tropas de terra desenvolvidas. Durante o exercício de Desert-Rock, submetemos questionários a nossos soldados antes e depois da demonstração. Escritas em linguagem de soldado não muito correta, havia entre as respostas alguns conceitos típicos:

"O "fox-hole" é uma invenção maravilhosa."

"Eu contaria com a bomba atômica como uma arma tática."

"Vocês não podem pôr a Infantaria fora de combate."

Os resultados destes questionários serão úteis para o ensinamento das tropas nos futuros exercícios.

Não resta dúvida de que as armas atômicas imporão mudanças de importância na preparação de nosso Exército, em caso de guerra, para que possa cumprir sua tradicional missão de enfrentar e destruir um inimigo terrestre. Ao mesmo tempo, cuidamos de encher nossos arsenais com armas, não com projetos. Como as armas atômicas começam sendo pro-

jetos e ali se convertem em material, estamos juntando-as ao nosso arsenal. Ao mesmo tempo, estamos tratando, com decisão agressiva, de eliminar as armas que podem ser substituídas com segurança por este novo material. É muito difícil dizer quais as armas que serão substituídas; mas temos comprovado que se não de fazer tais eliminações, se quisermos conservar nossa economia, ao mesmo tempo que aumentamos a segurança militar da nação.

É muito cedo para determinar com algum grau de exatidão a influência que terão as armas atômicas sobre o "fator custo" de nossas forças armadas. Estamos satisfeitos porque, provavelmente, proporcionarão maior rendimento para a defesa do dólar do que proporcionam agora algumas de nossas armas normais.

Entretanto, em outros setores diferentes do da energia atômica, o Exército está também mirando o futuro. Com efeito, estamos levando a cabo um forte programa de investigação e desenvolvimento que alcança todos os campos da guerra terrestre e a defesa do terreno contra a aviação inimiga.

Há uma tendência, por parte de alguns, em pensar que o soldado de terra está antiquado nesta moderna era de máquinas; e penso que isto procede em parte do desejo natural de encontrar uma solução simples e fácil, que não é tão simples nem tão fácil; e de outro lado, de que o Exército tem sido modesto e conservador ao apresentar sua moderna contribuição ao problema geral.

Eu posso assegurar que o Exército de Terra está preparado para representar a sua parte, e com eficácia, em uma era atômica; e que o dia em que o papel do soldado a pé for olvidado em nossos planos de defesa, será um dia trágico para o mundo livre.

# A CAVALO, CAMARADAS!

Cel ENIO DA CUNHA GARCIA



**L**M lendo, no número de dezembro próximo passado, desta Revista, o artigo: "A Cavalaria nos Exércitos modernos", tivemos sobejos motivos de satisfação:

1) sempre nos batemos pela conservação das nossas D.C. a cavalo;

2) vendo discutido, no país que tem o mais moderno exército do mundo, os Estados Unidos, a necessidade da organização de suas D.C. hipo.

Todos nós conhecemos a mentalidade americana-objetiva e prática — motivo suficiente para admitirmos que não será por amor às tradições que os seus senadores vão se dar ao trabalho de discutir se reorganizam ou não as D.C. hipo.

Os motivos apresentados pelos que travam a polêmica não são frutos da imaginação e, sim, colhidos através às declarações de vozes autorizadas, que fizeram a guerra e, como tal, sofreram as conseqüências da apressada decisão de suprimiu as D.C. hipo. Portanto, nós cavalarianos, frente aos fatos que nos narra o articulista, somente podemos esperar a voz de "a cavalo", porque, se os senadores americanos chegaram à conclusão de que os Estados Unidos necessitam de três D.C., nós brasileiros, nem devemos discutir, pois necessitaremos de nove, uma vez que nossas razões, para conservação das D.C. hipo, são poderosas e indiscutíveis. É voz corrente, mesmo entre nós, profissionais, que na guerra moderna não há mais lugar para uma cavalaria a cavalo.

Já várias vezes temos tido a ousadia de contrariar tão apressada afirmativa, quão nociva à mentalidade das massas, facilmente levadas pelo que ouvem.

Não nos batemos por uma cavalaria a cavalo, levados apenas pelo grande amor que dedicamos ao mais leal amigo do homem, e sim, porque, em nossa decisão, consideramos certos fatores que não podem ser desprezados. Não somos contra a motorização ou mecanização de nosso Exército, porque assim, atestaríamos a nossa estagnação, frente ao progresso que impulsiona a evolução de todos os meios, sejam de fazer a guerra, ou de trabalhar na paz. Somos por uma cavalaria equipada e armada de acórd com as nossas possibilidades materiais, nossos prováveis teatros de operações e, conseqüentemente ditada pelas nossas necessidades. Combatemos sim, e com todo o nosso ardor, uma motomecanização apressada, total e indiscriminada, porque desejamos evitar as suas funestas conseqüências, se a guerra, amanhã, vier e nos faltar gasolina, o óleo, as peças sobressalentes e mais que tudo, a mentalidade motomecanizada indispensável no perfeito emprego e justa e adequada manutenção dos meios.

Os alemães, que assombraram e assustaram o mundo com suas forças blindadas e sua guerra relâmpago, submergindo na sua avalanche de aço e fogo, cidades e nações, confessaram que perderam a guerra na frente russa porque não dispunham de uma cavalaria a cavalo, capaz de se opôr às ousadas intervenções da cavalaria sovié-

tica, que, bem instruída e equipada, soube manobrar nos espaços livres, atacar os flancos e as retaguardas germânicas, sem respeitar a neve, o gelo ou a lama que paralizavam os blindados.

Os americanos também confessam que na África, Sicília e na Itália, faltou-lhes uma cavalaria a cavalo, única capaz de apressar o desfecho das campanhas, pelas suas aptidões à manobra, ao aproveitamento do êxito, poupando assim as baixas, em material e homens, normais em todas as ações frontais.

Agora, na própria Coréia, já clamam por uma cavalaria a cavalo para, progredindo entre os grandes eixos de penetração, cobrir os vulneráveis flancos dos blindados, ou ainda, através campo, chegar aos flancos ou retaguardas inimigas, apressar a vitória, impedir seus suprimentos ou levar-lhes a desorganização e a desordem, começo do fim.

E nós, frente aos nossos prováveis teatros de operações o que diremos? Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande são como a Rússia — um cemitério de rodas e lagartas — onde por vezes nem caminhos existem. Aquêles que conhecem o Rio Grande, que já "peludearam" nos corredores (auto estradas na carta), jamais pensarão em entregar aos apouques nossos preciosos cavalos ou reservá-los apenas para disputas hípias; jamais permitirão, sem lutar, que se pratique tão grave erro, não contra a cavalaria, mas contra a própria segurança nacional, uma vez que, se a guerra vier, e nossas divisões ficarem atoladas e imobilizadas por falta de gasolina, peças e capacidade profissional, os tributos que pagaremos serão tão pesados em homens e material que difícil será avaliar sua extensão.

A cavalaria a cavalo é facilmente improvisada, dizem os adeptos da motomecanização; no Rio

Grande, Mato Grosso e outras regiões de vida pastoril, os cavaleiros nascem feitos. Puro engano, grande ilusão. Os gaúchos não fazem a guerra há mais de vinte anos, não estão mais afeitos às guerrilhas, embora se conservem capazes de, com três meses de instrução, serem enquadrados em subunidades instruídas e aptas.

Os gaúchos serão os soldados que formarão os pelotões, os esquadrões, os regimentos; porém os chefes de todas estas frações não podem ser improvisados. Será que jovens nascidos de macacão e cheirando a gasolina poderão arrastar os gaúchos numa arrancada em direção ao flanco inimigo, sem olhar onde pisam, ou de parar com o próprio corpo do cavalo uma arrancada do inimigo?

Somos por uma motomecanização metódica, progressiva, parcial, baseada, antes de tudo na obtenção da mentalidade motomecanizada, misto de amor e conhecimento do motor e não no que ele tem mais cômodo — a chave de ignição.

Por isto, somos por uma acurada seleção dos quadros para as unidades motomecanizadas, por forma a não tornar a arma blindada um refúgio para aqueles que fracassaram na cavalaria, pelo que ela tem de mais belo — o gosto pelo perigo e o cavalo. Cavalo e motor, ambos precisam de uma vontade férrea e decidida para impulsioná-los, de muita ousadia, muito espírito de sacrifício e abnegação.

Se antes, batiamo-nos pela D.C. hipo, hoje, com o apoio que nos trouxe o artigo em foco, deixamos a palavra com os responsáveis pelas diretrizes gerais de nossa organização, certos que não serão esquecidas as lições da última guerra e a palavra dos experimentados chefes que têm a coragem de confessar seus próprios erros.

Cavaleiros de Andrade Neves, a cavalo, pelo Brasil.

# DA CAMUFLAGE NAS POSIÇÕES DA ARTILHARIA DE COSTA MOTORIZADA

Pelo Cel. NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO

## INTRODUÇÃO



O vocábulo *camuflage* é um galicismo que fomos obrigados a introduzir em nossa linguagem militar, para distingui-lo da expressão *disfarce*, que tem sentido militar menos preciso. Com efeito, *camuflage* é o ato de dissimular no terreno, por meios naturais ou artificiais, qualquer posição ocupada com todo seu pessoal, material e equipamentos, enquanto que a expressão *disfarce*, conquanto semelhante, possui um significado mais geral e até burlesco, qual seja o ato de disfarçar a voz, tornando-a voz de falsete, além de outros exemplos, inclusive nos animais, como no caso do camaleão e outras espécies de lagartos (lei do mimetismo).

O tema da *Camuflage*, na artilharia de costa motorizada, é muito antigo, mas nem sempre obedecido, não obstante as graves consequências que disso possam resultar na guerra.

Por ser um assunto muito vasto, vamos apenas resumi-lo, dentro de nossas fracas possibilidades, até que seja publicado o respectivo *Manual*, já elaborado pela Diretoria de Armas.

## PRINCÍPIOS GERAIS

Os princípios em que se baseia a *camuflage* são uma consequência lógica da necessidade que tem todo o combatente de escapar da observação inimiga, cujos "meios

de investigação" são de duas naturezas: a observação terrestre e a observação aérea e cujos "meios de ação" progridem dia a dia, sobretudo os da segunda espécie.

Por isso, o cuidado máximo de qualquer combatente é o de tornar invisível as posições que ocupe, durante o maior tempo possível, de modo que o inimigo fique sempre na incerteza do valor e da localização destas mesmas posições.

Disso resultam os seguintes princípios, cujo enunciado nunca é demais repetir:

a) no terreno, procura-se confundir a uniformidade com os contornos indecisos, tanto no conjunto, como nas partes que compõem o todo; para isso, é recomendável evitar abrigos de relevo exagerado, as arestas vivas e cores diferentes às do meio natural (princípio da obediência ao *mimetismo*);

b) a dissimulação do material, pelo emprego das cobertas naturais ou da *camuflage*, é obrigatória, tão logo se ocupem as posições;

c) sempre que possível, são construídas falsas posições, de que já tratamos em artigo anterior;

d) é necessário que se estabeleça uma rigorosa disciplina nas posições, para não se revelarem os trabalhos e os órgãos a que se destinam;

e) a utilização de cobertas naturais, como sejam bosques, casas, posições abandonadas, locais à beira de estradas, é feita sem modificar o aspecto primitivo do terreno e do que nêle exista;

f) a *camuflage* aplicada sem discernimento torna-se mais preju-

dicial do que útil; após a conclusão dos trabalhos que se pretendem camuflar, é imprescindível que o local mantenha o mesmo aspecto que tinha antes; por isso, é preciso respeitar, tanto quanto possível, a forma e o aspecto do terreno, evitando todas as causas de colorações anormais, harmonizando-se a cor da camuflagem a dos objetos circunvizinhos.

#### MEIOS DE CAMUFLAGEM

Na camuflagem, utilizam-se meios naturais, que são os melhores, e meios artificiais.

Os meios naturais são as ervas rasteiras, sobretudo as leivas de grama, obtidas tão longe quanto possível do local a camuflar; os ramos de árvores, de espessura suficiente e as árvores plantadas de modo que não modifiquem o aspecto da posição.

Os meios artificiais são múltiplos e obedecem todos ao princípio do mimetismo. Dentre estes meios, citaremos os seguintes:

- emprego de tintas que evitem modificações na coloração natural do material e locais ocupados;
- uso de painéis, telas, redes e outros artifícios que a habilidade dos ocupantes das posições podem criar;

- utilização inteligente de casas, abrigos, das estradas já existentes e construção de estradas artificiais por meios de painéis devidamente coloridos, etc.

Enfim, existe uma variedade imensa de meios artificiais, cujo emprego deve ser previsto pelo comandante da artilharia de costa motorizada no *Plano de Organização da Posição*.

#### PLANO DE ORGANIZAÇÃO DA POSIÇÃO

Os trabalhos de organização duma posição de artilharia de costa motorizada devem ser dissimulados, desde seu planejamento, bem como durante a execução dos trabalhos e após, nas fases de seu aproveitamento, isto é, antes, durante e depois do combate.

Uma vez determinadas e ballzadas as posições das peças e as direções de tiro, o comando estabelece o *plano dos trabalhos* a executar no terreno.

Consoante estabelecem os manuais da artilharia de costa, especialmente o C-4-5, os itens do plano de trabalho podem ser os seguintes:

- trabalhos de camuflagem a executar;

- regras de circulação nas proximidades e no interior da posição e postos de vigilância a estabelecer, para fazê-las respeitar;

- natureza e número dos trabalhos a realizar na posição (comunicações, PC., PO., Cmt. E. L. e respectivas bases, abrigos de pessoal, alvéolos e nichos de munições, etc.);

- dimensões aproximadas e natureza de todos os elementos constitutivos da posição;

- ordem de urgência dos trabalhos;

- constituição das equipes respectivas, discriminando o número e locais dos canteiros de trabalho; materiais necessários por ordem de urgência; local do depósito dos materiais a empregar e respectiva camuflagem;

- organização da defesa local, de que já tratamos, sumariamente, em artigo anterior;

- balanço completo dos materiais a empregar, inclusive ferramentas e organização dos pedidos a encaminhar ao escalão superior, caso sejam precisos meios suplementares.

#### ORDEM DE URGÊNCIA

(Progressão dos trabalhos)

A ordem de urgência e progressão dos trabalhos é a seguinte (Vide C-4-5):

- 1º — Camuflagem da posição; idem das suas proximidades e, de modo especial, das pistas, para estabelecer-se, desde logo, a disciplina de circulação;

- 2º — melhoramentos a realizar no local, a fim de que facilitem o acesso às posições e execução do tiro;

3º — estabelecimento das comunicações (telefone, rádio, etc.)  
Cm T, PO., abrigos de pessoal e munições, cujo acabamento e melhoria prosseguem dia a dia.

Como se verifica, a ordem de urgência dos trabalhos resume-se a muito pouco: *camuflagem — disciplina — execução do tiro — proteção* (do material e pessoal).

São poucas palavras, mas resumem muita coisa. Por isso, seja-nos permitido, para não alongar em demasia nosso modesto estudo, que o finalizemos hoje, deixando para outra oportunidade o importante tema que se resume naquelas palavras e cujo título poderá ser o seguinte: *organização e construção das posições na artilharia de costa motorizada.*



# AS NOVAS ARMAS DE GUERRA

Ten.-Cel. JOÃO BAPTISTA PEIXOTO



Fig. 1 — A despeito do vertiginoso aperfeiçoamento dos engenhos de guerra, o Homem, pelo seu valor físico, moral e intelectual, continua sendo o principal instrumento de combate



OMO a destruição do inimigo é o principal objetivo a ser alcançado em todos os conflitos bélicos, possuir a superioridade de fogo sobre o adversário, desde o começo da luta, sempre foi uma das cogitações primordiais de todos os beligerantes.

Fabricar novas armas, mais potentes — de maior alcance e maior efeito — de que a dos adversários era apanágio dos militaristas. Hoje, a indústria bélica é uma poderosa arma da política, da qual a guerra passou a ser o último capítulo.

Quando terminou a última conflagração, o mundo inteiro pensava

que o ciclo de guerras havia terminado e a humanidade iria ter uma era de paz muito longa. Ninguém acreditava que novas armas de guerra, mais devastadoras do que a bomba voadora e a bomba atômica, fossem forjadas tão cedo. No entanto, tudo foi uma grande ilusão. Mal havia terminado aquela conflagração, começou uma corrida armamentista sem paralelo na história.

Muitas das armas anteriormente usadas foram aperfeiçoadas várias vezes, outras ficaram obsoletas, e, centenas de novas armas foram fabricadas, consumindo-se nisto uma fabulosa fortuna, como se a humanidade vivesse em grande abundância.

Embora o mundo não esteja em estado de guerra, os preparativos bélicos são verdadeiramente impressionantes, como podemos constatar fazendo um ligeiro retrospecto sobre as novas armas do Exército, da Aviação, da Marinha e dos terríveis engenhos de reação intranuclear.

#### 1) AS NOVAS ARMAS DO EXÉRCITO

Um novo fuzil, inteiramente automático, pesando 6 libras e meia, ou sejam mais de duas libras menos do que o conhecido fuzil Garant, é a nova arma do infante e substituiu, também, a carabina leve de calibre .30 usada pelos oficiais e para-quedistas.

Um visor de raios infra-vermelhos, e "Snipercope", adaptável ao fuzil, permite aos atiradores ver o alvo na mais completa escuridão, a 50 metros, e sem ser visto.

A metralhadora calibre .30, acionada a gás e refrigerada a água, que foi um dos "burros de carga" da Segunda Guerra Mundial, foi substituída pela metralhadora de calibre .60, acionada a eletricidade e refrigerada pelo ar, e cuja velocidade de tiro é superior a de todas as armas congêneres.

Uma nova "bazooka" (engenho portátil contra carro, também chamado lança-rojão) de 3,5 pole-

gadas (88 mm), com sensíveis aperfeiçoamentos, em precisão e penetração, foi fabricada em série e deu excelentes resultados na guerra da Coreia.

Outra nova arma fabricada depois deste conflito foi o "tank" Walker (T. 41) que, embora pesando 25 toneladas, veio subjugar o grande "tank" russo T. 34.

O "Walker" tem uma velocidade média de 65 quilômetros horários e, além de outras armas portáteis, possui um novo tipo de canhão automático de 76 mm. Uma nova mira giroscópica possibilita ao artilheiro manter a arma sobre o alvo, quando o "tank" estiver em terreno acidentado.

Antes do "Walker", já vinha sendo empregado, com grande sucesso na guerra na Coreia, como carro orgânico da divisão de infantaria, o "Tank Patton" (M-46), equipado com um canhão de 90 mm e capaz de atingir a velocidade de 50 km por hora (fig. 2).

Um novo canhão de 75 mm, o "Skysweeper" (varredor do céu) foi fabricado para substituir o canhão de 40 mm (tão apreciado na Segunda Guerra Mundial) que não possuía direção de tiro suficientemente precisa, nem alcance, nem potência, para enfrentar os aviões modernos.

As principais características do "Skysweeper" são a direção de tiro totalmente radiométrica e a espoleta eletrônica, que permitem atingir aviões a velocidade supersônicas, tanto de dia como de noite.

O canhão sem recuo, de 105 mm, transportável em viaturas de 3/4 ton. (jeep), foi outra arma nova fabricada em série e muito empregada na guerra da Coreia, inclusive contra carros de combate. É este canhão sem recuo o maior entre os de seu gênero, não só em calibre, como também em tamanho e peso.

Segundo comunicação do General J. Collins, Chefe do Estado-Maior norte-americano, em futuro não muito distante, o Exército teria também canhões atômicos. De par com outras armas atômicas táticas que estavam sendo criadas,



Fig. 2 — O "Tank Patton" M.46, carro orgânico da divisão de infantaria do exército norte-americano, equipado com um canhão de 90 mm e capaz de deslocar-se a 50 km por hora

o canhão atômico viria aumentar grandemente a potência de fogo e a capacidade de manobra das unidades de combate.

Também foram fabricados coletores metálicos para proteger os combatentes contra os estilhaços de morteiros, granadas e projéteis de artilharia, responsáveis por 60 % e 80 % dos ferimentos.

O sistema de propulsão e orientação dos projéteis-foguetes, do gênero das famosas bombas voadoras V1 e V2 (14 ton., 3.210 km de alcance e 562 km horários de velocidade), empregadas pelos alemães na Segunda Guerra Mundial, foi grandemente aperfeiçoado. Os modernos projéteis-foguetes conhecidos por "Missiles" — projéteis teledirigidos — são de propulsão a jato e orientação radioelétrica, podendo assim alcançarem maiores distâncias com mais precisão.

Os atuais "Missiles" são menores e mais leves do que os primitivos engenhos deste gênero, mas a velocidade e o efeito deles é bem maior do que destes.

O projétil teledirigido, conduzindo bombas atômicas, será provavelmente o maior engenho de destruição que a humanidade jamais conheceu.

No ano de 1946, a bordo do porta-aviões "Shangri-la", foram feitas as primeiras experiências, quanto ao emprego do avião sem piloto.

Voando sob controle eletrônico, o avião sem piloto pode alcançar alvos predeterminados com relativa precisão, funcionando como simples projétil teledirigido ou mesmo como um verdadeiro bombardeiro.

O lançamento do avião sem piloto como arma de guerra, realizado no dia 1 de setembro de 1952, na guerra da Coreia, marcou o início do que se pode chamar de "guerra à distância".

Um explosivo incendiário de alto poder, a bomba "Napalm", constituída de uma mistura de gasolina e nitroglicerina, que se inflama por meio de um sistema de espoleta-carga de ignição, foi fabricado para

ser lançado pela artilharia ou pela aviação contra edifícios, comboios, posições defensivas, depósitos e também contra carros de combate, pois, ao explodirem, produzem uma temperatura de 800 a 1.100 graus centígrados.

## 2) AS NOVAS ARMAS DA AVIAÇÃO

Apesar desses aperfeiçoamentos e muitos outros que não estão mencionados aqui, o homem, pelo seu valor físico, moral e intelectual, continuou sendo o principal instrumento de combate.

Todavia, a grande contribuição da ciência e da técnica para as forças armadas, depois do último conflito mundial, foi evidentemente em favor da aviação, justamente devido à extraordinária importância que o poder aéreo alcançou, quer como meio de defesa, quer como elemento fundamental de ataque.

Entre os principais aperfeiçoamentos ultimamente introduzidos na aviação militar, figuram o motor a jato, que veio permitir aos aviões desenvolverem velocidades supersônicas e a mira eletrônica, que, associada ao radar, (Rádio Detution and Ranzing), veio possibilitar a navegação sem visibilidade, assim como a execução do bombardeio estratégico de precisão na mais completa obscuridade.

O notável invento que tanto contribuiu para a vitória na Segunda Guerra Mundial (Radar), descobrindo os aviões entre as nuvens, os navios através a mais espessa neblina, e, fornecendo a direção e a distância para a execução do tiro contra os mesmos, tornou-se um precioso auxiliar da navegação aérea e marítima e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, um valioso instrumento de destruição.

Combinado com a mira eletrônica e com o indicador automático para lançamento de bombas (Bomb Release Marker) veio proporcionar aos pilotos de bombardeio a direção exata do objetivo, a visão panorâmica do alvo e o instante preciso de lançar as bombas.

Ao lado desses, outros notáveis aperfeiçoamentos vieram aumentar espetacularmente a velocidade, o raio de ação e a carga dos aviões de combate.

Os aviões de caça, cuja velocidade, em 1944, era de 350 milhas por hora (Spitfire), possuíam, agora, velocidades supersônicas, isto é, 700 milhas por hora (fig. 3).

Os bombardeiros, que no começo da guerra passada desenvolviam 200 milhas por hora e tinham um raio de ação de 900 milhas, no final daquele conflito já tinham capacidade para transportar 20 mil libras de bombas a 1.600 milhas, com uma velocidade média de 350 m.p.h. e hoje tem uma autonomia de 3.200 milhas e podem carregar 4.500 kg de bombas com a velocidade de 970 km p.h., em altitudes superiores a 40 mil pés (13 mil metros).

Os aviões de transporte que, durante a Segunda Guerra Mundial, tanto fizeram para assegurar a regularidade e a continuidade dos suprimentos indispensáveis à eficiência do combate nos diversos teatros de operações, hoje podem transportar 200 homens em viagens diretas de 5.600 km, à velocidade de 600 km por hora.

Para ilustrar o vertiginoso progresso da aviação militar norte-americana, nestes últimos anos, vejamos as características de alguns dos mais modernos tipos de aviões fabricados naquele país.

O primeiro caça de propulsão a jato norte-americano foi o F. 80 da fábrica Lockheed. F (inicial de Figther) é o prefixo empregado para designar os aviões de caça, 80 é o número da série correspondente.

O F. 80 que foi denominado *Estrêla Cadente*, teve uma vida ativa muito pequena, porque demonstrou ser inferior ao Mig. 15 nos céus da guerra na Coreia. Tinha uma velocidade de 965 km p.h. e era armado com 6 metralhadoras de 12 mm e duas bombas de 225 kg cada uma.

Como o seu raio de ação de 800 km era muito pequeno, em relação ao do Mig. 15, foi retirado



Fig. 3 — Sugestivo instantâneo de um moderno avião de combate em plena ação

logo depois dos primeiros encontros e substituído pelo F. 82 (Iwin Mustang) que, em seguida, também foi trocado pelo F. 84. F (Thunderjet) que, por sua vez, veio depois ceder lugar ao F. 86 (Sabre).

O Mig. 15 (caça de fabricação soviética), construído após a Segunda Guerra Mundial, foi o primeiro avião a jato de velocidade supersônica a ser produzido em massa. A sua velocidade é de 1.200 km p.h.; seu teto é de 13.000 metros; sua força ascensional é de 2.400 metros por minuto. Possui 3 canhões, um de 32 mm e dois de 23 mm. Durante algum tempo, foi o caça n. 1 do mundo, e, sob alguns aspectos,

conservou-se superior ao F. 86, que foi construído especialmente para sobrepujá-lo. O seu raio de ação era de 1.280 km (fig. 4).

O F. 86 (Sabre) foi o único avião fabricado em série que pôde fazer frente ao Mig. Sua velocidade é de mais de 1.100 km p.h. e seu raio de ação é de 1.920 km. Possui 6 metralhadoras pesadas .50 e é equipado com um turbo-reator G.E. de 2.360 kg de força (cerca de 7.000 H.P.). Além do Radar, tem um equipamento eletrônico, para operar sob quaisquer condições atmosféricas. A sua construção foi contratada em maio de 1948 e o 1º tipo, F. 86-A, entrou em combate na Coreia em dezembro de 1950. Os únicos tipos



Fig. 4 — O Mig 15, caça de fabricação soviética, primeiro avião a jato de velocidade supersônica a ser produzido em massa

fabricados em massa foram o F. 86-D e o F. 86-F, cujos vôos de prova foram realizados em dezembro de 1949 e março de 1951, respectivamente (fig. 5).

de terra. Ao se aproximarem do alvo, o piloto liga os instrumentos que, eletronicamente, descobre o inimigo e abre fogo contra o mesmo, podendo lançar 24 foguetes

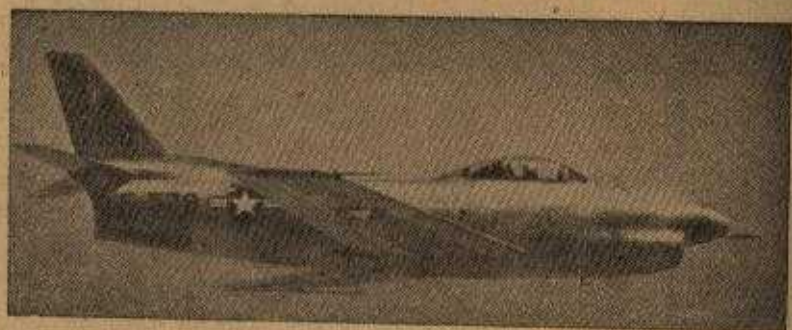


Fig. 5 — O caça a jato norte-americano F.86-D, da série dos famosos "Sabres"

Um dos mais recentes modelos de caça interceptador incorporados à Força Aérea dos Estados Unidos foi o Lockheed "Starfire" F-94-C, que sobe a 45 mil pés num fechar de olhos. Sua velocidade é da ordem de 600 milhas horárias.

Depois de sua decolagem, pode ser dirigido pela equipe de Radar

pelo anel de tubos do nariz do avião. Assim como os anteriores "Starfires" F-94-A e F-94-B, este último modelo opera tanto de dia como de noite, em qualquer tempo.

O B-29 (Fortaleza Voadora), que foi bombardeiro pesado n. 1 da Segunda Guerra Mundial, hoje

é classificado como avião médio. Estes famosos aparelhos, que continuam sendo empregados em larga escala, são acionados por 4 motores Wright. Sua velocidade de cruzeiro é de 433 km p.h. e o seu raio de ação é de 7.640 km. Possui 12 metralhadoras de calibre .50, e tem capacidade para transportar 10 toneladas de bombas.

mundo, ostenta um recorde de voo transcontinental e está sendo fabricado em larga escala (fig. 6).

A "Superfortaleza Voadora", como foi chamado o B-50, também fabricado pela Boeing Airplane Company, foi entregue à Força Aérea em novembro de 1949.

Possui 4 motores com hélices de 4 pás totalmente reversíveis. Tem uma velocidade de 650 km p.h.



Fig. 6 — O bombardeiro de propulsão a jato B-47 (Stratojet), fabricado pela Boeing especialmente para voar a grandes altitudes. Tem 6 motores a jato e uma velocidade superior a 970 km por hora

O B-36 (Convair), da fábrica Boeing, é hoje o bombardeiro pesado orgânico das Forças Aéreas norte-americanas. Tem 6 motores de pistão com a potência de 6.000 C.V. cada um, e podem transportar 720 bombas de cem libras ou duas de 42.000 libras. Sua velocidade é de 900 km p.h. e o seu raio de ação, consideravelmente superior ao dos bombardeiros a jato, é de 16.000 km com 4.500 kg de bombas.

O B-47 (Stratojet) é um bombardeiro de propulsão a jato, fabricado pela Boeing, especialmente para voar a grandes altitudes. Foi entregue à Força Aérea em fevereiro de 1949. Tem 6 motores a jato G.E. alojados sob suas asas e um equipamento de partida à foguete. É um bombardeiro médio de velocidade acima de 971 km p.h., que tem uma capacidade para transportar mais de 9.000 kg de bombas, e, cujo raio de ação, ainda desconhecido, é muito grande. O B-47 é considerado um dos mais rápidos bombardeiros do

um raio de ação de 9.656 km e uma capacidade para transportar 9 toneladas de bombas. Sua tripulação é de 13 homens e seu armamento defensivo consiste em 13 metralhadoras de calibre .50.

Além das modernas máquinas de combate acima mencionadas, novos aviões de transporte foram também fabricados ultimamente e estão sendo largamente empregados, quer na Ásia quer na Europa.

Uma gigantesca ponte aérea foi estabelecida entre os EE.UU. e a Coreia pelo M.A.T.S. (Military Air Transport Service) com os quadrimotores C-97 (Stratofreighter) e C-74 (Globemaster I), para assegurar o spóio logístico às Forças das Nações Unidas que combatiam naquela península (fig. 7).

Em março de 1952, houve nos EE.UU., um exercício no qual uma Divisão de Infantaria quase completa, num total de 11.000 homens, foi transportada a centenas de quilômetros por 20 aviões C-124 (Globemaster II), capazes de conduzir, cada um deles, 225 solda-

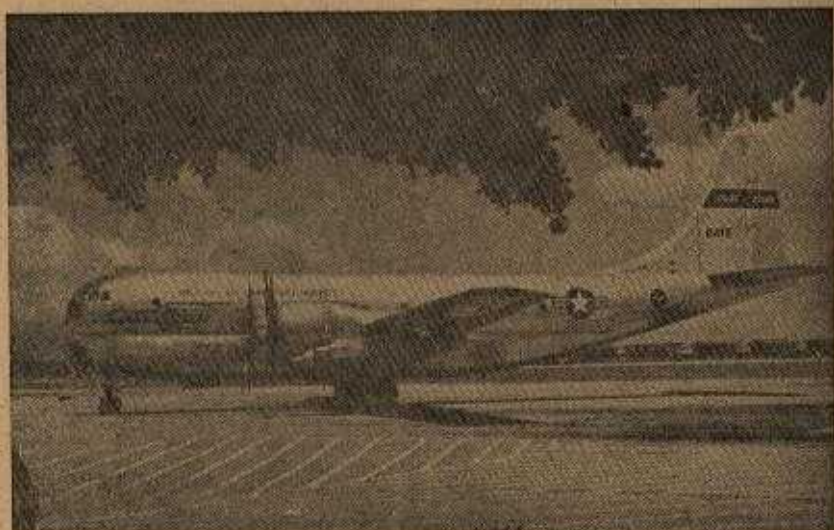


Fig. 7 — O "Globemaster" II (124-C) que é considerado um dos maiores aviões de transporte do mundo

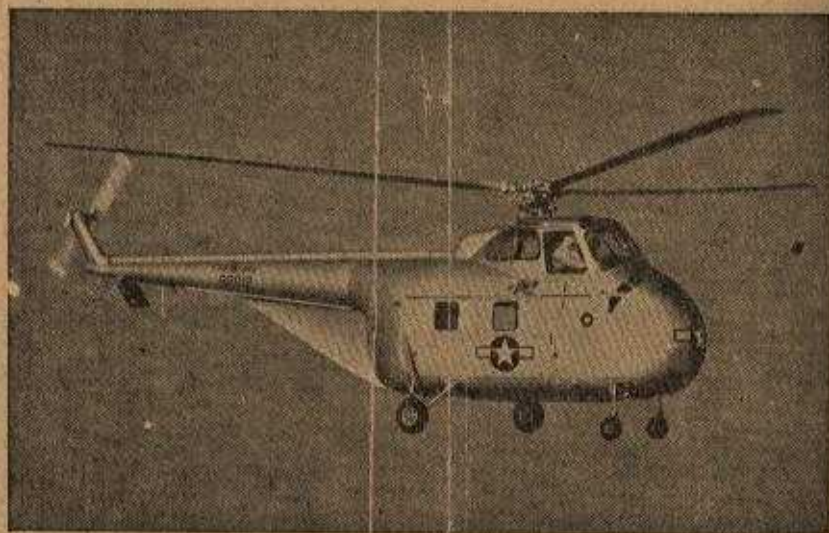


Fig. 8 — O Sikorski H3H, um dos modernos helicópteros da Força Aérea norte-americana

dos. O equipamento transportável por estes possantes aviões inclui canhões de 103 mm, viaturas de 2 1/2 toneladas e "Tanks" leves.

O transporte tático entre o Japão e a Coreia era efetuado pelos C-119 e pelo C-47 (D.C.-3), que tantos serviços prestaram durante a Segunda Guerra Mundial.

Em várias missões especializadas, no interior do teatro de guerra da Coreia, tem sido empregados, com grande sucesso, os helicópteros Sikorski e Piasecki. Estes interessantes aparelhos vieram aumentar a velocidade e a flexibilidade das operações táticas e do apoio logístico às forças terrestres. Sua capacidade de ascensão e descida, a possibilidade de ficar parado no ar e de aterrar e decolar em zonas sem nenhuma preparação, permitem o seu emprego em todos os tipos de terreno e em situações nas quais as viaturas atualmente em uso e outros aviões não podem ser utilizados. Podendo voar à 200 km p.h., desprezando as condições do terreno e subordinando-se exclusivamente ao mau tempo, os helicópteros vieram facilitar grandemente os suprimentos e a evacuação no âmbito das unidades táticas.

Na Coreia, onde as estradas e o sistema ferroviário são deficientes e o terreno é difícil e montanhoso, os helicópteros tem sido de grande utilidade (fig. 8).

### 3) AS NOVAS ARMAS DA MARINHA

Ocupando 2/3 da superfície terrestre e separando distante massas continentais, o mar exerceu e jamais deixará de exercer uma extraordinária influência sobre a vida dos povos, desde as mais remotas eras.

Foi a vasta estrada por onde a civilização se expandiu e é hoje o principal elemento de ligação entre quase todas as nações do globo, através da qual circula grande parte da riqueza do mundo.

Por isso, o seu domínio sempre

constituiu e certamente constituirá um fator preponderante nos grandes conflitos da História.

Uma das mais expressivas demonstrações da grande influência do mar sobre o rumo das guerras é muito recente.

O enfraquecimento das forças navais e aéreas norte-americanas, conseqüente da destruição de navios e bases depois do ataque à Pearl Harbour, facilitou aos japoneses a posse do domínio do ar e do mar — condições essenciais para efetuarem rapidamente a conquista da Grande Ásia Oriental, que era um dos principais objetivos de guerra do Império nipônico.

Quando o mundo inteiro pensava que os E.E.U.U. estavam totalmente derrotados no Pacífico, houve duas batalhas, que mudaram completamente o rumo da guerra naquele grande oceano.

A batalha do Mar de Coral, vencida pelas forças dos Almirantes Fletcher, Kim-Kaid e Grace, a 7 e 8 de maio de 1942, e a batalha das Ilhas Midway, vencida pela esquadra do Almirante Spruance, entre 3 e 6 de junho do mesmo ano, limitaram o avanço nipônico; afastaram da Austrália o perigo da invasão; defenderam importantes rotas e bases, necessárias à contra-ofensiva na direção do arquipélago japonês.

Essa larga e profunda contra-ofensiva foi uma seqüência de "operações combinadas" que evidenciaram a extraordinária importância das forças navais, quer como elemento de combate, quer como elemento de transporte. Conquistaram um oceano imenso e derrotaram um forte império.

Por isso, a despeito do vertiginoso progresso da aviação e dos grandes aperfeiçoamentos do submarino, as esquadras de superfície, organizadas à base de gigantescos e velozes porta-aviões, serão por muito tempo as donas do mar (fig. 9).

Possuindo grandes forças navais de superfície, os E.E.U.U. e a Inglaterra têm, em suas mãos,

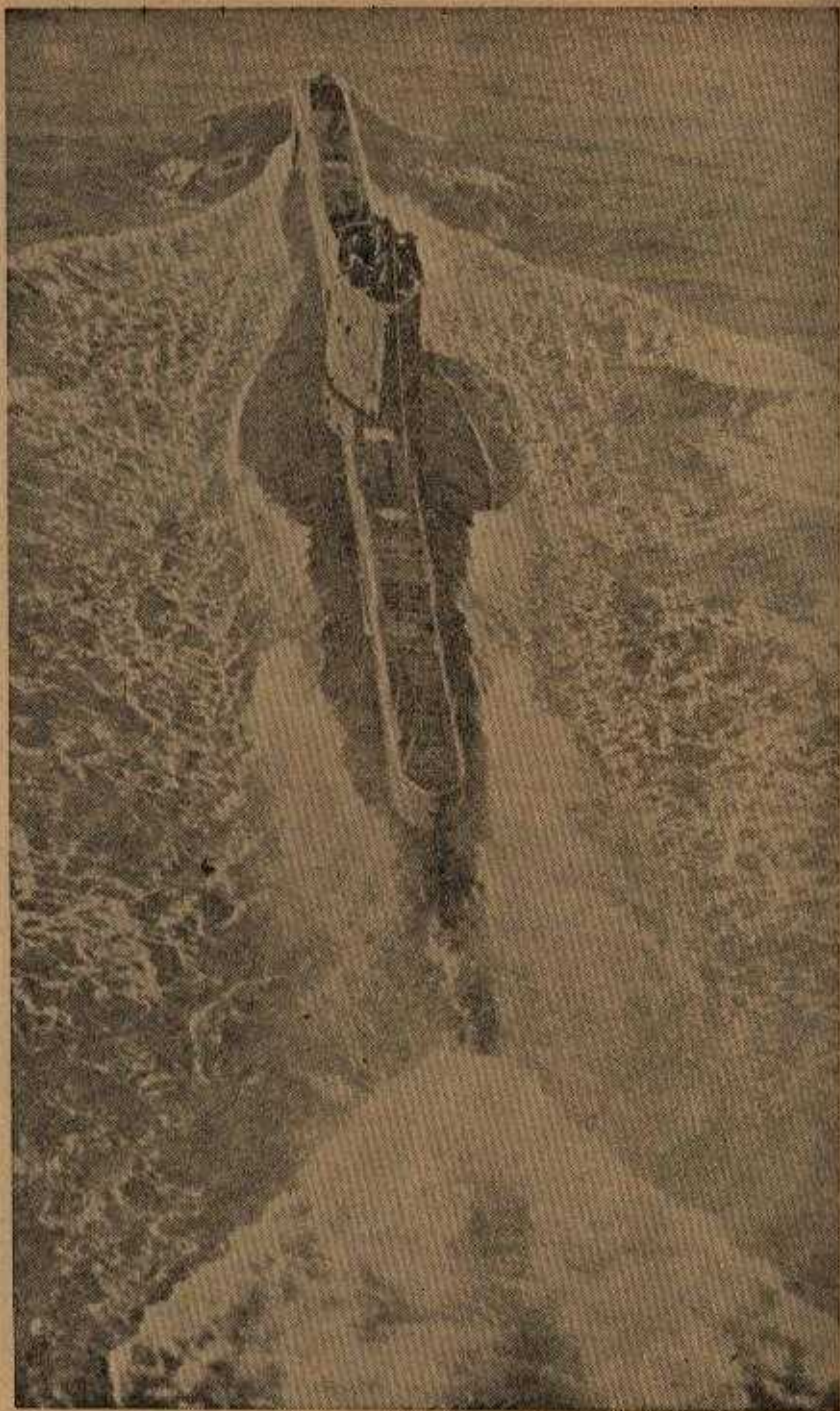


Fig. 9 — O mais terrível barco de guerra da atualidade é indiscutivelmente o submarino de grande raio de ação, capaz de navegar 7 mil milhas sem ser reabastecido

o controle da navegação marítima no mundo inteiro.

Sendo uma potência militar essencialmente terrestre, e não possuindo meios para alcançar o poder naval anglo-americano, a Rússia vem se preocupando principalmente de possuir uma grande frota de submarinos para operar no Atlântico e no Pacífico, em especial no primeiro destes oceanos, que é a principal rota de suprimentos da América para a Europa.

Ao que se sabe, a U.R.S.S. possuía, em 1950, cerca de 360 submarinos, sendo a metade de grande raio de ação e pretende possuir uma frota de 1.000 barcos de guerra desse gênero.

As bases insulares que os E.E.U.U. e seus aliados possuem em torno da Eurásia representam, entretanto, um perigo muito maior para a Rússia. Essas bases aéreas e navais servirão muito aos bombardeiros pesados e aos porta-aviões. O papel dos primeiros será lançar bombas atômicas e o papel daquelas belonaves será impedir que a atividade dos submarinos vermelhos entrave as ações terrestres, assegurando a regularidade das comunicações marítimas.

Certamente, por isso é que a grande nação americana vem dispensando especial atenção à sua frota de porta-aviões e à construção de submarinos atômicos (figura 10).

Segundo notícias publicadas acerca do rearmamento naval norte-americano, em junho de 1952, a marinha lanque deveria ter em serviço, aproximadamente, 400 navios de guerra, dos quais 27 seriam porta-aviões. No dia 14 de junho de 1952, foi batida a quilha do "Nautilus", o submarino atômico que custaria 40 milhões de dólares e viria provocar uma verdadeira revolução na arte da guerra naval.

Na mesma ocasião, foi divulgado que, no ano de 1953, deveria estar concluído o *super porta-aviões "Forrestal"*, de 57 mil toneladas. Para a luta anti-submarina, os

americanos já possuíam uma arma superior aos projéteis "hedgehogs" e um torpedo auto-dirigido que poderia ser lançado por navios ou por aviões (fig. 11).

#### 4) A BOMBA ATÔMICA

O aproveitamento da energia intranuclear do átomo foi, sem dúvida, uma das mais importantes descobertas da ciência, em todos os tempos.

O dia 2 de dezembro de 1942, no qual um grupo de cientistas, sob a direção de Enrico Fermi, conseguiu liberar a energia armazenada no interior do átomo, marcou o advento de uma nova era na história universal.

Essa grande descoberta poderia vir a ser de grande benefício para a humanidade, mas também poderia vir a ser o instrumento de sua própria destruição. A energia atômica afetaria a vida pacífica de qualquer indivíduo sobre a terra e, ao mesmo tempo, teria uma grande influência na arte da guerra.

A sensacional realização científica, técnica e industrial, só foi revelada ao mundo depois que explodiram as bombas atômicas lançadas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, devastando extensas áreas e matando mais de 100 mil pessoas, como revide ao ataque a Pearl Harbour.

A primeira bomba atômica explodira, entretanto, a 16 de junho de 1945, em Los Alamos (Estado de New México), na famosa experiência denominada "Trinity Test".

Todavia, os estudos sobre a energia nuclear não são muito recentes. As etapas da conquista atômica, começaram no fim do século passado, como podemos verificar pela relação abaixo:

1895 — Descobrimto dos Raios X (Conrad Roentgen).

1896 — Descobrimto da radioatividade (Henri Becquerel).

1898 — Descobrimto do rádio (Pierre e Marie Curie).

1899 — Descobrimto dos raios "Alfa" e "Beta" (Rutherford).

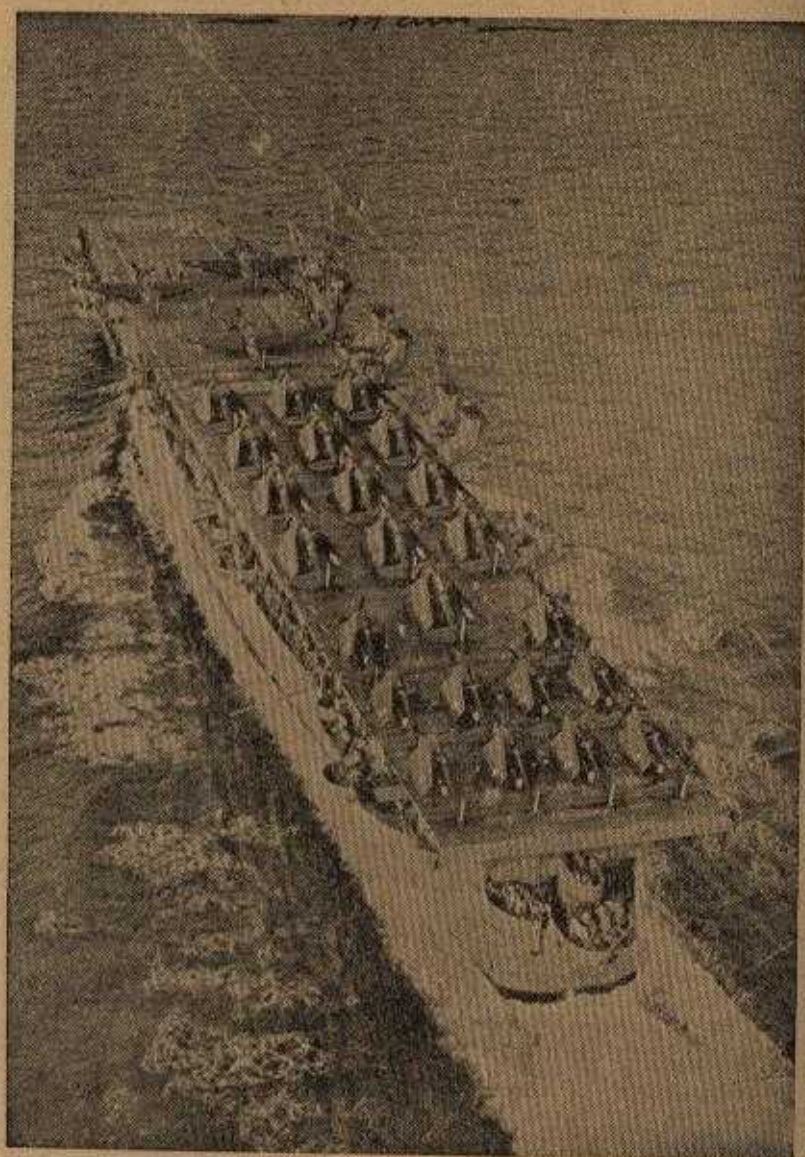


Fig. 10 — Belíssima fotografia de um moderno porta-aviões da marinha dos EE.UU.

1900 — Descobrimiento dos raios "Gama" (Villiard).

1905 — Equivalência da matéria e da energia (Einstein).

1910 — Descobrimiento dos isótopos (Soddy).

1911 — Estrutura planetária do átomo (Rutherford).

1913 — Invenção do espectrógrafo de massa (Aston).

1913 — Modelo do átomo (Bohr).

1919 — Primeira transmutação atômica (Rutherford).

1924 — Teoria da mecânica ondulatória (Broglie).

1925 — Mecanismo das mudanças nucleares (Blaskett).

1930 — Invenção do ciclotron (Lawrence).

1931 — Descobrimento do eletrão positivo (Anderson).

1932 — Descobrimento da água pesada (Urey) e do neutrão (Chadwick).

1933 — Materialização dos ftons em eletrões (Blaskett e Occhialini).

1934 — Descobrimento da radioatividade artificial (Joliot-Curie).

1934 — Efeitos dos neutrões sobre os núcleos (Fermi).

1935 — Descobrimento do meson (Yucawa).

1939 — Descobrimento da fissão do urânio (Hahn e Strassmann).

1942 — Liberação da energia nuclear (Fermi).

1945 — Primeira explosão da bomba atômica (Los Alamos).

1945 — Emprêgo da bomba atômica contra Hiroshima e Nagasáki.

1946 — Experiência de Bikini (Test Able — bomba aérea e Test Baker — bomba submarina).

1948 — Eniwetok Atomic Proving Ground (Ilhas Marshall).

1949 — Explosão da 1ª bomba atômica da Rússia (Cáucaso).

1952 — Explosão da 1ª bomba atômica britânica (Il. Montebelo) (fig. 12).

Os principais efeitos da bomba atômica são o tremendo choque conseqüente da explosão, a fantástica elevação de temperatura e a perigosa ação radioativa.

A bomba atômica é um engenho tão poderoso que é capaz de destruir subitamente tudo que estiver dentro de sua área de explosão num raio de uma milha. Lançada por velozes bombardeiros de propulsão a jato, com auxílio de preciosos aparelhos eletrônicos, a bomba atômica é indiscutivelmente um terrível engenho de guerra.



Fig. 11 — Expressivo instantâneo de uma operação de desembarque nas quais tudo depende da marinha

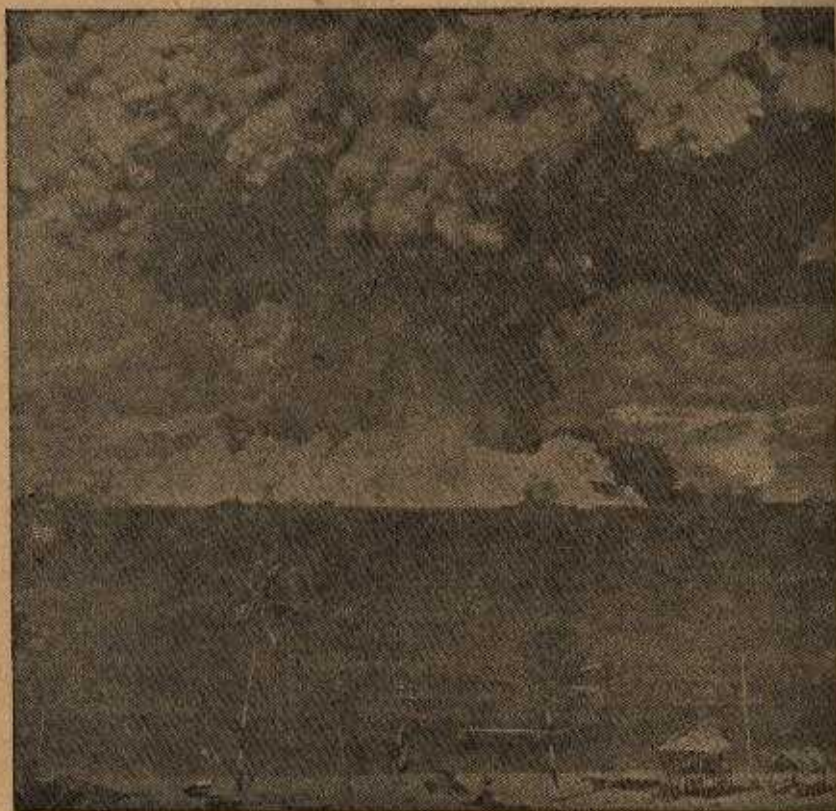


Fig. 13 — Instantâneo da explosão atômica realizada em Bikini no ano de 1946 (teste Baker, bomba submarina)

Um livro de 456 páginas, publicado recentemente nos E.E.UU., com instruções para a defesa passiva contra os efeitos da bomba atômica, ensina qual deve ser o procedimento de cada pessoa que estiver entre 800 metros e 13 km do centro da explosão.

Esse livro representa a coleta de informações mais novas sobre os efeitos das armas atômicas e recomenda que as cidades tomem precauções contra três tipos de explosão: a explosão no ar, a explosão sob a água e a explosão subterrânea. Acrescenta que é infundado a crença de que a bomba pode contaminar o mundo.

Presentemente, a bomba atômica não é somente uma arma estratégica destinada a destruir cidades e centros industriais. É também uma arma tática, na qual os militares depositam grande esperança para aumentar assustadoramente a potência de fogo nos combates.

A História nos revela pois que, desde o aparecimento da pólvora, em 1320, os meios de destruição têm evoluído constantemente, mas para cada um deles tem correspondido sempre um meio de defesa.

A defesa ativa contra os ataques atômicos repousa atualmente nos

aviões de caça a jato de velocidade supersônica e nas baterias antiaéreas, cujo sistema de fogo funciona combinado com o Radar e a espoleta eletrônica.

A mais eficiente defesa contra um bombardeiro atômico é, entretanto, a destruição de sua origem, o que certamente deverá ser o objetivo mais urgente, no caso de um conflito entre adversários que possuam armas atômicas.

Ao que se sabe, a primeira bomba atômica da Rússia explodiu no Cáucaso, em agosto de 1949. O potencial atômico da União Soviética é, porém, um grande segredo. Consta que a sua produção de bombas progrediu extraordinariamente, desde que o cientista britânico Klaus Fuchs levou para Moscou todos os segredos de fabricação que conhecia.

Já foi divulgado também que a U.R.S.S. possui cinco cidades atômicas do gênero de Los Alamos, sendo que três estão localizadas na Rússia Européia e duas na Rússia Asiática.

Utilizando bombardeiros ou submarinos de grande raio de ação, pode, pois, a U.R.S.S. levar a guerra atômica até o território dos E.E.UU.

Por essa razão é que, além de já haverem projetado a substituição do Mig. 15 pelo Yak 25, consta que, no ano de 1953, terão também um super bombardeiro, o T.U. 75, capaz de voar 16 mil km com uma velocidade de 960 km por hora.

##### 5) A BOMBA DE HIDROGÊNIO

A bomba de hidrogênio, isto é, a bomba H, nasceu do notável estudo do físico Hans Bethe, sobre a fusão termonuclear.

Parecia fantástico falar de uma super-bomba antes da bomba atômica estivesse terminada, mas o fato é que, na primavera de 1943, os cientistas que trabalhavam em Los Alamos já conheciam os princípios básicos para fabricação de uma bomba muito mais poderosa do que a bomba de Urânio ou Plutônio.

Os cientistas de Los Alamos sabiam que, se a bomba atômica funcionasse da forma esperada, poderia vir a ser utilizada como fósforo, para acender o deutérico (hidrogênio pesado — descoberta do professor H. Urey).

Poderiam então construir uma bomba super-colossal, com uma potência mil vezes superior à da bomba atômica, mediante a incorporação do deutérico à bomba A, cuja explosão atuaria como detonador da super-explosão.

Assim como o carvão se queima ao calor de uma chama de fósforo, desprendendo energia acumulada, assim a bomba atômica, produzindo uma temperatura elevadíssima no momento da explosão, "acenderia" o deutérico, produzindo uma expansão de energia 3 milhões de vezes maior do que a armazenada no carvão, na base de pesos iguais.

A ordem para fabricação dessa fantástica bomba foi dada pelo Presidente Truman, três dias depois da confirmação de que o cientista Fuchs estava trabalhando na Rússia, para onde levava todos os segredos da Comissão de Energia Nuclear, inclusive os referentes à bomba H.

O raio de ação de uma bomba de hidrogênio é da ordem de 10 milhas (10 vezes maior do que o da bomba atômica). O calor produzido pela explosão causará queimaduras mortais em um raio de ação de 20 milhas (32 km). O efeito das irradiações de uma bomba H é tão espantoso que eminentes cientistas fizeram graves advertências quanto ao seu emprego, inclusive o velho professor Albert Einstein, que disse: "se a bomba de hidrogênio tiver êxito, o envenenamento radioativo da atmosfera e o conseqüente aniquilamento de toda a vida sobre a terra ficarão na dependência das possibilidades de sua fabricação, acrescentando que a corrida atômica entre a Rússia e os E.E.UU. era um convite à aniquilação geral".

Conquanto exista segredo absoluto sobre a fabricação da bomba H, sabe-se que tanto os E.E.UU. como a Rússia estão empenhados

em construí-la e mesmo possui-la em estoque. Ignora-se entretanto o grau de adiantamento dos trabalhos já realizados.

Sendo capaz de destruir cidades inteiras e eliminar exércitos, a

bomba de hidrogênio representa, pois, um trunfo de excepcional valor e a sua posse constituirá uma grande vantagem no caso de um conflito em que os demais recursos bélicos sejam equilibrados.



# O GT NOS MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

## MOVIMENTO MISTO A PÉ E MOTORIZADO

Maj. JOSE COSTA CAVALCANTI  
Cap. OSWALDO DOMINGUES  
Cap. OCTAVIO COSTA  
(Instrutores da EEM)

Aqui está um tema simples e condensado, sobre as marchas. Está baseado no Regulamento C 1-40\* (O Regulamento de Infantaria), já em pleno vigor, não só em seus aspectos doutrinários, como mesmo em sua terminologia.

Solicitamos aos nossos leitores que, se estiverem realmente interessados no problema, primeiro solucionem os pedidos e só depois vejam a nossa solução.

### SITUAÇÃO GERAL

- I — VERMELHOS do N e AZUIS do S, em início de operações, encontram-se em situação de estabilização, desde D-20, ao longo da linha RIO PIRACICABA — RIO CAMANDUCAA (Ver Esboço n. 1), após um período ofensivo favorável aos VERMELHOS.
- II — A 1ª D VERMELHA, dentro outras GU, está sendo transportada da ZI (Zona do Interior) para a ZC (Zona de Combate), tendo em vista ser empregada posteriormente.



- II — A Aeronáutica VERMELHA vem lutando pela manutenção da superioridade aérea no TO, mas os AZUIS ainda têm conseguido realizar alguns bombardeios sobre os mais importantes nós rodó-ferroviários e reconhecimento aéreo até o RIO PARDO.

- IV — Apesar das operações estarem sendo realizadas em território AZUL, os guerrilheiros não têm atuado entre os RIOS PARDO e MOGY-GUASSU.
- V — Amanhece às 06000, anoitece às 1800.

### 1ª SITUAÇÃO PARTICULAR

- I — Ao amanhecer de D a 1ª DI VERMELHA (Tipo II), estacionada na região de S SIMÃO-BENTO QUIRINO, na Zona de Administração, recebe ordem de se deslocar na noite de D/D + 1, para a região de Sta. RITA, onde estacionará em condições de prosseguir seu movimento para o S.
- II — O GT 1 (1º RI, 1º GO-105, 1ª/1º Gp Can Au AP, 1ª/1º BE Cmb, 1ª/1º BS e 1º/1ª Cia PM) está estacionado na região de S SIMÃO desde as 0500/D. Seus efetivos em pessoal e dotações orgânicas em material (viaturas, armamento, etc.), bem como em suprimentos, estão completos. As Unidades são experimentadas no planejamento e execução das marchas.
- III — São as seguintes as NORMAS PADRÃO DE AÇÃO em vigor no 1º RI para os Movimentos Preparatórios:

### NORMAS PADRÃO DE AÇÃO PARA OS MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

(N. P. A.)

#### A — Generalidades

As NPA constantes deste Documento serão sempre aplicadas, salvo determinação em contrário do Cmt do RI, e têm como finalidade facilitar o planejamento, a elaboração das ordens e a execução das Marchas.

#### B — Marchas a pé

##### 1 — Grupamentos de Marcha

- Cada Btl constitui um Gpt de Marcha;
- Os elementos a pé da Cia CAC (1 Pel) e da Cia Cmdo RI + Cia Su (1 Pel) marcharão com o 2º Btl, constituindo uma Cia, a 2 Pels.

##### 2 — Organização dos Grupamentos

- 3 Cias Fzcs: 4 Pels; (cada)
- Cia Ptr P: 3 Pels;
- Cia Cmdo Btl: 1 Pel.

##### 3 — Reforços

A cada Btl: Sec Saúde Btl (elementos a pé).

##### 4 — Formação

Coluna por 2, distância de 1 m entre os homens.

##### 5 — Velocidade de marcha

4 KPH

##### 6 — Distância, (inclusive nas marchas noturnas).

- Entre Btls: 100 m;
- Entre Cias: 50 m;
- Entre Pels: 30 m.

##### 7 — Altos

- a — 10 mins, após cada 50 mins de marcha;
- b — A hora exata do 1º alto para todos os elementos será anunciada na ORDEM;
- c — Havendo Grande ALTO, será, em princípio, no 3º quarto do percurso, com a duração máxima de 2 horas.

##### 8 — Guarda de Polícia

A cargo do Btl que marchar na cauda.

**C — Marchas motorizadas****1 — Grupamentos de Marcha**

- a — Cada Btl : 1 Gpt de Marcha ;
- b — Elementos Regimentais : 1 Gpt de Marcha ;
- c — Os elementos de um Gpt não devem marchar em outro Gpt ;
- d — No caso de GT ou Dst, as Unidades integrantes, do valor de Btl (GO por exemplo), constituirão 1 Gpt de Marcha. Os elementos do valor de Cia, constituirão uma ou mais Unidades de Marcha e se deslocarão à retaguarda de um dos Gpts de Marcha.

**2 — Unidades de Marcha**

- a — As UM em cada Gpt terão um máximo de 25 Vtrs ;
- b — Será organizado o mínimo de UM dentro de cada Gpt.

**3 — Reforços**

- A cada Btl : Sec de Saúde de Btl (3 Vtrs).

**4 — Formação e Velocidade de Marcha**

- a — À noite : os veículos ;  
Coluna cerrada, 15 KPH, 50 VPK, ou 20 m de distância, entre as viaturas ;
- b — De dia : Coluna aberta, 30 KPH, 12,5 VPK ou 80 m de distância entre as viaturas ;
- c — (1) — Os movimentos motorizados, em princípio, serão realizados, à noite, com faróis apagados ;  
(2) — Pequenos elementos poderão deslocar-se de dia, por infiltração, 4 VPK.

**5 — Distâncias**

- a — Entre Gpt M : 2 mins ;
- b — Entre UM : 1 min.

**6 — Altos**

- a — 1º Alto, de 15 mins, após os primeiros 45 mins de marcha ;
- b — 15 mins após cada 3 horas de marcha.

**7 — Destacamentos de Retaguarda**

- a — Do RI : Cmt : oficial de motores do RI ;  
Constituição : variável, devendo, em qualquer caso, conter os elementos de manutenção ;
- b — Dos Gpts : a cargo dos mesmos.

**D — Marchas por escalões**

- 1 — Os elementos motorizados de cada viagem constituem um escalão, que pode ter um ou mais Gpts de Marcha.
- 2 — As viaturas orgânicas do RI, com suas dotações, deverão fazer parte do 1º escalão : de cada Btl serão retiradas duas Vtrs  $\frac{1}{4}$  t para cada Cmto e controle dos elementos não motorizados.
- 3 — Havendo viaturas em reforço, estas deverão ser utilizadas, ao máximo, dentro das condições estipuladas pelo escalão superior.
- 4 — A subunidade de dia no estacionamento do RI deverá ter elementos no mesmo até a partida do último escalão.
- 5 — No caso de GT ou Dst serão utilizadas as viaturas disponíveis de todas as unidades que o compõem.
- 6 — Quando houver necessidade de algum elemento do RI marchar a pé, deverá fazê-lo no mínimo necessário.
- 7 — Aos elementos motorizados e aos que marcham a pé, aplicam-se as normas padrão constantes dos parágrafos II e III deste Doc.
- 8 — As viaturas que tenham de retornar deverão ser incluídas no (s) primeiro (s) grupamento (s) de marcha.
- 9 — No caso de GT ou Dst os elementos de Art não deverão chegar às zonas de estacionamento, em fim de marcha, antes que aí existia, pelo menos, o valor de 1 Btl.

**E — Elementos destacados****1 — Estacionadores**

- a — Cmt : S-1 do RI

b — Constituição : — 1 médico do RI ;

- S-1 dos Btl. ;
- 1 oficial e 3 praças por Cia Regimental ;
- 1 Sgt e 3 praças por Cia de Btl. ;
- Elementos de sapadores (1 Esq) de cada Btl. caso de GT ou Dst e, se necessário, elementos Eng podem realizar os trabalhos.

c — No caso de GT ou Dst as outras unidades orgânicas terão incluídos os elementos, de acordo com as respectivas NPA.

## 2 — Destacamento Precursor

a — Constituição :

(1) — Cmt : o do Pel Rcn RI ;

(2) — Sec Reconhecimento :

- Pel Rcn (—) ;
- Elementos Rcn Eng ;
- Elementos de Contrôlo do trânsito.

(3) — Sec Sapadores :

- 1 Esq de cada Pel Rcn Sep dos Btl. ;
- No caso de GT ou Dst, a Eng terá, a seu cargo, a missão desta Sec.

(4) — Sec Contrôlo de Trânsito :

- 1 Sgt e 1 cabo de Pel Rcn RI ;
- 2 homens treinados, de cada Cia Fz. ;
- No caso de haver reforço de elementos de PM, estes terão a seu cargo esta missão.

3 — As unidades apresentarão, no PC do RI, os componentes dos elementos destacados, tão logo tenham recebido a ORDEM PREPARATÓRIA, de forma que 45 min depois do recebimento da O Prep possam partir os Elementos Destacados.

4 — Transporte :

A cargo das respectivas unidades ou subunidades.

5 — No Planejamento das Marchas, não devem ser levados em conta os elementos destacados, inclusive as viaturas que os transportam. Estas só poderão ser utilizadas para esse fim específico e deverão ser devolvidas, mais cedo possível às unidades de origem.

## F — Prescrições Diversas

1 — Logo que recebida pelo RI uma Ordem Preparatória para marcha, deve o Subcmt, com a cooperação dos S-1, S-3 e S-4, apresentar um quadro, o qual conste, com relação ao 1º RI :

- situação dos efetivos (discriminando até Cia) ; viaturas existentes e viaturas disponíveis para o transporte de tropa ; pessoal que normalmente marcha a pé ;
- igual providência deve ser tomada pelos Cmts das Armas integrantes do GT.

2 — No caso de GT ou Dst, a Cia de Saúde (Ev) deverá ter ambulâncias nos grupamentos de Marcha, exceto nos de retorno de Vtrs vazias. A Cia (—) marchará com o Dst S (—).

IV — Às 0600/D, o Cmt do GT 1 recebeu a seguinte ORDEM PREPARATÓRIA do Cmt da 1ª DI :

"A 1ª DI vai marchar, hoje, para a região logo ao S de STA. RITA, onde estacionará em condições de prosseguir o movimento para o S inteiramente motorizada.

"O GT 1 realizará a marcha com os seus próprios meios.

"O Cmt do RI deverá estar no QG da DI, em S SIMÃO, às 0800/D, a fim de receber Ordens."

V — PEDIDO N. 1 (Solução à pág. n. 47).

Atuação do Cmt do GT 1 em consequência.

## 2ª SITUAÇÃO PARTICULAR

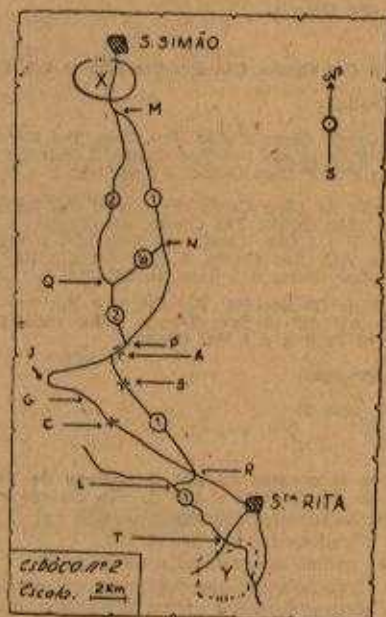
1 — Da Ordem de Operações da 1ª DI foram tomadas as seguintes notas, de interesse do GT 1:

## A — Missões das Unidades Subordinadas

(Ver Esboço n. 2).

## 1 — GT 1

- a — Deslocar-se na noite de D/D + 1, com seus próprios meios, da região X para a região Y, onde estacionará, em condições de prosseguir o movimento para o S, inteiramente motorizado, na noite de D + 1/D + 2.
- b — Itinerários: 1, 1-A e 2.
- c — PI, PC F (PD) e Hora de passagem no PI — A critério do GT 1.
- d — Restrições:
  - (1) — O trecho de estrada LT não poderá ser utilizado pelo GT 1 entre 1800 e 2055.
  - (2) — Passagem pela localidade de STA. RITA — somente mediante autorização da DI.



## 2 — GT 2, GT 3 e demais elementos da DI

Utilizarão outros itinerários e zonas de estacionamento, sem interferência nos do GT 1.

## 3 — Condições de Execução

- a — Movimentos diurnos permitidos, apenas, para pequenos grupos de viaturas, por infiltração, 4 VPK.

- b — Movimentos noturnos, faróis apagados.
- c — Movimentos terminados às 0530/D + 1.
- d — O controle do trânsito na região do ponto L está a cargo da ZA (Zona de Administração).
- e — Cobertura AA, trabalhos de Engenharia e controle de trânsito, tudo a cargo dos GT em seus itinerários.

### ANEXO: ESBÔÇO N. 2

## II — INFORMAÇÕES SOBRE OS ITINERÁRIOS

### A — Estradas

- N. 1 — De S SIMÃO ao ponto L é uma estrada de 2 vias de macadame, e de L em diante tem 2 vias e é revestida de concreto.
- N. 1 a — Estrada de 1 via, sem revestimento (terra).
- N. 2 — Estrada de 2 vias, sem revestimento.

### B — Pontes

- Pontes A e B — 2 vias, capacidade de 40 t.
- Ponte C — 1 via, capacidade de 25 t.

## III — DADOS ESSENCIAIS AO PLANEJAMENTO

### A — Organização do GT (tipo 2)

#### 1 — RI

3 Btl's I, Cia Cmto, Cia Sv, Cia Mrt P 4.2, Cia Can AC e Dst S.

#### a — Btl I (cada):

- Cia Cmto (Secs Cmto, Pel Com, Pel Rem e Pel AC)
- 3 Clas Fz (Cada: 1 Sec Cmto, 3 Pels Fz e 1 Pel Ptr)
- 1 Cia Ptr P (Sec Cmto, 2 Pels Mtr P e 1 Pel Mrt Bl).

b — Cia Cmto RI (Sec Cmto, Pel Com, Pel Rem);

c — Cia Sv (Sec Cmto, Pel Cmto, Pel Trnp);

d — Cia Mrt P 4.2 (Sec Cmto e 3 Pels Mrt P 4.2);

e — Cia Can AC (Sec Cmto, 3 Pels AC e 1 Pel Min AC);

f — Dst S (Sec Cmto e 3 Secs de Btl).

2 — GO 105 (3 Bias Obuses 105, Bta Cmto e Bta Sv)

3 — Bta Gp Can AU AP (2 Secs Tiro e 1 Sec Cmto).

4 — Cia e Cmb (3 Pels E e 1 Pel Cmto).

5 — Cia S (Ev).

6 — Pel PM (3 grupos).

### B — Movimentos (GT tipo 2)

#### Observações:

- a) Os dados numéricos referentes ao Dst S (—Secs de Btl) devem ser acrescentados aos da Cia Cmto do RI, quando o Dst S, não estiver reunido;
- b) Computado um dos padioleiros referidos na Obs (c);
- c) Estão computados 3 padioleiros da Sec S Btl;
- d) Computado um dos padioleiros referidos na Obs (c);
- e) Estão computados 12 padioleiros que totalizam os referidos na Obs (c);
- f) Acrescentou-se ao efetivo do Btl, 2 vtrs e 21 homens, dos quais 17 se deslocam a pé. Os 13 homens que faltam no efetivo da Sec são os 12 padioleiros (ver obs c) e 1 oficial médico que já está computado para transporte em uma vtr da Cia Cmto do Btl;
- g) Não estão computados os 12 padioleiros de que trata a obs (c);
- h) Desprezando a unidade tática entre as Clas;
- i) São 3 vtrs quando os 12 padioleiros de cada Btl deslocam-se com os mesmos. Quando marcha o Dst todo reunido, são necessárias 4 vtrs (51 homens + 26 padioleiros = 87 homens);
- j) Foram calculadas sem desfazer a unidade tática dos Btl's e Clas Regimentais ( $3 \times 26 + 1 + 1 = 87$ ). Quando se desejar transportar o RI desfazendo a unidade tática, bastam 83 vtrs ( $2121 + 25 = 83$  vtrs);

Calculado na formação coluna por 2, distância de 1 m entre os homens, e dentro da seguinte organização:

- Cia de Fz: 4 Pels (cada);
- Cia de Pz: 3 Pels;
- Cia Cmde Btl: 1 Pel; computar 2 Pels, quando o Sec S Btl estiver reforçando;
- Btl: 5 Cias (cada) ou 16 Pels (cada);
- Cia Can A C: 1 Pel (constituindo 1 Cia, marchando);
- Cia Cmde + Cia Serv: 1 Pel (com um dos Btls);
- Dst S: 3 Pels, marchando com a Cia de Cmde do RI; caso as Secs de Btl estejam destacadas, não computá-los;
- Total do RI: 3 Btls ou 16 Cias ou 53 Pels.

Com as seguintes distâncias:

- entre Btls: 100 ms;
- entre Cias: 50 ms;
- entre Pels: 30 ms, e usando-se a fórmula  $\text{Prof (ms)} = N \times 0,8 + d$ ; onde  $N = n.$  de homens;

0,8 é o fator multiplicador e  $d$  é a soma das distâncias entre as unidades.

Considerou-se as unidades inteiramente motorizadas. Distância entre vtrs 9 m. Resultados para mais em múltiplos de 5. A coluna foi considerada cerrada entre unidades de Marcha e Gpt Marcha;

Nas marchas motorizadas, foi considerada a seguinte organização:

- Gpt de { — Cada Btl: 1 Gpt de Marcha,
- Marcha { — Elementos regimentais: 1 Gpt de Marcha.

- Unidades de Marcha { — Em cada Gpt as unidades de marcha com um máximo de 25 vtrs.
- de { — Dentro de cada Gpt foi organizado o mínimo de unidades de
- Marcha { marcha.

Com os seguintes intervalos de tempo:

- entre Unidades de Marcha: 1 minuto;
- entre Gpt de Marcha: 2 minutos.

Foi utilizada a seguinte fórmula:

$$P = \frac{N \times 0,08 + I}{60} \times \frac{V}{(KPH)} \quad \text{ou} \quad \frac{P}{(Km)} = \frac{N + I}{D \times 60}$$

As fórmulas utilizadas foram:

$$TE = \frac{P \text{ (ms)} \times 60}{(\text{mins})} \quad V \times \frac{1000}{(KPH)}$$

Para coluna cerrada

$$TE = \frac{N \times 0,08 + I}{(\text{mins})}$$

$$TE = \frac{N}{(\text{min}) \times D \times V \text{ (KPH)}} \times 60 + I \quad \text{ou} \quad TE = \frac{P \text{ (ms)} \times 60}{(\text{min}) \times \frac{V}{(KPH)} \times 1000}$$

Nos totais inferiores a 1 min arredondou-se para mais em múltiplos de 15 segundos. Nos superiores a 1 min em minutos.

A fórmula utilizada foi:

$$TC = \frac{(P \text{ (mvt/ms)})}{1000} \times \frac{V}{(KPH)} \times 60$$

C — Dados diversos

1 — Tempos para: (em min)

|                             |    |           |
|-----------------------------|----|-----------|
| Manobra de Vtrs.....        | 15 | } A noite |
| Embarque de pessoal.....    | 20 |           |
| Desembarque de pessoal..... | 10 |           |
| Carga.....                  | 60 |           |
| Descarga.....               | 30 |           |

- 2 — Tempo de reunião e reorganização de Vtrs vazias que devam retornar para buscar novos elementos é igual ao Tempo de Escoamento do (s) Grupo-mento (s) de Marcha em que tenham vindo numa 1ª viagem.
- 3 — A distância mínima que uma tropa, que não dispõe de transporte orgânico, deve marchar a pé, é dada pela fórmula:

$$D = T (\text{horas} \times V (\text{KPH}))$$

2

em que T é o tempo que se precisa de ganhar, a fim de que o movimento termine à hora determinada.

D — Viaturas de 2½ que podem ser empregadas para o transporte de tropa (em sua ordem de prioridade de utilização).

| Natureza das cargas         | R I | G O |
|-----------------------------|-----|-----|
| Cozinha .....               | 2   | 1   |
| Pessoal e equipamento ..... | 19  | 5   |
| Munição e Minas .....       | 9   | 15  |
| Comando .....               | —   | 1   |
| Comunicações .....          | 1   | 1   |
| Dst Médico .....            | 1   | —   |
| TOTAL .....                 | 32  | 23  |

#### OBSERVAÇÕES:

- 1 — As Vtrs da Cia Can Au AP, da Cia E Cmb e Pel PM não devem ser utilizadas no transporte de tropa, pois o são no desempenho de suas missões e tarefas especializadas, a não ser que tais trabalhos estejam a cargo de elementos do escalão superior.
- 2 — As Vtrs da Cia S (Ev) em princípio não são utilizadas em virtude da Convenção de Genebra.
- 3 — Para o transporte de pessoal que não dispõe de Vtrs orgânicas, devem ser utilizadas apenas Vtrs de 2½ t, à base de 25 homens por Vtr.

#### IV — PEDIDO N. 2 (Solução à pág. n. 47).

- A — O Cmdo do GH realizou o seu estudo da situação, na carta, e, às 0945, o Cel Cml decidiu realizar o movimento por escalões, utilizar principalmente o itinerário n. 1 e instalar o PI no ponto M e o PCF (PD) no ponto T.
- B — Tomada a decisão pelo Cel, trata-se, agora, inicialmente, de acionar os elementos destacados. Sabe-se que a maneira mais eficiente de acionar o Destacamento Precursor é lançar, primeiramente, a Sec Rcn e, depois, com as informações resultantes do trabalho dessa Sec, mandar o restante do Dst Prec. Tal maneira de agir só não deverá ser utilizada quando a disponibilidade de tempo não permitir e, neste caso, o Dst Prec é acionado como um todo.  
O Sr é o S-3 do GT 1. Que Missão daria ao Dst Prec?  
(Comportando: estradas que devem ser reconhecidas, necessidades de controle de trânsito e trabalhos de Engenharia, hora de partida das Secs, ocasião e local de apresentação do relatório.)

#### V — PEDIDO N. 3 (Solução à pág. n. 48).

- A — Haverá necessidade do Cmdo do GH 1 esperar o término da missão do Dst Prec para acionar os estacionadores? Quando poderia ser dada a Ordem Particular a esses elementos e desde quando poderiam eles partir?
- B — Qual a composição dos Estacionadores (Cml e tropa)?

### 3ª SITUAÇÃO PARTICULAR

- I — Às 1200 a 3ª Cia entrou de serviço ao estacionamento do GT 1 na região X.
- II — Às 1330 chegou ao PC um estafeta trazendo o relatório do Dst Precursor.

#### III — PEDIDO N. 4 (Solução à pág. n. 48).

- A — O Sr desempenha as funções dos diversos elementos do Cmdo do GT 1. Ploteie a marcha, do GT e redija o QUADRO DE MOVIMENTO, que acompanharia a Ordem de Operações.
- B — Em seguida, confeccione o Gráfico de Marcha.

## O GT NOS MOVIMENTOS PREPARATÓRIOS

## SOLUÇÕES DOS PEDIDOS

O N. 1 (1ª Situação Particular)

## UMA SOLUÇÃO

- Reuniu os elementos indispensáveis do EM do GT e fez um rápido Estudo da Situação, em face da Ordem Preparatória recebida da 1ª DI.
- Expediu, em consequência, às 0730 a seguinte

## ORDEM PREPARATÓRIA

"O GT 1 vai marchar, hoje, com seus próprios meios, para a região logo ao S de STA RITA DO PASSA QUATRO, onde estacionará, em condições de prosseguir o movimento para o S. Oportunamente serão expedidas as ordens para a execução do Movimento."

- Compareceu, às 0800, ao QG/1ª DI, acompanhado do S-3 e de um estenógrafo.

## JUSTIFICATIVA

- O Cmt do GT achou que bastaria reunir os 4S e o seu Subcmt porque recebeu apenas uma Ordem Preparatória. Não tem ainda informações, nem ordem de execução. Vai, somente, estudar a Ordem Preparatória da DI; não precisará, portanto, de consultar seu EM especial. Futuramente, após o recebimento da Ordem de Operações, terá muito o que estudar com ele.
- O Cel não sabe ainda a que horas começará a marcha, sabe apenas que será hoje. A pior hipótese é que seja diurna e antes das 1200. Neste caso é conveniente que ele alerte os seus subordinados, através de uma Ordem Preparatória, com o que ganhará tempo, pois os preparativos poderão ser iniciados antes mesmo do recebimento da ordem de execução.

O N. 2 (2ª Situação Particular)

## MISSÃO DO DESTACAMENTO PRECURSOR (Uma solução)

- A — Estradas a Reconhecer — 1, 1-A e 2.
- B — P I — ponto M, P C F (PD) — ponto T.

- |                                       |                             |
|---------------------------------------|-----------------------------|
| 1 — PCT, Guias e Guardas.             | } A propor pelo<br>Dst Prec |
| 2 — Pontos de Manobras de Viaturas.   |                             |
| 3 — Trabalhos a realizar nas estradas |                             |

## C — Composição

N P A.

## D — Condições de Execução

- 1 — Hora de partida.

a — Sec Rcn — imediata;

b — Dst Precursor (—) mediante ordem, entre 1300 e 1400.

## JUSTIFICATIVA

- A — O Cel decidiu utilizar principalmente o itinerário n. 1, não desprezando os de ns. 1a e 2, daí a necessidade desses serem reconhecidos.
- B — Uma vez que o Cel decidiu pela carta os locais do PI e PCT (PD) há necessidade de serem reconhecidos e preparados (se for o caso) pelo Dst Prec. Além disso, esses pontos constituem a origem e o fim para a contagem das distâncias nos itinerários.

- C — As necessidades de controle de trânsito e de trabalhos de engenharia podem ser estimadas, a priori, pelo Cmdo do GT 1, ou propostas pelo Dst Prec. O primeiro caso se dá quando há premência de tempo. Desde que o tempo seja suficiente é mais vantajoso que essas necessidades sejam avaliadas, in loco, pelos elementos especializados do Dst Prec. O controle de trânsito pode ser feito por PCT, guias e guardas e, além disso, é interessante saber-se os locais favoráveis para a manobra de Vtrs, uma vez que teremos de planejar e executar um movimento por viagens sucessivas.
- D — A composição do GT 1 está prevista nas NPA do RI, não havendo necessidade de modificá-las.
- E — Tratava-se de verificar se o Dst Prec deveria ser acionado parceladamente, ou com um todo, o que equivale a pesquisar se há ou não premência de tempo. Desde 0730 o RI havia sido alertado por uma Ordem Preparatória. Desde 0815, já poderia partir o Dst Prec (Ver NPA). O Cel tomou sua Decisão 0845, portanto cerca de 1000 aqúele Dst poderia iniciar sua missão. O percurso é da ordem de 30 km e a velocidade de trabalho da Sec é de 13 KPH, então a Sec gastaria cerca de 2 h para realizar os seus trabalhos. Considerando 15 mins como o tempo necessário para ultimar seu relatório e 1 hora o bastante para um estafeta levar o relatório ao PC do RI (30 km a 30 KPH), teríamos que às 1315 estaria o relatório de Rch no PC. Portanto, na pior das hipóteses às 1400, poderiam partir as outras Secs do Dst, que ainda teriam 4 horas disponíveis para a realização de seus trabalhos.

### PEDIDO N. 3 (2ª Situação Particular)

#### I — UMA SOLUÇÃO

- A — Os estacionadores não devem esperar que o Dst Prec termine os seus trabalhos.

A Ordem Particular poderia ser dada imediatamente após a Ordem Particular ao Dst Prec, ou seja, cerca de 1030. Os estacionadores, já alertados pela Ordem Preparatória, desde 0730, poderiam partir imediatamente após o recebimento da Ordem Particular nos Estacionadores, ou seja, cerca de 1100.

- B — Composição — NPA

#### II — JUSTIFICATIVA

- A — Os estacionadores devem sair o mais cedo possível, após o recebimento da Ordem Preparatória, de modo a permitir o mínimo de 3 horas de reconhecimento diurno no novo estacionamento. Além do mais, a missão do Dst Prec não tem interferência com a dos Estacionadores, uma vez que o trabalho destes é todo feito na Zona de Estacionamento futura. Por último, é aconselhável, dentro das condições de prazo disponíveis, que o relatório dos Estacionadores esteja no PC do RI antes do movimento ser iniciado.

- B — Não há razão para alterar as NPA do GT.

### PEDIDO N. 4 (3ª Situação Particular)

#### I — UMA SOLUÇÃO

##### OBSERVAÇÕES :

a)

##### 1 — Postos de Controle

PI = PCT 1 = M,  
PCT 4 = B.

PCT 2 = Q,  
PCT 5 = R.

PCT 3 = P,  
PCF = PCT 6 = T

- 2 — O trecho entre a passagem de nível S e o cruzamento T não poderá ser utilizado pelo GT entre 1800 e 2055/D.

- 3 — Movimentos terminados : 0530/D + 1.

- b) Receberá o reforço de 21 Vtrs de 2,5 t, do 1º GO 105, às 1800/D, em seu atual estacionamento, devendo liberá-las às 2150, em fim de marcha.
- c) Receberá o reforço de 2 Vtrs de 2,5 t, do 1º GO 105, nas condições estipuladas na letra b), acima.
- d) As Vtrs do 1º GO marcharão à frente, constituindo 1 UM; a partir de P, pelo Itm. 1, reunir-se-ão ao GO às 0035 em M. As 32 Vtrs do RI que retornam, são : 27 da Cia Sv, 3 da Cia Mrt P 4.2, 1 da Cia Cmto e 1 do Dst S; estas, a partir de P, pelo Itm. 2, seguirão para Q.

e) Contará com 32 Vtrs de 2,3 t. em Q, às 0000, devendo liberá-las às 0146, em fim de marcha.

f) Ver Obs. b), c) e d).

g) Como na letra e), nas seguintes horas: 0336 e 0516.

## B — GRÁFICO DE MARCHA

### — JUSTIFICATIVA

A — Pela decisão do Cel já sabemos que essa marcha será realizada por escalões (vias-gens sucessivas). Dentro da idéia de viagens sucessivas quatro coisas precisamos de:

- 1 — organizar o movimento (seus escalões, seus retornos);
- 2 — verificar se a marcha (elementos a pé) poderá ser toda motorizada durante todo o percurso ou não;
- 3 — caso não seja possível a marcha toda motorizada, determinar um Ponto de Embarque, de tal forma que os elementos que não dispõem de transporte motorizado orgânico marchem o mínimo possível a pé (NPA);
- 4 — Confeccionar o Quadro de Movimento.

### B — Estudo da organização do Movimento

- 1 — Constam das NPA as seguintes determinações:

- a) "As Vtrs orgânicas do RI, com suas dotações, deverão fazer parte do 1º Escalão: de cada Btl serão retiradas 2 Vtrs de 1/2 t para Cmdo e Controle dos elementos não motorizados" (D 2);
- b) "No caso de GT ou Dst serão utilizadas as Vtrs disponíveis de todas as Unidades que o compõem" (D 5);
- c) "No caso de GT ou Dst os elementos de Art não deverão chegar às zonas de estacionamento, em fim de marcha, antes que aí exista, pelo menos, o valor de 1 Btl" (D 9).

| 1  | 2            | 3        | 4    | 5              | 6              | 7              | 8              | 9              | 10             | 11             | 12             | 13             |
|----|--------------|----------|------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| NR | UF em Passos | Viaturas | Auto | Motorizada (m) | Motorizada (m) | Motorizada (m) | Motorizada (m) | Motorizada (m) | Motorizada (m) | Motorizada (m) | Motorizada (m) | Motorizada (m) |
| 0  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 1  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 2  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 3  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 4  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 5  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 6  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 7  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 8  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 9  | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 10 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 11 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 12 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 13 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 14 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 15 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 16 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 17 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 18 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 19 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 20 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 21 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 22 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 23 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 24 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 25 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 26 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 27 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 28 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |
| 29 | UF           | A        | F    | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             | UF             |

## 2 — Em consequência das NPA, temos que :

- parte do 1º escalão já está constituída ;
- poderemos utilizar as Vtrs disponíveis do GO 105. Não poderemos fazê-lo com as da Bta Can Au AP e as da Cia E porque são necessárias ao desempenho de suas missões. Quanto à Cia S, a Convenção de Genebra nos impõe em princípio, de utilizá-las ;
- o GO não poderá fazer parte do 1º escalão.

## 3 — Do 1º escalão poderão fazer parte outros elementos, além das Vtrs orgânicas. Sim, desde que tenhamos Vtrs disponíveis.

## 4 — As Vtrs disponíveis poderão ser as 23 do GO. Que poderemos transportar com elas ? 1 Btl ? Uma ou mais subunidades ?

1 Btl exige 28 Vtrs (com a Sec Saúde) ; logo não poderemos transportar 1 Btl como um todo, pois só dispomos de 23.

Quanto às subunidades, poderemos transportar 3 Cias de F (desfazendo a unidade tática das Cias) ( $183 \times 3 = 549 + 25 = 22$ ), sobrando-nos 1 Vtr, na qual poderíamos mandar os elementos a pé da Cia Sv do RI (24 homens).

Outra solução seria motorizar 1 Btl (— 1 Cia Fz). Seriam necessárias 21 Vtrs ( $691 - 183 = 508 + 25 = 21$ ). Sobrariam, ainda, 2 Vtrs, nas quais poderíamos transportar os elementos a pé das

Cia Sv (24 homens)  
Cia Can AC (18 homens)  
Cia Cmdo RI (6 homens)

TOTAL : 48 homens = 2 Vtrs.

## 5 — Considerando que as NPA dizem :

"A subunidade de dia deverá ter elementos no estacionamento até a saída do último escalão" (no caso a 3ª Cia)

será mais interessante adotar a solução de mandar no 1º escalão, nas 23 Vtrs do GO, o 1º Btl (— 3ª Cia Fz) + os elementos a pé das Cias Regimentais (Sv, Can AC e Cmdo).

## 6 — Assim, já está constituído o 1º Escalão :

- 1º Btl (— 3ª Cia)
- Elementos Regimentais (todos)
- 2º Btl (somente os elementos motorizados)
- 3º Btl (idem).

## 7 — Dentro do 1º escalão, quais seriam os Grupamentos de marcha ?

## a) Dizem as NPA :

- (1) "As Vtrs que tenham de retornar deverão ser incluídas no (s) primeiro (s) grupamentos (s) de marcha (D 8).
- (2) "Cada Btl : 1 Gpt de marcha" (C 1-a).
- (3) "Elementos Regimentais : 1 Gpt de marcha" (C 1-b).
- (4) "No caso de GT ou Dst, a Cia de Saúde (Ev) deverá ter ambulância nos Gpts de Marcha, exceto nos de retorno de Vtrs vazias. A Cia (—) marchará com o Dst S" (—).
- (5) "Cada Btl terá o reforço de 1 Sec de Saúde de Btl (2 Vtrs)" (C 3).

## b) Então os Gpts de Marcha poderiam ser :

## 1º Gpt — 3º Btl (— 3ª Cia)

Vtrs : 21 do GO 105  
40 do Btl (orgânicas) (42 do Btl — 2 da 3ª Cia)  
2 da 1ª/10ª BS

TOTAL : 63

## 2º Gpt — Elementos Regimentais (inclusive a 1ª/10ª BS (—))

Vtrs : 2 do GO 105  
113 do RI ( $239 - 3 \times 42$ )  
10 da 1ª/10ª BS (17 — 7 Amb)

TOTAL : 125

## 3º Gpt — 2º Btl (somente os Elementos motorizados)

Vtrs : 40 do Btl (orgânicas) (42 — 2 de ¼ para Cmdo e controle dos elementos não motorizados)  
1 da 1ª/10ª BS

TOTAL : 41

4º Gpt — 3º Btl (somente os Elementos motorizados)

Vtrs: 40 do Btl (orgânicas) (42 — 2 de 1/4 para Cmdo e controle dos elementos não motorizados)  
1 da 1ª/1ª BS

TOTAL: 41

TOTAL de Vtrs do 1º Escalão: 270

8 — Que resta transportar do GT? Que viaturas serão necessárias?

a) Resta transportar:

(1) do RI:

- os elementos a pé do 2º Btl (691 homens)
- os elementos a pé do 3º Btl (691 homens)
- 3ª Cia de Fz (183 homens)

(2) Todo o GO 105, que dispõe de transporte próprio.

b) Cada Btl necessita de 23 Vtrs ( $691 \div 25 = 28$ ) e a 3ª Cia. de 8 ( $183 \div 25 = 8$ ), ou sejam 64 Vtrs.

As 23 Vtrs do GO, logo após a chegada, do 1º escalão à região de destino, deverão retornar ao estacionamento do GO, a fim de realizarem o movimento do próprio Grupo.

Assim, o restante do RI, que necessita de 64 Vtrs, terá de ser transportado pelas próprias Vtrs disponíveis do RI.

Sabemos que são 32 as Vtrs disponíveis, conseqüentemente, temos necessidade de mais 2 escalões para o RI.

32 Vtrs podem transportar 1 Btl (28 Vtrs) + 2 Pels Fz (2 Vtrs) ou 1 Btl (28 Vtrs) + 1 Cia Fz (— 2 Pels Fz).

9 — Conclusões.

1 — Movimento do 1º Escalão.

a) Hora de passagem da testa em M..... 1913

TE do 1º Escalão:

1º Gpt — 8 min (Ver Quadro em C 2)  
Interv. — 2 min  
2º Gpt — 14 min (Ver Quadro em C 2)  
Interv. — 2 min  
3º Gpt — 41 Vtrs (2 UM) 5 min

4 min (TE de 41 Vtrs)  
1 min (int entre 2 UM)  
Intervalo 2 min

4º Gpt — 41 Vtrs — 5 min  
TE = 38 min

b) Hora de passagem da cauda no M..... 1951

c) Hora de passagem da testa em T..... 2117  
(31 km — 0204)

2 — Movimento do Retorno 1.

a) Hora de passagem da testa em T..... 2226  
(2117 + 30 de descarga + 15 de manobra + 24 para reunir e reorganizar)

b) Chegada da testa das 22 Vtrs do RI ao ponto Q..... 2345  
(2226 + 0118 de percurso + 3 de escoamento das Vtrs do GO) (Ver Obs. n. 1 do Quadro E-1).

3 — Movimento do Grupamento a pé do 2º Btl.

Ele deverá partir de M, de tal forma que esteja no Ponto de Embarque (Q) um pouco antes de 2345 (hora da chegada a esse ponto das Vtrs que irão transportar o 2º Btl). Por outro lado, é conveniente que se inicie o movimento em M após a passagem da cauda do 1º escalão (1951). Tomaremos, portanto, como hora de passagem da testa em M — 1955. Conseqüentemente sua testa atingirá Q às 2326 (1955 + 0333) (11 km a 3 KPH).

Tempo de Escoamento deste Grupamento a pé = 25 min  
(Ver DADOS ESSENCIAIS AO PLANEJAMENTO).

## 4 — Movimento do 2º Escalão.

|                                              |         |
|----------------------------------------------|---------|
| a) Hora de passagem da testa em Q:           |         |
| (2345 + 15 de manobra + 20 de embarque)..... | 0020    |
| TE do 2º Escalão — 35 Vtrs (2 UM).....       | — 4 min |
| TE de 35 Vtrs.....                           | — 3 min |
| Intervalo de tempo entre 2 UM.....           | — 1 min |
| b) Hora de passagem da cauda em Q.....       | 0024    |
| c) Hora de passagem da testa em T:           |         |
| 0020 + 0116 (19 km a 15 KPH).....            | 0126    |

## 5 — Movimento do Retorno n. 2.

|                                                                                       |      |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------|
| a) Hora de passagem da testa em T:                                                    |      |
| (0136 + 10 de desembarque + 15 de manobra + 4 para reorganizar e reunir as Vtrs)..... | 0205 |
| b) Hora de passagem da testa em Q:                                                    |      |
| 0205 + 0116.....                                                                      | 0321 |

## 6 — Movimento do Grupamento a pé do 3º Btl.

Ele deverá partir de M, de tal forma que esteja no Ponto de Embarque (Q) antes de 0321 (hora da chegada a esse ponto das Vtrs que irão transportar o 3º Btl). Por outro lado, é interessante não saturar o P de Embarque com 2 BtIs que só poderão embarcar em horas diferentes. Tomemos 2300 para hora da partida do Grupamento a pé do 3º Btl. Consequentemente sua testa atingirá Q às 0233. TE deste Gpt igual ao do 2º Btl (a pé).

## 7 — Movimento do 4º Escalão.

|                                              |      |
|----------------------------------------------|------|
| a) Hora de passagem da testa em Q:           |      |
| (0321 + 15 de manobra + 20 de embarque)..... | 0356 |
| b) Hora de passagem da cauda em Q.....       | 0400 |
| c) Hora de passagem da testa em T:           |      |
| (0356 + 0116).....                           | 0512 |
| d) Fim de Movimento (0512 + 4 do TE).....    | 0516 |

## 8 — Movimento do 3º Escalão — 1º GO 105.

Hora da chegada da testa de suas Vtrs em M

|                            |      |
|----------------------------|------|
| Percurso (31 km) 0204..... | 0030 |
| Percurso (31 km) 0204..... | 0030 |

TE de 23 Vtrs do GO = min.

|                                                 |      |
|-------------------------------------------------|------|
| Hora da chegada da cauda de suas Vtrs em M..... | 0032 |
|-------------------------------------------------|------|

A partir dessa hora as Vtrs serão reunidas às demais do 1º GO 105 e carregadas (no mínimo 01,30 para isso), após o que o 3º Escalão poderá iniciar o seu movimento, em uma faixa de tempo de tal forma escolhida que não interfira com o movimento dos Retornos e do 4º Escalão no Ponto P (Ponto comum aos 2 itinerários). A maneira mais simples de chegar à escolha de uma boa solução é pelo traçado do gráfico de marcha. E nele verificamos que a melhor hora de passagem da testa do 3º Escalão em M é 0230.

Hora de passagem da cauda em M:

$$0230 + 15 \text{ de TE} = 0245.$$

(Para o TE do GO ver DADOS ESSENCIAIS AO PLANEJAMENTO)

Hora de passagem da testa do GO em T:

$$0230 + 0204 = 0434.$$

Hora de passagem da cauda em T = 0449.

9 — Com esses dados estamos habilitados a preencher o Quadro de Movimento (Ver solução), bastando apenas calcular as horas de passagem da testa e cauda nos diversos PCT.

10 — Outra maneira de planejarmos a nossa marcha seria, uma vez determinados os Escalões e Gpts, traçarmos o Gráfico de Marcha e dele extrairmos os dados para o Quadro de Movimento.

- 11 — Como o Esc. Superior impôs 0520/D + 1 para movimentos terminados, teremos de ganhar 0235 (0625 — 0530 = 0235).  
 12 — Como ganhar esse tempo?

Certamente fazendo alguém marchar a pé.

Dizem as NPA: "quando houver necessidade de algum elemento do RI marchar a pé, deverá fazê-lo no mínimo necessário" (D 6).

Se fizermos 1 Btl apenas marchar a pé, ele terá de percorrer:

$$d = \frac{\frac{175}{60} \times 15}{2} = 21,875 \text{ km ou } 22 \text{ km,}$$

o que corresponde a 7 hs de marcha, exigindo-se demasiadamente de 1 só elemento.

Se fizermos 2 Btls marcharem a pé, terão de percorrer metade dessa distância, ou seja cerca de 11 km.

- 13 — Conclusão:

A marcha não poderá ser totalmente motorizada. Os 2º e 3º Btls deverão marchar cerca de 11 km cada um.

#### D — Escolha do Ponto de Embarque

- 1 — Ele poderia estar no princípio ou fim do percurso e, conseqüentemente, a etapa a pé poderia ser realizada no início ou no fim da marcha. O relatório do reconhecimento indica a existência de um ponto Q, que se presta à manobra de Vtrs. e distante 11 km do PI (Ponto M) pelo itinerário 2. A utilização desse ponto para Ponto de Embarque terá duas grandes vantagens: dar aos elementos que marcham a pé um trecho de itinerário diferente daquele a ser utilizado pelos elementos motorizados e encurtar de 1 km o percurso dos retornos e dos 2º e 4º Escalões.

- 2 — Conclusão:

O ponto de embarque escolhido é o p<sup>to</sup> Q.

#### E — Confeção do Quadro de Movimento

- 1 — Hora de terminação do Movimento.

#### C\* — Possibilidade da marcha ser toda motorizada ou não.

- 1 — Hora em que a marcha pode ser iniciada.

O trecho entre L e T não pode ser utilizado antes de 2055. (Restrição imposta pelo esc. superior). Do PI ao ponto L dista 26,5 km, que a 15 KPH corresponde a 1 h 46. Poderíamos então passar com a testa no PI desde 1909 (2055 — 0146 = 1909). É possível que 2055 seja a hora de passagem da cauda de uma coluna pertencente a outro elemento. Como margem de segurança tomemos o dobro do intervalo de tempo entre Gpts, ou seja  $2 \times 2 = 4$  mins. Tomemos então 1913 como hora de início do Mvt.

| Itinerário        | Distância pelo velocímetro | Km do PI | Vel. possível à noite | OBSERVAÇÕES                                                                                                                                               |
|-------------------|----------------------------|----------|-----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (1) M             | 355,0                      | —        | 15<br>K P H           | A — Necessita de :<br>— Controlo de trânsito nos seguintes pontos, M, P, B, C, R, N, Q e em T.                                                            |
| MN                | 263,0                      | 8,0      |                       | B — Pontos que se prestam para a manobra de Vira : M, Q, T, J e G.                                                                                        |
| NP                | 370,0                      | 7,0      |                       | C — TRABALHOS DE ENGENHARIA :<br>1 — Melhoramentos do revestimento da estrada 2. caso chova (1 GE/km/4 horas) ; material utilizável nas regiões de Q e G. |
| PA                | 370,0                      | 0,5      |                       | 2 — Balsamento de 4 kms de pista no estacionamento final (1 GE/1,5 km/4 horas).                                                                           |
| AB                | 372,5                      | 2,0      |                       | 3 — Pontos críticos :<br>— II (1) — pontes A e B, se destruídas, pode a passagem ser feita com uma pista de troncos com boia (1 Pe/4 h cada) ;            |
| BR                | 379,5                      | 7,0      |                       | — pass. de nível em R : terreno favorece desvio (1 GE/2 hs) ;                                                                                             |
| RL                | 381,5                      | 2,0      |                       | — entroncamento junto à pass. nível em L : idem em R.                                                                                                     |
| LT                | 386,0                      | 4,5      |                       | — II (2) — pass. no Corr. em J : necessita consolidação (1 GE/4 h) ;                                                                                      |
| (2) M             | 610,0                      | —        | 15<br>K P H           | — ponte em C : se danificada ou destruída a recuperação exige : 1 Pe/4 e 8 hs.                                                                            |
| MQ                | 621,0                      | 11,0     |                       | — para reforçar para Classe 40 t : 1 Pe/4 hs.                                                                                                             |
| QP                | 624,0                      | 3,0      |                       |                                                                                                                                                           |
| PA                | 624,5                      | 0,5      |                       |                                                                                                                                                           |
| AC                | 633,5                      | 9,0      |                       |                                                                                                                                                           |
| CR                | 639,5                      | 6,0      |                       |                                                                                                                                                           |
| (1 <sup>a</sup> ) |                            |          | 15<br>K P H           |                                                                                                                                                           |
| N                 | 402,2                      | —        |                       |                                                                                                                                                           |
| NQ                | 406,2                      | 4,0      |                       |                                                                                                                                                           |

## A - QUADRO DE MOVIMENTO - ORDEM DE OPERAÇÕES

| Escalão                          | N.º do Gpt       | Cmt e constituição                                                                                                  | Movimento   |     |    | Contrôle do Mvt                      |                                                              |                                                      |
|----------------------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-----|----|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
|                                  |                  |                                                                                                                     | Itm         | Vel | TE | PCT                                  | Testa                                                        | Cauda                                                |
| 1.º ESCALÃO<br>Cmt: o do 1.º Btl | 1 (b)            | Subcmt 1.º Btl<br>1.º Btl (— 3.ª Cla)                                                                               |             |     |    | PI                                   | 1912                                                         | 1951                                                 |
|                                  | 2 (c)            | Cmt da Cla Sv<br>Cla Cmdo 1.º RI<br>Dist 8 (—) + 1.º/1.º BS (—<br>— 7 amb)<br>Cla Sv<br>Cla Mtr P 4.2<br>Cla Can AC | 1           | 15  | 28 | PCT3<br>PCT4<br>PCT5                 | 2012<br>2023<br>2051                                         | 2051<br>2101<br>2129                                 |
|                                  | 3                | Subcmt 2.º Btl<br>2.º Btl (Els Moto)                                                                                |             |     |    | PCT6                                 | 2117                                                         | 2155                                                 |
|                                  | 4                | Subcmt 3.º Btl<br>3.º Btl (Els Moto)                                                                                |             |     |    |                                      |                                                              |                                                      |
| —                                | 2 P<br>(a pé)    | Cmt do 2.º Btl<br>2.º Btl + 2 Pels da 3.ª Cla                                                                       | 2           | 15  | 25 | PI<br>PCT2                           | 1955<br>2328                                                 | 2020<br>2353                                         |
| —                                | 1 R<br>(retorno) | Cmt do Pel Trnp<br>22 Vtrs do 1.º GO 105                                                                            | 1           | 15  | 7  | PCT6<br>PCT5<br>PCT4<br>PCT3<br>PCT2 | 2226<br>2252<br>2259<br>2320<br>2327<br>2330<br>2337<br>2345 | 2233<br>2259<br>2259<br>2327<br>2337<br>2349<br>2349 |
|                                  | (d)              | 22 Vtrs do 1.º RI                                                                                                   | 1 e 2       |     | 2  | PCT1                                 | 0030                                                         | 0032                                                 |
| —                                | 3 P<br>(a pé)    | Cmt do 3.º Btl<br>3.º Btl + (3.ª Cla — 2 Pels)                                                                      | 2           | 15  | 25 | PI<br>PCT2                           | 2300<br>0233                                                 | 2325<br>0258                                         |
| 3.º ESC.<br>Cmt:<br>o do Gpt     | 5                | Cmt do 2.º Btl                                                                                                      | 2           |     |    | PCT2<br>PCT3<br>PCT4<br>PCT5<br>PCT6 | 0030<br>0032<br>0042<br>0110<br>0136                         | 0024<br>0036<br>0046<br>0114<br>0140                 |
|                                  | (e)              | 2.º Btl + 2 Pels da 3.ª Cla                                                                                         | 1           | 15  | 4  |                                      |                                                              |                                                      |
| —                                | 2 R<br>(retorno) | Cmt Pel Trnp<br>22 Vtrs do 1.º RI                                                                                   | 1<br>e<br>2 | 15  | 4  | PCT6<br>PCT5<br>PCT4<br>PCT3<br>PCT2 | 0205<br>0231<br>0259<br>0309<br>0321                         | 0209<br>0235<br>0303<br>0313<br>0325                 |
| 3.º ESC.<br>Cmt:<br>o do Gpt     | 6                | Cmt do 1.º GO 105                                                                                                   | 1           | 15  | 15 | PI<br>PCT3<br>PCT4<br>PCT5<br>PCT6   | 0220<br>0330<br>0340<br>0408<br>0434                         | 0245<br>0345<br>0355<br>0423<br>0449                 |
|                                  | (f)              | 1.º GO 105                                                                                                          |             |     |    |                                      |                                                              |                                                      |
| 4.º ESC.<br>Cmt:<br>o do 3.º Btl | 7                | Cmt do 2.º Btl                                                                                                      | 2           |     |    | PCT2<br>PCT3<br>PCT4<br>PCT5<br>PCT6 | 0356<br>0408<br>0418<br>0446<br>0512                         | 0400<br>0412<br>0422<br>0450<br>0516                 |
|                                  | (g)              | 3.º Btl + (3.ª Cla — 2 Pels)                                                                                        | 1           | 15  | 4  |                                      |                                                              |                                                      |

## a) Escalões e Gpts motorizados.

| Escalões         | Gpts | Constituição                                                                                     |
|------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º<br>(370 Vtrs) | 1º   | 1º Btl - 3ª Cia Fz + 2 Amb                                                                       |
|                  | 2º   | Cia Cmdo 1º RI<br>Dst S (- 6 Vtrs) + 1ª/2ª BS (- 7 Amb)<br>Cia Sv<br>Cia Mrt P 4.2<br>Cia Can AC |
|                  | 3º   | 2º Btl (Elementos moto + 1 Amb - 2 Vtrs de ¼)                                                    |
| 2º<br>(35 Vtrs)  | 5º   | 3º Btl (Elementos moto + 1 Amb - 2 Vtrs de ¼)                                                    |
| 3º<br>(91 Vtrs)  | 6º   | 2º Btl + 2 Pels Fz da 3ª Cia + 1 Amb + 2 Vtrs de ¼                                               |
| 4º<br>(37 Vtrs)  | 7º   | 1º GO 105 + 1 Amb                                                                                |
|                  | 2º   | 3º Btl + 3ª Cia Fz (- 2 Pels Fz) + 1 Amb + 2 Vtrs de ¼                                           |

## b) Retornos.

Para o transporte dos 2º, 3º e 4º Escalões necessita-se de retornos de Vtrs vazias. Assim:

|            |                                              |
|------------|----------------------------------------------|
| 1º Retorno | 23 Vtrs do 1º GO 105 (para o trap do 3º Esc) |
|            | 32 Vtrs do 1º RI (para o trap do 2º Esc)     |
|            | TOTAL: 55 Vtrs                               |
| 2º Retorno | 32 Vtrs do 1º RI (para o trap do 4º Esc)     |

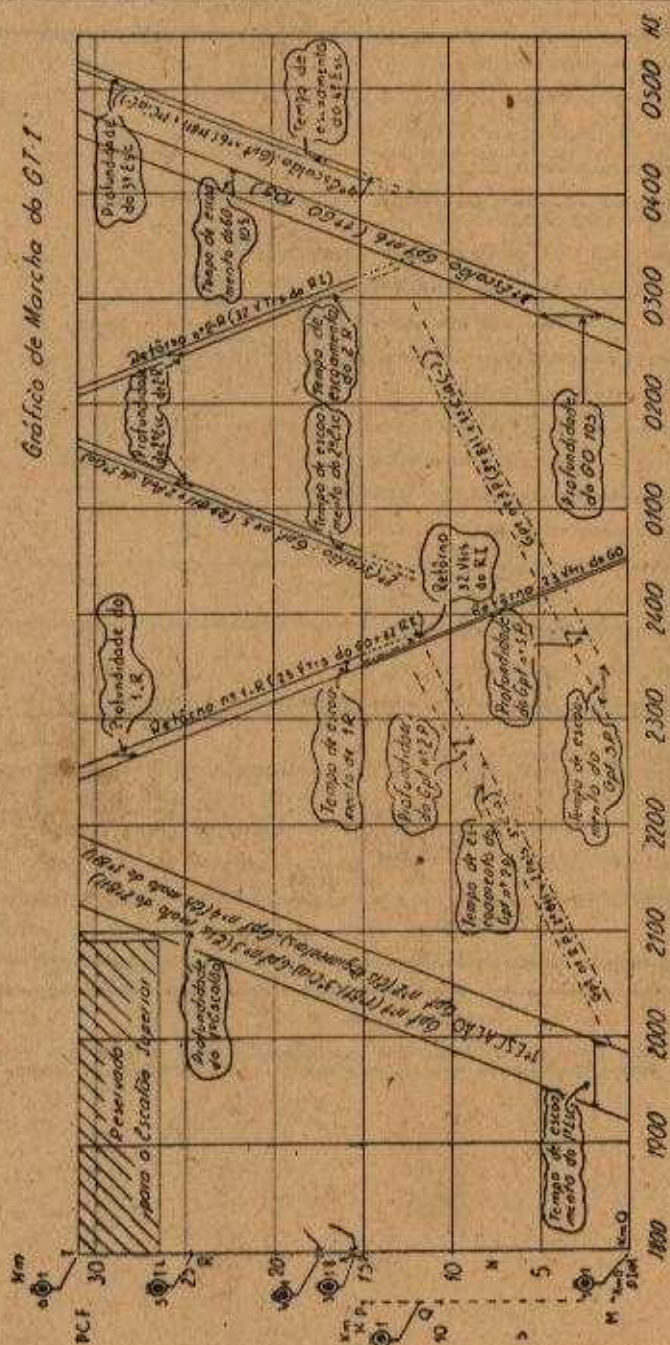
2 - Vejamos agora a que horas poderia terminar o Mvt. se todo motorizado :

|    |                                                                                       |      |
|----|---------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 1  | Hora de passagem no P1                                                                | 1913 |
| 2  | Duração do percurso (31 km - 1.1)                                                     | 0204 |
| 3  | Tempo de descarga das 32 Vtrs do R1 (Retorno)                                         | 30   |
| 4  | Tempo para manobra das Vtrs                                                           | 15   |
| 5  | Tempo para as Vtrs vazias serem reorganizadas e reunidas<br>(TE dos primeiros Gpts) : |      |
|    | 1º Gpt - 83 Vtrs (3 Unidades de Marcha) = 8 min                                       |      |
|    | 5 min (TE de 83 Vtrs)                                                                 |      |
|    | 2 min (Intervalo entre 3 UM)                                                          |      |
|    | - Intervalo de tempo entre os 1º e 2º Gpts = 2 min                                    |      |
|    | 2º Gpt - 125 Vtrs (5 UM)                                                              |      |
|    | 10 min (TE de 125 Vtrs)                                                               |      |
|    | 4 min (int. entre 5 UM)                                                               | 34   |
| 6  | Duração do percurso (31 km) (Retorno)                                                 | 0204 |
| 7  | Manobra das Vtrs vazias                                                               | 15   |
| 8  | Tempo de embarque dos el.: a pé do 2º escalão                                         | 20   |
| 9  | Duração do percurso (2º escalão)                                                      | 0204 |
| 10 | Tempo de desembarque do pessoal                                                       | 10   |
| 11 | Tempo para manobra das Vtrs                                                           | 15   |
| 12 | Tempo para as Vtrs vazias serem reorganizadas e reunidas<br>(TE do 2º escalão)        | 04   |
| 13 | Duração do percurso (Retorno 2)                                                       | 0204 |
| 14 | Manobra das Vtrs vazias                                                               | 15   |
| 15 | Tempo de embarque do 4º escalão. (Obs n. 1)                                           | 20   |
| 16 | Duração do percurso (4º escalão)                                                      | 0204 |
| 17 | TE do 4º escalão                                                                      | 04   |
| 18 | TOTAL                                                                                 | 3225 |
| 19 | Hora em que poderia terminar o Mvt                                                    | 0825 |

## OBSERVAÇÃO N. 1

O 3º Escalão (1º GO 105) não está computando porque a partir da chegada de suas Vtrs poderá deslocar-se independente dos 2º e 4º Escalões, ou mesmo com estes.

Gráfico de Marcha do GT-1



Itinerário nº 1 ————  
 Legenda Itinerário nº 2 - - - - -



|    |                                                                                        |      |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 1  | Hora de passagem no P1                                                                 | 1913 |
| 2  | Duração do percurso (M a T — Itm 1 — 31 km)                                            | 0204 |
| 3  | Tempo de descarga das 32 Vtrs do R1 (Retorno 1)                                        | 30   |
| 4  | Tempo para a manobra de Vtrs                                                           | 15   |
| 5  | Tempo para as Vtrs vazias serem reorganizadas e reunidas<br>(Ver Quadro em C 2)        | 24   |
| 6  | Duração do percurso (Retorno 1 — T a Q — Itm. 1 e 2 — 19 km)<br>(Ver Obs. n. 1)        | 0119 |
| 7  | Manobra das Vtrs vazias                                                                | 15   |
| 8  | Embarque dos elementos a pé do 2º Escalão                                              | 20   |
| 9  | Duração do percurso (2º Escalão — Q a T — Itm. 2 e 1 — 19 km)                          | 0116 |
| 10 | Tempo de desembarque do pessoal                                                        | 10   |
| 11 | Tempo para a manobra das Vtrs                                                          | 15   |
| 12 | Tempo para as Vtrs vazias serem reorganizadas e reunidas                               | 04   |
| 13 | Duração do percurso (Retorno 2 — T a Q — Itm. 2 e 1 — 19 km)                           | 0116 |
| 14 | Manobra das Vtrs vazias                                                                | 15   |
| 15 | Tempo de embarque dos elementos a pé do 4º Escalão<br>(Ver Obs. n. 1 do Quadro em C 2) | 20   |
| 16 | Duração do percurso (4º Escalão — Q a T — Itm. 2 e 1 — 19 km)                          | 0116 |
| 17 | TE do 4º Escalão                                                                       | 04   |
| 18 | TOTAL                                                                                  | 2916 |
| 19 | Hora de fim de marcha                                                                  | 0516 |

## OBSERVAÇÃO N. 1

O Retorno n. 1 é composto de 23 Vtrs do GO e 32 do R1. A Unidade de marcha das 23 Vtrs do GO destina-se, pelo itinerário 1 ao ponto M, as do R1 vão pelos itinerários 1 e 2 até Q, portanto, em P elas se separam. Desta maneira, como duração do percurso das 32 Vtrs do R1 temos de tomar, além do tempo necessário para percorrer 19 km, ou seja 0116, o tempo de escoamento das 23 Vtrs do GO no Ponto P (2 min) e o intervalo de tempo entre a UM das Vtrs do GO e as 32 do R1 ( $0116 + 2 + 1 = 0119$ ), uma vez que as Vtrs do GO devem ir na frente (no 1º Escalão estavam quase todas no 1º Grupamento e se destinam ao Estacionamento Inicial, mais distante que o Ponto de Embarque Q).

# HITLER E SEUS GENERAIS

Maj. CARLOS ALBERTO DA FONTOURA



**A**RIADA e abundante literatura da última guerra, pondo à mostra a figura de seus principais personagens, já permite que se vá aos poucos vislumbrando os bastidores de sua história. Livros e mais livros, artigos, ensaios e estudos diversos têm surgido ultimamente, proporcionando aos estudiosos, aos curiosos e mesmo ao grande público, o conhecimento das maiores figuras, já agora sofrendo a crítica dos amigos e ex-inimigos, todos ansiosos em busca da verdade dos fatos.

Qualquer "notícia", mesmo a mais despretenciosa, que se pretenda sobre Hitler e seus generais, leva-nos a admitir, de início, que o ditador nazi exercia espantoso poder de "presença". Possuía, no mais elevado grau, isso que os espanhóis chamam de "Hombria" — esse poder de dominar pela simples força da personalidade. Todos quantos dele se acercavam, são unânimes em asseverar que o seu tipo embora insignificante, no que tange ao aspecto físico, era o de um verdadeiro dominador, no que concerne ao encanto pessoal. Sua dialética — a dialética dos inspirados — dominava os interlocutores, que só excepcionalmente não se rendiam face aos argumentos do fuhrer alemão. Após alguns minutos de palestra, o seu domínio era absoluto. Os ouvintes, não raro ostentando opiniões diametralmente opostas, finda a entrevista, deixavam-no completamente mudados e, usando de seus próprios argumentos, defendiam agora o que pouco antes conside-

ravam um absurdo. Diz Manteuffel, um dos generais que lhe foi íntimo: "Hitler possuía uma personalidade hipnótica". Tal era a capacidade de convencer que ornava o caráter de Adolfo Hitler. Isso, por certo, levou-o ao fastígio do poder, mas também o conduziu — inexoravelmente — ao fim trágico do Reichstag, onde se deixou sepultar com os últimos vestígios do esplendoroso Terceiro Reich do nacional socialismo alemão.

Ditador absoluto, passou do domínio da simples idéia a imposição na ordem política, e até na ordem militar. Naquela — na ordem política — não admitia conselho. Fiava-se unicamente nos seus próprios conhecimentos e particularmente na sua inspiração. Esta era a sua principal conselheira, pois os seus companheiros de governo, mesmo os mais graduados, eram meros executores da sua política unipessoal. Nesta última — na ordem militar — depreende-se claramente que, nas reuniões com seus principais acesores, os problemas militares não eram examinados friamente, à luz de suas conseqüências políticas. A chamada política de guerra não foi fruto de um planejamento sensato, em consonância com a doutrina exposta pelo famoso Estado-Maior alemão. Hitler não admitia o livre debate das idéias para depois decidir, quando a sua opinião era contrariada. Impunha a estratégia, como impunha a política. E os seus generais nunca tiveram força para dissuadi-lo nas questões mais importantes, nas questões vitais. Disso resultaram erros que, de início, selaram a sorte

vimentos paralizados em virtude do mau estado das estradas". Todavia, não partilhámos dessa opinião. Uma boa rede de estradas atestaria um melhor nível industrial e mesmo de civilização. Em consequência, as forças russas estariam melhor equipadas e preparadas, sua eficiência seria maior e maior também sua capacidade de resistência.

Tendo falhado em sua cartada inicial, Hitler cometeu uma série de desmandos, dos quais se não pode separar o alto comando. Tendo perdido a confiança em si próprio, procurava livrar-se do sentimento de culpa que o afligia, atribuindo aos generais as causas da derrota. Substituiu-os nos mais altos postos sem mais aquela, como se tratasse apenas de trocar uma sentinela. Por conseguinte, a unidade estava partida e o plano de guerra sofria mutilações constantes, quer na concepção, quer na execução. Por último, por a mostra o seu complexo de inferioridade, não admitindo os recursos necessários em várias ocasiões, aferrado que estava à ideia fixa de não perder terreno. E acabou perdendo a guerra.

Antes já havia contrariado, de maneira decisiva, um de seus melhores generais — Guderian — que opinava por uma "penetração profunda" rumo de Moscou, e atuando rapidamente, antes que sua defesa fosse organizada. Neste particular, contava também com a solidariedade de seus principais conselheiros, que provavelmente incumados do autor do plano, não titubearam em condená-lo. Não obstante, mais tarde, todos eles, inclusive Hitler, concluíram que o plano Guderian teria dado à Alemanha a sua "grande oportunidade".

Ao mesmo tempo que a guerra na Rússia já se arrastava penosamente para os alemães, no Ocidente Hitler trocava comandos na ânsia de ver acertos os seus próprios pontos de vista. Pretendia que a vitória seria fruto de suas concepções executadas automaticamente por generais sem ideias

próprias. A sua noção de realidade não admitia opiniões em contrário. Suicídios de altos chefes, como Rommel e Kluge, não o abatião. A sucessão dos altos comandos foi balizada pelo sangue dos substituídos. Por fim, após ao atentado que lhe fôra destinado, passou a não confiar mais nos seus generais e até simples divisões só eram empregadas ou movimentadas à sua ordem. A centralização chegava ao máximo. Ainda aí os generais fracassaram. Foram despojados, inclusive, de suas atribuições mais elementares. Nem mesmo as suas reservas podiam comandar. Demonstraram timidez no atentado a Hitler, pois o seu fracasso evidenciava que ou fôra mal planejado ou mal executado. De qualquer forma, não houve determinação. Seu moral já estava em baixo nível e a derrocada final no fundo de seus horizontes.

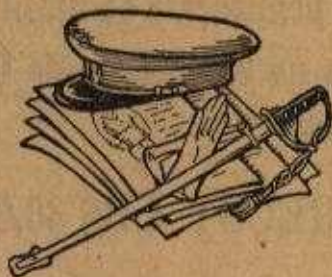
Hitler de tal forma hipertrofiou o seu próprio poder que nada mais restava aos outros senão o conformismo. Aliás, a formação dos generais de muito contribuiu para semelhante estado de cousas. Em sua quase totalidade, possuíam excelente condição profissional propriamente dita. Eram exímios táticos e chefes de unidades. Afastaram-se em parte da ortodoxia prussiana, chegando a revolucionar pela capacidade de adaptação e improvisação, de que Rommel foi o exemplo mais brilhante. No conjunto, existiam também os generais de "eficiência inflexível", herdeiros da velha tradição, que se mantiveram no conservantismo reacionário, não admitindo a evolução, muito menos a revolução. Eram o produto da maquinaria militar prussiana. Do ponto de vista estratégico, entretanto, foram falhos. Restringiram-se ao Continente. Eram mal informados politicamente, o que lhes acarretou deficiências no plano estratégico. De outro passo, a influência do Partido Nazista com seu pró-homens — Goering, Himmler, Goebel, Hess, todos com seus exércitos privados, de muito contribuiu para o ambiente de ciu-

mes e discórdias e que afetou o círculo dos generais. Nestas condições, as questões pessoais influíram decisivamente na escolha dos comandos e mesmo na condução da guerra. O próprio Hitler, perdendo a confiança na capacidade e lealdade dos generais, acabou retirando-lhes a mísera parcela de autonomia, enfeixando em suas mãos todo o poder. Felizmente, para os aliados, não soube usá-los, pois lhe faltaram conhecimentos básicos. A tal respeito, assim expressou-se um de seus mais brilhantes generais: "Hitler possuía verdadeiro pendor para a tática e a estratégia, mas faltava-lhe entretanto, a base suficiente para aplicá-los com pro-

priedade". Diz-se também que tinha a tendência para "intoxicar-se" com números. Isto por certo não condiz com a posição de condutor. O chefe que se deixa dominar pelos números fatalmente submerge no detalhe e perde a noção do conjunto.

Se bem sintonizados — o gênio de Hitler e a capacidade de seus generais melhor aproveitada — o curso da guerra seria diferente, conquanto julgemos que a última batalha, em qualquer caso, seria vencida pelas forças livres da Democracia, como de fato o foi.

Como Napoleão, Hitler também foi vítima de seu despotismo centralizador, absorvente, egocêntrico.



# GRUPAMENTO TÁTICO DE COMPANHIA

Artigo do Capitão SIDNEY B. BERRY JUNIOR, da turma de 1948, da "U.S. Military Academy", e que na Coreia comandou uma Cia. do 35º R.I. da 27ª D.I.

Publicado pela "United States Combat Forces Journal", de dezembro de 1951

Tradução do Major OCTAVIO ALVES VELHO



Em janeiro de 1951, durante a fase inicial da contra-ofensiva do Oitavo Exército contra as forças Sino-Norte-Coreanas, foi empregado pela primeira vez, com sucesso, o Grupo Tático de Companhia.

Seis meses de luta na montanhosa Coreia haviam-nos ensinado que a Companhia de Fuzileiros era a unidade básica de combate para tal espécie de guerra. Provinha isso, preliminarmente, da intensa compartimentação criada pelas serras coreanas, e das frentes muito extensas atribuídas às unidades, devido à fraca densidade de tropas disponíveis. Os Comandantes de batalhão viam-se impossibilitados de fiscalizar pessoalmente as respectivas frentes, a não ser por meio do rádio. Assim, tornou-se NGA ir adindo elementos de diferentes armas a companhias de fuzileiros, transformando-as, na realidade, em grupamentos táticos sob o Comando do Comandante da Companhia de Fuzileiros e sob a supervisão do Cmt. Btl.

O Cmt Cia Fz constatou que lhe era possível concentrar sobre o inimigo, em sua zona de ação, toda espécie de armamento existente no Oitavo Exército. Em primeiro plano, é claro, estavam as armas orgânicas da Cia Fz.

As armas da Companhia de Petrechos Pesados estavam bem à

mão. Normalmente uma seção de metralhadoras pesadas era posta, quer adida, quer em apoio direto a cada uma das duas Cias Fz e um observador avançado do pelotão de morteiros 81 mm ficava com cada Cmt Cia os canhões de 75 mm sem recuo eram em regra empregados em ação de conjunto, atirando sobre objetivos inopinados ou sobre objetivos designados pelo Cmt Cia Fz, por intermédio do rádio SCR-300 (RAD-101). O fogo dos morteiros pesados de 4" 2 era pedido pelo respectivo observador avançado.

O observador avançado de Artilharia podia dirigir o tiro do respectivo GO de 105 e também solicitar o fogo dos obuses de 155, dos canhões de 8 polegadas, e também o de artilharia naval, quando quer que esta estivesse dentro do alcance. O apoio aéreo era obtido pelo GT, seja através de vários canais competentes, seja por intermédio do destacamento aero-tático adido ao PC do Btl ou do Regimento. Uma parte essencial do GT de Companhia era constituída pelos Blindados, tanto carros de combate como meias-lagarta M16 servindo de reparo a metralhadoras quadruplas de calibre .50; os Blindados eram geralmente adidos ao GT.

A forma de emprêgo do GT era determinada pelo terreno e pela situação, mas em pouco tempo se estabeleceu um método geral. Como

o inimigo normalmente defendia as principais linhas da crista e maciços orográficos, batendo os caminhamentos com o fogo de armas automáticas e de morteiros, concluímos que o melhor seria atacar os esporões e ravinas, encosta acima, a fim de conquistar as partes elevadas. O Cmt. Cia. que conseguia atacar em frente superior à de um pelotão podia-se considerar um felizardo. O mais freqüente era ter o pelotão de assalto disposto em coluna. Sempre que viável, um segundo pelotão era empregado num desbordamento, no mínimo para dividir os fogos do adversário. O pelotão de apoio (ou reserva) era mantido numa posição central. Um canhão de 75 mm sem recuo era adido em princípio a cada Pel Fz. Quando possível, se empregavam os morteiros de 60 mm em massa.

No decorrer do ataque, o Cmt do GT, em regra, via suas forças aparentemente disseminadas sobre a folha da carta de 1/50.000. Um pelotão atacando ao longo dum esporão, o outro dando uma guinada para a direita ou esquerda para atacar um outro esporão, o pelotão de apoio disposto centralmente, carros e meias-lagarta na baixada, uma seção de mtr pesadas para ser controlada, os observadores avançados implorando para atirar, e muitas vezes o avião de observação T-6 pedindo um objetivo para u'a missão dos P-51 ou F-80 que já estavam sobrevoando a tropa. A função do Cmt GT era fundir esses elementos numa equipe coordenada de combate. Seu sucesso ou insucesso era medido em termos de vidas humanas.

\*\*\*

Constatamos a conveniência de edicionar aos nossos meios de comunicações muitos não previstos nas dotações regulamentares. Os SCR-536 (RAD-100) eram levados pelo Cmt Cia, pelo Oficial executivo (Subcmt), pelo 1º Sgt e pelos Cmts Pel, para constituir a rede de comando da Cia. A seção de morteiros de 60 mm tinha sua rede de tiro própria organizada com

SCR-536 (RAD-100). As redes de comando de pelotão eram constituídas pelos 536 (RAD-100) do Cmt Pel e do seu Sgt assistente, e se a situação exigia, também eram dados 536 (RAD-100) aos comandantes de grupos de combate. Os SCR-300 (RAD-101) em grande parte dobravam os 536 (RAD-100), devido à falta de confiança inspirada por estes e às grandes frentes atribuídas às unidades. Cada Cmt Pel Fz tinha o seu SCR-300 (RAD-101), tal como o Cmt e o Subcmt da Cia. O 1º Sgt, que permanecia com o escalão moto, tinha também um SCR-300 (RAD-101) por meio do qual podia acompanhar a evolução do ataque e receber pedidos de munição, rações, padiolas e jeeps para transporte de feridos. Os observadores dos morteiros de 81 mm e dos morteiros pescados de 4".2 tinham SCR-300 (RAD-101) em suas próprias redes de tiro, e o observador avançado de Art tinha um rádio de artilharia SCR-619 (RAD-103). Não era raro tampouco o Cmt Cia receber em seu SCR-300 (RAD-101) um chamado do piloto do avião de observação T-6, que, em muitos casos, empregava o canal 300 do Btl sobre cuja zona de ação estava operando: "Lenda 5, aqui fala Mosquito 3. Algum objetivo para mim?" Invariavelmente Lenda 5 tinha um objetivo para ele.

\*\*\*

A posição do comandante é importante — e todo chefe em combate tem de achá-la por si próprio. Eu verifiquei que me era mais fácil conduzir a ação colocando-me junto ou imediatamente atrás do pelotão de assalto, quando a este cabia a parte principal da missão; no caso de haver dois pelotões de assalto muito separados, colocava-me entre os dois, junto ao pelotão de apoio.

Deixando a cargo do 1º Sgt as tarefas de suprimento e evacuação, eu utilizava o Subcmt sobretudo para me auxiliar a controlar e coordenar nossas inúmeras armas e unidades. Era encargo do Subcmt controlar o que nós, talvez não

muito corretamente, chamávamos de "base de fogo". Ela consistia dos observadores avançados, das mtrs pesadas, e dos fogos e posição dos carros de combate e dos meios-agartar. Do meu posto junto ao pelotão de assalto, era-me possível decidir como os fogos de apoio poderiam ser mais eficazmente empregados e disso dava conhecimento ao Subcmt. Encareço a vantagem desta modalidade de emprego do Subcmt, pois auxilia enormemente o Cmt e lhe assegura liberdade de movimento, fora da interferência dos observadores avançados.

As dotações básicas de munição eram cuidadosamente pesadas. Cada fuzileiro levava duas a quatro bandoleiras de munição do M1, além da cartucheira cheia que só devia ser usada em caso de emergência. Os homens armados com arabinas — na 35ª DI todo homem tinha uma arma de cano longo — levavam um mínimo de 150 tiros cada. Todos os homens levavam pelo menos três granadas de mão — uma de fósforo branco e duas de fragmentação. Muitos homens preferiam levar mais duas granadas de mão presas aos suspensórios do equipamento. Cada Pel Fz tinha fuzis para lançamento de granadas, para os quais levavam granadas de fósforo branco — cujo efeito contra a massa cobridora das armas era considerável —, um sortimento de artefícios pirotécnicos e as bocais lança-granadas. A quantidade de munição transportada pelas armas coletivas variava com a dificuldade do terreno e o número de municionadores.

A evacuação era acelerada, colocando-se uma equipe de padioleiros com uma padiola em cada pelotão de assalto, em reforço ao enfermeiro já existente no mesmo. Se um homem era gravemente ferido, colocavam-no na padiola e conduziam-no imediatamente para a retaguarda.

Na esteira do pelotão de apoio progredia o chamado 5º Pelotão da Cia, um destacamento de transporte de uns 20 ou 30 Coreanos, que carregavam munição, rações, água, padiolas adicionais e material de co-

municações, para reabastecimento imediato. Esses Coreanos eram também inestimáveis como padioleiros.

Três dos jeeps da Cia, carregados com munição e suprimentos e sob o controle do 1º Sgt, seguiam a Cia tão de perto quanto possível. O caminhão de 2 1/2 toneladas e o quarto jeep permaneciam com a cozinha; esse jeep levava ração quente para a Cia quando o combate permitia.

\* \* \*

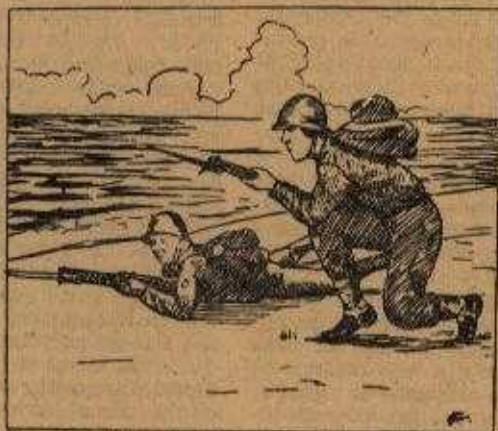
Um ataque costumava começar com uma barragem inicial e fogos de proteção sobre o objetivo. Sob a proteção deste fogo, os fuzileiros avançavam esporões acima ou ao longo das cristas. Os canhões dos carros e os canhões de 75 mm sem recuo atiravam contra posições inimigas conhecidas ou supostas, enquanto que as mtr. pesadas e as quádruplas de .50 cobriam as encostas em poder do adversário com um lençol de fogo. Os tiros de artilharia sobre a encosta do objetivo eram feitos com espoleta de proximidade contra as posições descobertas e com retardo para as abrigadas. Os morteiros colocavam seus fogos nas contra-encostas que podiam estar ocultando pessoal ou posições de morteiro do adversário. Ao chegarem os fuzileiros à distância de assalto, eram desencadeados tiros progressivos, que iam aumentando de volume à proporção que os fuzileiros se acercavam do inimigo. Os fogos de apoio batiam a posição inimiga até o último momento possível, quando então eram transportadas para novos objetivos, nos flancos ou sobre as cristas além da linha atingida pelos fuzileiros. Simultaneamente com essa mudança de objetivo dos fogos de apoio, os fuzileiros lançavam-se ao assalto com baionetas armadas em seus fuzis. Eles cerravam rapidamente. (Nossa experiência mostrou que quanto mais depressa se cerra, menor é o número de baixas. Pois uma vez feito isso, trata-se da batalha particular do "pé-de-poeira" e nessa ele se tem mostrado supe-

rior aos Norte-coreanos e aos Comunistas Chineses).

Tendo o pelotão de assalto conseguido tomar pé na parte alta, é preciso prosseguir enérgicamente no ataque até dominar toda a cota. Uma vez rompidas as defesas inimigas, é essencial usar de velocidade e agressividade. Se o pelotão de assalto puder prosseguir na ação, ele continua sem interrupção; enquanto isso, o pelotão de apoio é levado para a frente para ocupar o terreno e vasculhar as posições e abrigos inimigos. O pelotão de apoio evacua as baixas e os prisioneiros feitos pelo pelotão de assalto, deixando este desembaraçado para explorar o êxito obtido. Os observadores avançados e as armas de apoio dão um lança para a frente, a fim de poderem continuar a apoiar o ataque.

Após ter sido conquistado o objetivo final da jornada, inicia-se rapidamente a reorganização e o reaprovisionamento. Faz-se todo o possível para se estar reorganizado, abrigado e protegido antes do escurecer, pois é durante a noite que as forças comunistas desencadeiam os seus contra-ataques.

Uma vez reorganizada a posição da Cia, evacuadas as baixas e os prisioneiros, as comunicações instaladas, o plano de fogos organizado e — o que talvez choque aos veteranos da última guerra — estabelecidos os planos para retraimento, o Cmt do GT se ajeita para cochilar uns minutos antes que soe a campainha do telefone e o Cmt Btl lhe diga qual a montanha que a sua Cia deve tomar amanhã. Uma maldita montanha após outra!





## PETROBRÁS OU ELETROBRÁS?

RÔBERTO PINTO DE SOUZA

Extraído do "Digesto Econômico", número de  
Janeiro de 1953

1. A forma de constituição da Petrobrás se tornou uma questão apaixonante, exaltando os ânimos dos que a discutem, ao mesmo tempo que se converteu em assunto de tratamento perigoso, em virtude da classificação pouco lisonjeira conferida aos que aderem quer à tese do projeto governamental, quer a orientação oposta, aventada por muitos componentes da Câmara Federal. Não se pode esquecer, ainda, a atitude desassombrada do ilustre presidente da Confederação Nacional do Comércio, Dr. Brasílio Machado Neto que, divergindo em parte das duas orientações apontadas e ao ver dos observadores atilados, colocou a questão nos seus devidos termos.

Orientações tão diversas tornaram emocionante a polêmica sobre o petróleo, o que mobilizou o pensamento nacional, distraíndo a atenção que as autoridades, os membros do Parlamento, os técnicos e os observadores deveriam voltar para outros problemas de importância não menor e, talvez,

de premência ainda maior que o do petróleo. Há um, por exemplo, que não podemos deixar de referir, pois se situa em primeira plana e está exigindo tratamento especial e urgente, e que o coloca em lugar de destaque em face de todos os outros e que deveria ter preferência sobre os demais. Trata-se do alargamento da produção de energia elétrica e da ampliação da distribuição da mesma para maiores extensões do território brasileiro. Por esse motivo, é nosso objetivo tecer, no presente trabalho, algumas considerações sobre questão de tão alta relevância.

2. Há um ponto que a teoria do desenvolvimento econômico não põe em dúvida — o progresso de um país tem o seu teto no limite máximo de distribuição de serviços de utilidade pública e da receita cambial da referida nação. Em outras palavras, a produção de um país pode se expandir até as possibilidades máximas de fornecimento, pela estrutura econômica, de todas as formas de energia e de trans-

porte e de poder aquisitivo internacional.

De fato, o esteio da expansão econômica se encontra no aumento da produtividade "per capita". Essa, no entanto, só pode elevar-se pela utilização de modernas técnicas de produção, que por sua vez exigem fornecimento abundante de energia. Por outro lado, o aumento do volume de bens produzidos requer maiores facilidades de transporte, sem o que os produtos não se escoam e os produtores, não recebendo remuneração adequada pelo seu esforço, reduzem a produção. Por seu turno, não é possível às nações utilizar maior volume de equipamentos e matérias-primas sem os adquirir nas praças externas, o que requer disponibilidades em cambiais. Por aí já se vê que a deficiência de qualquer dos três fatores apontados empenha a expansão econômica, devido à inter-relação existente entre os mesmos.

Há, porém, certa gradação de importância entre os fatores mencionados, apesar do íntimo entrosamento que os prende, sendo geralmente admitido que o primeiro da lista é a energia, pois é ela que movimenta as máquinas que fabricam os produtos e faz correr os veículos que transportam os bens produzidos.

Entre as espécies de energia há também uma hierarquia, que decorre da utilização mais ou menos genérica de cada uma no processo produtivo. No estado presente da técnica de produção, a energia de emprêgo mais generalizado é a eletricidade, seguindo-se-lhe o petróleo e o carvão.

Não se deve esquecer, por outro lado, que a importância de cada uma das formas de energia está na dependência do estágio de evolução e da natureza da estrutura econômica de cada nação. Assim, é reconhecido por todos os especialistas e observadores ser a energia elétrica o fator primacial para a expansão econômica dos países sub-desenvolvidos.

A razão é muito simples. O progresso econômico depende de três elementos (1): a) inversões-renda nacional; b) riqueza reproduzível empregada no processo produtivo-renda nacional; c) grau de combinação e extensão da utilização dos fatores de produção existentes no país empregados no processo produtivo-renda nacional.

O primeiro não está diretamente relacionado ao assunto deste trabalho. Por esse motivo, vamos deixá-lo de lado. O segundo, como escreveu Celso Furtado, "se refere à produtividade média do capital num dado período produtivo, isto é, à quantidade de renda que se obtém por unidade de capital reproduzível empregado no conjunto da economia".

A produtividade média do capital decorre da natureza dos recursos produtivos existentes numa determinada região. Se os recursos forem poucos, evidentemente a quantidade de renda obtida por unidade de capital é baixa, passando-se o inverso no caso de uma economia possuidora de fartos recursos. Assim, num país como a Grécia, os capitais empregados proporcionam menor rendimento por unidade do que os investidos no Canadá, dada a diversidade das riquezas naturais de um e de outro. Por esse motivo, a produtividade "per capita" e o nível de vida tenderão a ser mais elevados na segunda do que na primeira nação.

O terceiro diz respeito não só à extensão do aproveitamento dos recursos existentes num determinado país como à técnica de produção empregada para a combinação dos mesmos no processo produtivo. Isto porque a nação pode ter vastas riquezas potenciais, mas não exploradas ou exploradas por técnica retrógrada. Nesse caso a rentabilidade é nula ou pequeníssima, ou, ao contrário, pode ter poucos recursos, porém, muito bem aproveitados através de técnica avançada. O Brasil exemplifica bem o primei-

(1) A forma em que os dois primeiros se acham descritos foi extraída do artigo de Celso Furtado "Formação de Capitais e Desenvolvimento Econômico"; Revista Brasileira de Economia, setembro, 1952. p. 23.

ro caso, enquanto a Suíça o segundo.

De fato, a maioria das riquezas brasileiras jazem em estado latente, enquanto a produção efetiva apresenta um resultado aquém das possibilidades, pois a agricultura se realiza por uma técnica antiquada e a indústria arrosta uma série de dificuldades, que tolhem o rendimento manufatureiro. Aliás, esse aspecto é comum a todo país subdesenvolvido.

Vários fatores contribuem para essa circunstância. O primeiro, e o mais importante, é a escassez de capital. Os recursos naturais ficam inaproveitados porque não se possuem meios financeiros em volume suficiente para transformá-los em produtos consumíveis. Tal fato pode, no entanto, ser corrigido, pois em muitas regiões de países subdesenvolvidos uma pequena modificação na técnica de produção pode levar a sensível alteração no resultado final do processo produtivo, sem que para isso sejam necessárias grandes inversões. Assim, a simples introdução do arado em muitas zonas agrícolas economicamente atrasadas, pode determinar aumento ponderável na produtividade das mesmas. A alteração do traçado e a pavimentação de uma estrada de rodagem já existente podem também trazer acentuada modificação no ritmo de trabalho da região agrícola por ela servida, refletindo-se benéficamente no resultado final da produção.

Em relação a esse ponto há, ainda, outro conceito pacífico na teoria do desenvolvimento — o progresso econômico só pode realizar-se através do aumento da produtividade "per capita". Tal elevação é decorrência de inovações técnicas. Em países subdesenvolvidos as inovações técnicas devem ser entendidas como a substituição da técnica retrógrada nêles predominante por métodos mais modernos de produção em emprego nos países economicamente adiantados. A introdução de formas mais avançadas de combinações de fatores de produção altera substancialmente a produtividade dos trabalhadores, o que

determina, *ipso facto*, o aumento da renda real social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da população.

A elevação da renda real social traz como consequência o aumento das remunerações, isto é, todos que exercem atividades produtivas passam a receber maior quantidade de salário, de lucro e de juro, o que lhes confere maior poder aquisitivo. Este por sua vez exerce maior pressão sobre o consumo de bens pela coletividade, o que provoca reações no sistema geral da produção, que tendem a modificá-lo, pois força, de um lado, a introdução de processos produtivos mais eficientes nos demais setores da produção e, de outro, diversifica o conjunto da produção. Verifica-se, assim, uma série de interações que levam ao aumento da produtividade, fazendo crescer a renda real social e a procura, que se traduzem em modificações da estrutura da produção.

O obstáculo mais difícil que as "comunidades pobres encontram para introduzir técnicas mais avançadas de produção, como dissemos, é a escassez de capital. Isto porque, sendo pequena a produtividade física do trabalho, a satisfação das necessidades fundamentais da população absorve a quase totalidade das riquezas criadas pela produção, o que reduz a proporções muito baixas o processo de acumulação de capitais. Daí, para sair do marasmo em que se encontram, devem se esforçar no sentido de poupar mais do que habitualmente fazem e procurar inverter os capitais acumulados em setores que repercutam de modo mais genérico no sistema da produção, de forma a alterar numa amplitude maior as combinações dos fatores de produção. Assim, terão assegurado modificação mais ampla à produtividade física do trabalho.

Por esse motivo, pode dizer-se que não é tanto a escassez de recursos financeiros que dificulta o progresso econômico, mas a ausência de planejamento para a formação de capitais, ou melhor, para o levantamento dos capitais, como para o investimento dos mesmos

nos diversos setores da produção, o que faz os recursos financeiros se acumularem em volume menor do que as suas possibilidades reais e se desviarem para aplicações rendosas, mas de pequena repercussão no conjunto da economia subdesenvolvida. Se os capitais disponíveis fossem encaminhados para o setor dos serviços públicos, sem afetar de modo sensível o financiamento das empresas privadas, haveria possibilidade de transformação generalizada da técnica de produção, alterando a produtividade "per capita" da totalidade da população ativa, o que por seu turno modificaria o consumo, refletindo-se este, por sua vez, nos investimentos e nos rendimentos individuais subsequentes. A consequência lógica desses fatos seria o aumento da renda real, que possibilitaria o início do processo de acumulação de capitais em escala elevada.

Nesta altura já podemos compreender melhor a afirmação feita atrás, isto é, de que os estudiosos consideram o fornecimento abundante de energia elétrica o fator essencial do progresso econômico em países subdesenvolvidos, pois é o elemento que permite alteração mais geral da técnica de produção de regiões atrasadas economicamente, favorecendo o aumento da produtividade e as suas repercussões no investimento e no rendimento.

3. Tais noções podem ser aplicadas com proficiência no Brasil, especialmente no que diz respeito a preferência que se deve dar à produção de eletricidade, num momento em que se pensa em inverter grandes somas na prospecção e produção de petróleo.

Sendo o Brasil nação pobre é necessário procurar inverter os capitais disponíveis em setores da produção que tragam maiores benefícios para a economia em geral. No caso em apreço, não há dúvida de que a eletricidade proporcionará resultados que repercutirão de modo mais extenso sobre o conjunto da economia nacional, visto permitir, de um lado, alterar o sistema da produção de zonas já em plena

utilização da técnica industrial, mas que não podem expandir o parque manufatureiro por falta de energia elétrica. O benefício é duplo: integra na técnica moderna todo o nordeste, enquanto expande as manufaturas do sul.

Os estudos feitos sobre as repercussões prováveis nos sertões da Bahia, Sergipe e Pernambuco decorrentes da distribuição, naquela zona, da energia de Paulo Afonso, mostram bem a extensão dos frutos que o país colherá com a referida usina. Aliás, isso não é de estranhar, pois a energia permitirá não só criar uma série de serviços de utilidade pública tendentes a melhorar as condições higiênicas daquela região, o que só por si exercerá efeitos altamente benéficos no nível de vida da população, como contribuirá decisivamente para alterar o sistema de produção das referidas regiões daqueles Estados, aumentando em muito o volume e a qualidade dos bens produzidos.

Um só exemplo ilustra esse ponto. Ninguém ignora a imensa riqueza contida no babaçuais. Entretanto, essa riqueza não pode ser aproveitada, enquanto a região onde crescem as palmeiras não for dotada de boa rede distribuidora de eletricidade. O mesmo ocorre em relação ao aproveitamento das jazidas minerais.

Tal não acontecerá se descobriremos petróleo e o explorarmos convenientemente. Essa forma de energia é de grande importância, porém a sua utilização no processo produtivo é mais específica. No caso, por exemplo, da "mise en valeur" das nossas riquezas naturais, de pouco servirá, pois será o complemento, mas não o elemento indispensável para a industrialização das mesmas.

Não há dúvida que o petróleo muito auxiliará a transformação da agricultura pela mecanização das lavouras. É preciso reconhecer, no entanto, que o problema da mecanização das culturas não pode ser estendido no momento para todo o território nacional e além disso exige certos serviços complementares que só a eletricidade pode forne-

cer. A agricultura nordestina, por exemplo, pouco se beneficiará com a produção nacional de petróleo. Naturalmente essa afirmativa se prende às circunstâncias presentes. É incontestável que, atualmente, toda a região norte do país necessita, antes de poder utilizar o petróleo, de modificar o sistema geral da produção e essa alteração só ocorrerá no dia em que houver eletricidade com fartura, pois é ela que irá alterar não só a produção como o consumo e, conseqüentemente, o sistema de vida, que, por repercussão, como vimos, levará a modificar a estrutura da produção. Só então estará aquela região apta a utilizar a energia do petróleo para mecanizar a lavoura e transportar os bens produzidos.

Devemos reconhecer que o Brasil econômico não é a indústria de São Paulo e do Rio, nem o café, nem o algodão e nem o cacau. O Brasil econômico são todas as inúmeras atividades que milhares de homens desenvolvem de norte a sul do país e que executam deficientemente em virtude da ausência de energia elétrica, que os impossibilita de usar os instrumentos indispensáveis para elevar a produtividade do trabalho. Dispusesse cada trabalhador de eletricidade suficiente, para pôr em ação os pequenos equipamentos auxiliares do trabalho, multiplicaria imediatamente o rendimento físico de sua atividade, o que se traduzirá num aumento considerável da renda real da nação.

É que a eletricidade é de uso genérico, isto é, serve para ser empregada numa variedade infinita de atividades, ao mesmo tempo que é de custo baixo, o que permite a sua utilização em todas as formas de trabalho, mesmo nas de fraca remuneração. Esses característicos fazem com que a energia elétrica seja o elemento indispensável para conferir às regiões pobres o impulso inicial para pôr em movimento as suas forças latentes. Iniciado o processo de crescimento, a dinâmica própria deste leva a economia a se expandir naturalmente pelas repercussões que os vários elementos

(renda real, remuneração, consumo, modificação da produção) passam a ter uns sobre os outros. Daí a razão pela qual as comunidades primitivas tendem, enquanto não recebem um impulso vindo geralmente do exterior, a se conservar enclausuradas nos seus baixos níveis econômicos, pois as suas próprias forças não as capacitam a arremessar os fatores necessários para dar início ao processo de expansão. A história ensina que, na quase totalidade dos casos, o impulso inicial que levou a alterar a situação de estancamento econômico das comunidades primitivas veio de fora.

É compreensível que se tenha passado dessa forma. O progresso econômico, como já assinalamos, resulta da introdução de combinações mais produtivas de fatores de produção. Essas novas combinações, para serem introduzidas, necessitam de elementos (capital, conhecimentos técnicos) que elas possuem. Se não vierem do exterior, as comunidades permanecerão estagnadas, pois não os poderão criar por esforço próprio.

Muitas regiões do Brasil se encontram, *mutatis mutandis*, na mesma situação que as comunidades primitivas. A distribuição de eletricidade será para elas o impulso inicial vindo de fora, que permitirá por em movimento o processo de expansão econômica pela introdução de combinações mais produtivas dos fatores de produção existentes na referidas zonas. É pela falta de técnica mais produtiva que os fatores de produção, especialmente o trabalho, se estiolam; ou melhor, os fatores de produção não são aproveitados devidamente, porque não existe ou é insuficiente a energia disponível na região, o que impossibilita usar combinações mais produtivas. Fornecida a energia, pela produção e distribuição de eletricidade, a população ativa da região poderá, através de novas combinações, ampliar sensivelmente o rendimento do trabalho. Já vimos que é o aumento da produtividade o elemento indispensável para o progresso econômico,

visto alterar as relações renda real — remunerações — consumo — estrutura da produção.

Em relação à atual conjuntura econômica brasileira há um outro efeito decorrente do aumento da produção e distribuição de eletricidade, que não pode ser esquecido, dadas as repercussões altamente benéficas que exercerá. Queremos nos referir à deflação. Atravessamos um período inflacionário cujo término e futuras conseqüências desconhecemos. Não se pode negar que os males da inflação estão minando as nossas bases políticas, sociais e morais, criando profundos desajustamentos, que tendem a se acentuar. Sabemos que não se combate a inflação com medidas legais, especialmente a do Brasil, que não é exclusivamente monetária, mas estrutural. Aliás, a extensão contínua da inflação mostra a inoperância das medidas adotadas, o que era de se esperar, visto não removerem as causas efetivas pertinentes à estrutura econômica, mas se limitarem a um controle impróprio dos preços.

Mostramos em artigo publicado nesta revista que a causa mais profunda do persistente aumento dos preços residia na modificação da estrutura social decorrente da urbanização da vida brasileira, que por sua vez era impulsionada pela industrialização e pelo aumento de renda monetária. Tais fatores fazem com que a procura de bens consumíveis se eleve sem correspondente aumento da oferta, pois a estrutura da produção, à parte a relacionada aos setores industriais, não sofreu alteração. Todos sabemos que não se modificou pela deficiência dos serviços públicos. Dêsses os principais são a energia e o transporte. O primeiro alteraria a estrutura da produção, pelo mecanismo que já explicamos, enquanto o segundo, além de facilitar o processo de modificação estrutural da produção, distribuiria convenientemente as mercadorias, fazendo cessar a alta dos preços, ao mesmo tempo que forçaria que o preço de venda dos produtos nos centros de consumo se aproximasse

ao preço de venda nos centros produtores. É do conhecimento geral que os gêneros alimentícios, em virtude da deficiência do transporte, são negociados nas zonas produtoras por 1/3 das cotações por que são vendidos no varejo urbano.

O motivo principal da contenção da alta de preços decorrentes da boa produção e distribuição de energia reside no aumento da renda real. A inflação provém da elevação da renda monetária sem aumento paralelo da renda real. Procedendo-se à produção e à distribuição geral de energia haveria incremento imediato da produtividade do trabalho, traduzindo-se em elevação do total dos bens produzidos. Haveria, assim, maior quantidade e variedade de mercadorias disponíveis no mercado, o que levaria à absorção mais amena da renda monetária. A medida, portanto, que o volume de produtos aumentasse, a inflação cederia terreno, terminando por uma ligeira deflação, caso não se fizesse nenhuma nova emissão. Mesmo que se continuasse a emitir, desde que o alargamento da renda real fôsse superior ou igual ao da renda monetária, poderia haver queda de preços, ou pelo menos estabilização dos valores.

No caso do Brasil, é possível que a ampliação sensível de produção de eletricidade levasse a um aumento mais do que proporcional de renda real em relação à renda monetária, forçando a baixa de preços.

Isso por certo não se verificará na produção do petróleo, pois a repercussão no conjunto da produção nacional não será tão grande como a da eletricidade, pelo simples fato de ela ser de emprego produtivo mais genérico. Não se pode negar que a produção de petróleo muito beneficiaria o país e o auxiliaria apreciavelmente a caminhar com maior rapidez na senda do progresso.

Entretanto, em face das circunstâncias especiais da atual conjuntura econômica e das limitações do mercado interno de capitais, é lícito pedir prioridade para a ener-

gia elétrica, pois os efeitos dessa serão mais amplos que os do petróleo.

Acresce mais um fato no tocante ao petróleo. Há muita divergência quanto ao aproveitamento comercial de nesses poços. Os técnicos são de opinião que os riscos de não se encontrar petróleo explorável são grandes, enquanto os gastos vultosos para as prospeções são certos.

Em face da situação equívoca do petróleo é justo perguntar-se se não é mais aconselhável inverter na produção de energia elétrica os fundos que se pretende levantar para a exploração do petróleo. Não há sombra de dúvida que 10 bilhões de cruzeiros aplicados no setor da eletricidade, modificariam muito mais a estrutura da produção nacional do que igual soma invertida na produção petrolífera. Quando não houvesse as muitas razões já apresentadas, a seguinte seria suficiente para demonstrar a preferência da eletricidade em relação ao petróleo: boa parte dos 10 bilhões de cruzeiros serão gastos em despesas com as prospeções, pois para cada poço produtivo é necessário pesquisar e abrir dez. Portanto, não serão despesas produtivas as despendidas nos nove poços secos. No setor da eletricidade não se fazem gastos inúteis. Cada cruzeiro empregado produz o seu

resultado. Num país de recursos financeiros limitados, este argumento é poderoso, pois onde o processo econômico encontra o maior obstáculo nas áreas subdesenvolvidas é no setor da formação de capitais. No caso do petróleo brasileiro, além de consumir volume considerável de capitais sem criar de imediato riquezas, deve-se considerar a limitação do seu alcance na modificação da estrutura da produção nacional.

Não se pode esquecer mais um ponto de real importância: o petróleo pode ser importado, a eletricidade não.

Não é exagero dizer, e os técnicos são dessa opinião, que o problema do petróleo no Brasil está ainda na fase da destelaria e do petroleiro e não na da extração, porque nesses dois setores não se fazem gastos inúteis como na abertura de poços não produtivos. Convém lembrar que o mais importante no petróleo é a sua industrialização e não a sua extração.

Termino chamando atenção para o fato histórico de que o petróleo não enriqueceu por si só nenhum país. O caso da Pérsia e da Bolívia ilustram bem. A eletricidade, ao contrário, tem sido sempre fator de progresso, inclusive quando é a única fonte de energia. O exemplo da Suíça é esclarecedor.

## Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239  
END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

# A PROVÍNCIA DO CHACO E O INFLUXO GEOPOLÍTICO DO ALGODÃO

1º Ten. D. ANGEL CARLOS BERRA

Traduzido, data venia, da "Revista Militar"  
(Argentina), de dezembro de 1931, pelo  
Ten.-Cel. FLORIANO MOLLER

Interessa à finalidade deste nosso estudo determinar, preliminarmente, as características históricas da evolução da influência geopolítica do algodão, para estabelecer sua gravitação atual e, consequentemente, fixar a futura projeção política desta importante cultura no desenvolvimento integral de nosso país.

Desta maneira, por meio de um procedimento exclusivamente científico, ou seja, adotando um método e deixando de lado as opiniões, teorias e doutrinas, procuraremos deduzir a transcendência política do algodoeiro, na transformação que se produziu do outrora pouco hospitaleiro Chaco argentino para a florescente e vigorosa província da atualidade.

## 1 — SENTIDO POLÍTICO-ECONÔMICO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CULTURA DO ALGODÃO

Parecia que o algodoeiro estava chamado, desde a sua introdução, nos primórdios da conquista espanhola, a configurar as bases econômicas do mais tarde florescente Norte argentino.

Com efeito, as culturas originadas das sementes trazidas na expedição de Herman Mejía de Mirabal, em 1556, foram a solução econômica inicial para Tucuman, contribuindo, em alto grau, para o estabelecimento das primeiras povoações, o que evidentemente é uma consequência política da transcendência.

A título de exemplo, cabe consignar aqui que, 127 anos após a expedição de Mirabal, ou seja em 1683, o já evidente desenvolvimento do algodoeiro, na região, teve a sua segunda materialização política quando Fernando de Mendoza de Mate Luna incluiu o contorno do capulho no escudo da cidade de Catamarca.

Os resultados posteriores foram particularmente desvanecedores, uma vez que a produção na América Latina, em fins do século XVIII, superava por uma ampla margem à norte-americana. Mas, é neste momento que o determinismo geográfico exerce a sua primeira pressão, impondo uma paralisação no cultivo, a qual haveria de manter-se durante o transcurso de quase dois séculos.

Com efeito, o gado ovino introduzido, em 1580, no Paraguai, pelo Altiplano, havia encontrado um campo sumamente propício para sua reprodução no vasto e desabitado pampa do Rio da Prata. Como as ovelhas não necessitavam grande quantidade de pessoas para seu cuidado e o algodão, pelo contrário, exigia constante trabalho e vigilância de muitos homens e mulheres que escasseavam, naturalmente a lã venceu a fibra.

Esta derrota inicial do algodão teve uma repercussão social de extraordinária gravitação posterior. O estancamento do cultivo na Amé-

rica do Sul correspondeu a uma evolução gigantesca da produção nos EE.UU., o que, condicionado aos sistemas de colheita e descaroçamento predominantes, provocou, para esse país, a imigração de uma considerável quantidade de escravos negros que lançaram por terra a unidade racial dos norte-americanos.

Por sua vez, a evolução da técnica, no que se refere à descaroçadora mecânica, inventada em 1793, contribuiu, em alto grau, para deslocar o centro de gravidade da produção americana do algodão para o Norte e a do mundo para o Vale do Mississippi. Estes fenômenos geopolíticos foram favorecidos pela existência de terras virgens nos EE.UU. e a Consolidação da independência desse país, quando na América do Sul recém começavam a concretizar-se as primeiras manifestações de liberdade política.

Mais tarde veremos repetir-se o primeiro movimento, mas já em sentido inverso, quando as terras do Norte da Argentina, exaustas, vão cedendo passo à produção das terras jovens do Chaco.

Afortunadamente, para nós, o ressurgimento do algodão como valor econômico chega ao nosso país quando a escravidão desapareceu do mundo e a técnica da separação da semente não mais exige a mão de obra numerosa e barata que necessitava antes da utilização da descaroçadeira mecânica.

No que se refere à evolução particular do cultivo em nosso território, observamos que dois acontecimentos, em meados do século XIX, exerceram particular influência. O primeiro foi o da organização nacional que se seguiu a Caseros, que facilitou, no período de 1862 a 1864, uma insinuação de apoio estatal para intensificar a produção algodoeira argentina, seguido da "Ação negativa" das lutas internas que se seguiram à independência sul americana, cuja transcendência econômica é desnecessária destacar, podendo ser considerada como um dos principais elementos perturbadores que contribuíram para debilitar o desen-

volvimento normal e progressivo da agricultura argentina.

O segundo acontecimento foi a guerra civil americana, que representou, para o país norte-americano, a perda momentânea do controle da produção mundial, facilitando, dessa forma, a ampliação do cultivo nas nações competidoras.

Não escapará ao critério do leitor que a guerra civil americana tem uma lógica explicação geopolítica. Por um lado, os sulistas, ao defenderem a escravidão como necessidade social, não faziam outra coisa que assegurar-se mão-de-obra barata e numerosa, necessária para manter o nível de produção de algodão de seus territórios. De sua parte, os nortistas, em pleno processo de industrialização, procuravam anular o contrapêso econômico dos territórios agrícolas, para exercerem "a posteriori" uma maior pressão política na totalidade do país.

Infelizmente, para nós, a Guerra da Tríplice Aliança veio paralisar as primeiras manifestações de potencialidade econômica de nossa Nação. Desta maneira, retardou-se a conquista dos desertos do Norte e do Sul, razão pela qual, até os primórdios do século XX, não se dispôs, praticamente, do domínio total do espaço argentino para configurar as dimensões econômicas reais da nossa Pátria.

A influência dissociadora do "fator espaço" durante a organização nacional é lógica, se se tem em conta que o fator distância não guardava relação alguma com a densidade de população, desproporção que se manteve de maneira atenuada até princípios do presente século.

Paralelamente com o inconveniente descrito, a construção de ferrovias trouxe consigo uma verdadeira invasão de produtos manufaturados de algodão e lã estrangeiros, o que logicamente determinou uma forte retração na produção nacional e um verdadeiro golpe de graça para a incipiente industrialização do algodão, no norte do país.

# GRÁFICO DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ALGODOEIRA ARGENTINA

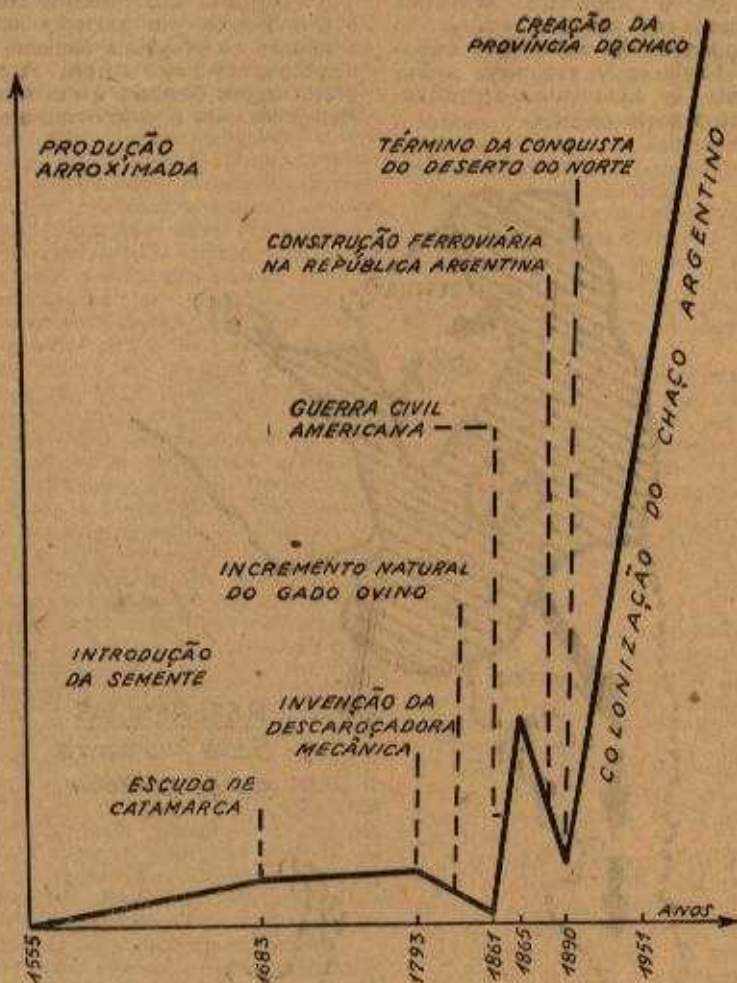


FIG. 1

Não nos deve extranhar este fenómeno económico, se se tiver em conta que as empresas exploradoras dos caminhos de ferro eram estrangeiras e que necessitavam amortizar quanto antes o capital invertido, ainda que fôsse à custa do futuro das regiões que serviam ou que ignoravam servir.

Terminada a guerra da Triplice Aliança, a República Argentina orientou seu máximo esforço na consolidação do património nacional. Urgia então recuperar a Patagônia e conquistar definitivamente o norte do país.

É de justiça, por isso, destacar neste estudo sobre os fenómenos concorrentes na formação da província do Chaco, a transcendência e importância do esforço e sacrifício dos nossos bizarros "expedicionários al desierto", os quais, depois de fatigosas campanhas, entregaram ao Estado o domínio completo de todo o solar pátrio.

A conquista dos desertos Norte e Sul trouxe, em parte, consigo, a solução ao problema nacional da disputa entre a lã e a fibra. A geografia impôs destinar a desabitada Patagônia para o gado ovino e pre-



Fig. 2 — As verdadeiras dimensões da República Argentina em 1870

ver o Chaco argentino para a exploração integral do algodão. Do ponto de vista geopolítico, é impossível conceber um equilíbrio mais adequado.

Com efeito, se se considera o pampa húmido como "Zona Pivot da Argentina", em torno da qual gira o desenvolvimento integral da Nação, torna-se sumamente apropriada a formação de centros de produção divergentes (neste caso, Patagônia e Chaco), que neutralizem um movimento desproporcionado da "Zona Pivot" em detrimento do restante do país. Os perigos deste último, forçoso é mencioná-los, por pouco que se medite sobre o valor negativo das chamadas "províncias pobres" no desenvolvimento normal do país.

Recuperado o domínio especial de todo o território pátrio, restava proporcionar as terras virgens do Chaco o elemento humano indispensável para a formação, nele, de um centro de atração econômica chamado a gravitar na vida política nacional. Foi assim que a imigração dos primórdios do século, proporcionou ao Chaco o plantel inicial daqueles rudes colonizadores a quem a Argentina de hoje deve a forção da província do Chaco.

Por isto, é possível afirmar que a incorporação real e efetiva do Chaco argentino ao patrimônio nacional se deve tanto ao valioso sacrifício dos nossos soldados, conquistadores do deserto verde, quanto à não menos heróica tarefa a que se viram dirigidos os primeiros colonos, que encararam a desmatação da região para facilitar o posterior cultivo do algodão.

Para atender aos fins do presente estudo, pode tomar-se o ano de 1890 como o ponto de partida da colonização do Chaco argentino, uma vez que, nessa data, iniciam-se os primeiros experimentos sérios de cultura do algodão nessa região.

A partir desse ano, os principais acontecimentos são os expressados nesta acanhada síntese:

1900-1904 — Importação de sementes dos EE.UU. ;

1905 — A área semeada alcança 2.000 hectares ;

1914 — A área semeada não ultrapassa a 4.000 Ha. ;

1917-1918 — Os valores anteriores sobem inesperadamente a 12.000 Ha. ;

1925-1926 — Chega-se aos 100.000 Ha. ;

1935 — Organiza-se a Junta Nacional do Algodão ;

1951 — A *Gobernación* do Chaco se transforma em província.

As cifras anteriores demonstram como o país, ante uma situação de crise política (1ª grande guerra), saca energia de suas próprias entranhas, para fazer face às necessidades de seus habitantes e descobrir, com surpresa, a magnitude de suas reais possibilidades.

Posteriormente, a organização da hoje extinta Junta Nacional do Algodão proporciona as bases necessárias para encarar a exploração algodoeira com critério uniforme (padronização da fibra, regime de trabalho, etc.).

Na atualidade, o cooperativismo é, sem dúvida, uma das características fundamentais da exploração do cultivo e representa a solução para a massa dos colonos. Por outro lado, a industrialização do produto vai aliando, por gravidade natural, a concorrência alienígena, razão pela qual é vidente a recuperação econômica do nosso mercado interno.

Além disso, torna-se significativo o fato de que, na atualidade, estejam em funcionamento 700.000 fusos e mais de 22.000 teares, o que demonstra o grau de industrialização alcançado. Por sua vez, as fábricas de óleo e as fábricas de sacos existentes, que aproveitam qualidades inferiores de fibras, ratificam esta assertiva.

A criação de viveiros de plantas, com o objetivo de padronizar o comprimento da fibra, constitui outra das bases que proporcionará, às gerações futuras, uma produção capaz de competir no mercado internacional com grandes possibilidades de êxito.

Em definitivo, pode admitir-se que o grau de aperfeiçoamento alcançado na exploração do cultivo, e bem assim, suas possibilidades fu-

turas, permitem estimar como muito provável uma evolução crescente da região, com a finalidade de gravitar preponderantemente na órbita nacional. Nesse sentido, a influência do centro político constituído haverá de ser particularmente beneficiadora, se se lograr neutralizar a atração unidirecional da "zona pivot" (pampa húmido), já que os demais centros econômicos em formação carecem ainda da força suficiente para alcançar tal efeito.

## II — ELEMENTOS GEográficos CONCORRENTES NO DESENVOLVIMENTO DO CULTIVO DO ALGODÃO NO PAÍS

Não é possível, a esta altura do nosso estudo, deixar passar por alto o valor de um elemento geográfico básico como o é a situação e importância do Rio Paraná, que bem pode compara-se, por sua gravitação no desenvolvimento da cultura do algodão, ao Rio Mississippi.

Esta via de comunicação fluvial pôs em contato a zona de produção com a "zona pivot" consumidora. E a sua vinculação com a Bacia do Prata faz prever uma adequada projeção internacional, quando a produção argentina alcançar o valor que é dado esperar dos elementos fisiogeográficos existentes.

Além disso, a particularidade de que o Rio Paraná, como rota geopolítica, possua particular transcendência, aliada à circunstância de que o Pilcomayo e o Bermejo possam chegar a transformar-se em cursos d'água navegáveis, asseguram ao centro político recém constituído o escoamento de sua produção, assim como, também, o acesso dos elementos essenciais que possam faltar à sua economia.

Nestes conceitos está a explicação porque o território do Rio Negro, com uma produção de grande capacidade, e apesar de haver concretizado antes sua conquista ao índio e feita logo a seguir sua colonização, não logrou ainda constituir-se em centro político independente. É evidente que falta um

curso d'água navegável que o una com mais vigor à "Zona pivot".

## III — O VALOR POLÍTICO DAS CARACTERÍSTICAS GENÉTICAS

As características genéticas, por sua parte, fazem do algodão um elemento de valor político positivo. Com efeito, a desmatação, plantação, fumigação das sementes e plantas, e a colheita cuidadosa de cada um dos capulhos, obrigam ao colono identificar-se permanentemente com o cultivo, provocando um carinho real pela terra, cuja exploração tantos sacrifícios representa para ele.

Só assim se justifica a formação do centro produtor algodoeiro do Chaco, cujos habitantes, ao influxo da cultura fundamental de sua economia, constituíram um núcleo característico, pujante e vigoroso, que os diferencia de muitos outros do país.

Parece que a natureza quis contribuir com todos seus elementos favoráveis à formação deste centro político chamado a gravitar, com intensidade sempre crescente, na vida institucional do Estado, pois o período de experimentação proporcionou o atrativo da exploração de *quebracho*, contribuindo, desta maneira, para a desmatação de uma boa parte da região que, mais tarde, haveria de utilizar-se para cultivar o algodoeiro.

Além disso, é de destacar o fato de que o algodão não admite as limitações da cana de açúcar, no que se refere à utilização da mão-de-obra, pelo que a zona de cultivo não se transforma, como a desta, em atração de imigrações nômades que são tão prejudiciais, porque, efetuada a safra, os trabalhadores regressam às suas províncias de origem ou aos seus respectivos países. A cultura do algodão, em troca, traz consigo um verdadeiro apêgo do colono à terra, tanto ou mais poderoso que o cultivo dos cereais.

## IV — A PROJEÇÃO FUTURA DO ALGODÃO ARGENTINO

No que se refere às possibilidades futuras do algodão argentino e,



Fig. 3 — Centros de equilíbrio da produção agropecuária argentina

conseqüentemente à projeção política da nova província, cabem destacar os seguintes aspectos de caráter fundamental:

1) As terras dos principais produtores mundiais, após 150 anos de cultivo extensivo, a princípio e intensivo, depois, estão em franca decadência sob o ponto de vista de rendimento que é dado esperar de determinada porção de terra;

2) Outros países, como a Índia e China necessitam cultivar plantas alimentícias para sustentar suas esfomeadas populações, antes de pensar em vesti-las. No Egito e Peru, a fibra é curta por falta da irrigação.

Em conseqüência, é possível esperar que a produção do algodão argentino nos coloque, a curto prazo, em condições de incidir de forma preponderante no mercado

mundial e, paralelamente, facilitar ao Estado um elemento a mais para atuar na política mundial de acordo com as reais possibilidades da verdadeira potencialidade argentina.

É, por outro lado, fácil prever que a formação deste importante centro político do norte argentino, por imperativo das condições geográficas favoráveis, há de influir, num prazo mais ou menos breve, sobre o território nacional de Formosa, para que este, pelo mesmo caminho, logre sua identidade política. Desta maneira se terá alcançado a formação de um centro econômico independente que, como o já constituído pelas províncias de Cuyo, permita estabelecer o equilíbrio que o Estado necessita no tocante à natural absorção que exerce a "zona pivot" (pampa húmida).

#### V — O VALOR DO ALGODÃO SOB O PONTO DE VISTA DA DEFESA NACIONAL

Se se considera a importância do algodão em relação à Defesa Nacional e, conseqüentemente, às necessidades do Exército, surge, como conclusão imediata, uma participação direta nos potenciais "militar" e "industrial" do país.

No que tange ao "potencial militar", é inegável a transcendência de uma indústria algodoeira nacional que esteja em condições de abastecer de vestuário e equipamento aos integrantes do exército de campanha, como, além disso, proporcionar um elemento básico na preparação de explosivos.

Cabe destacar, nesse sentido, a importância das fábricas militares do ramo e as civis com meios para sua oportuna transformação, na hipótese de uma mobilização industrial, pois hão de ser os pilares sobre os quais se apoiará o suprimento das tropas em campanha, no que se refere a vestuário, equipamento e explosivos.

Por outro lado, uma industrialização, baseada na produção da zona central do Chaco, contribuirá para descongestionar a "zona pivot" da

República Argentina, com os conseqüentes benefícios de ordem militar que isso representa.

No que diz respeito à influência sobre o "potencial industrial" do país, é possível afirmar que a uma sólida indústria "nacional" do algodão haverá de corresponder necessariamente um aperfeiçoamento simultâneo no abastecimento da população da Zona do Interior, em tudo o que respeita à variada gama de artigos que derivam da produção algodoeira.

#### VI — CONCLUSÃO

Do exposto acima, conclue-se que o cultivo do algodão, depois de um longo período de experimentações e tentativas, logrou uma situação conforme à realidade geográfica, proporcionando à região que o acolheu em seu seio o instrumento indispensável para constituir-se em um núcleo político de características diferenciais, que lhe permite gravitar, no ambiente nacional e ainda no internacional, com força cada vez mais crescente.

## FABRICA BANGÜ



**EXIJA NA OURELLA**

BANGÜ - INDÚSTRIA BRASILEIRA

# DEZ RAZÕES PELAS QUAIS NÃO CONVÉM A RÚSSIA DESENCADear A GUERRA MUNDIAL

Por EUGENE LYONS

(Extrato de EJÉRCITO) — Traduzido pelos  
Ten.-Cel. CESAR GOMES DAS NEVES e  
Major HERACLIDES DE ARAUJO NELSON.

Na mente de milhões de pessoas existe esta pergunta: Haverá guerra com a UNIÃO SOVIÉTICA?

Diz-se por toda a parte que o KREMLIN, com fuzil carregado, alegre e sumamente confiante está pronto e ávido, por uma ação definitiva e perentória, a desencadear uma guerra mundial tão logo seja provocado ou mesmo sem provocação. Como consequência disto, há muita gente que vive atualmente cheia de medo, esperando o golpe.

Este fatalismo se expressa em apaziguamentos nervosos, que têm por fim não incitar os SOVIETS a dar o passo final, ou por meio da exasperação assustada que demanda a guerra preventiva. Nenhuma das duas atitudes é digna de uma grande nação ou condicente com uma política realista. E a ironia deles é que os temores desesperados não têm grande fundamento nos fatos reais.

Para começar, diremos que estamos convencidos de que a AMÉRICA DO NORTE não desencadeará premeditadamente a terceira guerra mundial. Isto nos leva imediatamente à questão das intenções do KREMLIN. Precipitará a RÚSSIA SOVIÉTICA um conflito total em um futuro previsível? Um exame das provas, que são abundantes, indica que não.

Considerando as forças e fraquezas de ambas as partes, STALIN e o seu POLITBURO deveriam estar num estado de ânimo louco e suicida para fazer deflagrar deli-

beradamente a terceira guerra mundial. Porém, acontece que, no KREMLIN, são todos muito prudentes, e longe de se querer pensar em suicídio, preocupam-se sim, acima de tudo, de salvaguardar o seu próprio poder. Enquanto que, com astúcia, aproveitam-se ao máximo do nosso nervosismo, os dirigentes soviéticos, na realidade, estão mais atemorizados com a possibilidade de uma guerra mundial do que nós mesmos. Eles são bastante realistas para saber que não poderiam ganhar essa guerra.

Quando nos aprofundarmos bem nisto, poderemos tomar a iniciativa na arena internacional, fazendo-lhes temer as provocações.

A guerra é uma evidente possibilidade nesta crise mundial, queira-a ou não qualquer nação. A prudência manda que permaneçamos alerta e preparemos forças para enfrentar a pior contigência. Porém, não há razão para esse susto mortal, fixando nossa atenção nas vantagens militares da RÚSSIA SOVIÉTICA — em primeiro lugar, no seu ingente Exército terrestre — enquanto passamos ligeiramente sobre suas fraquezas e obstáculos e substituímos a nossa imensa superioridade.

A RÚSSIA soviética é mais fraca do que geralmente se supõe. A sua economia e os seus transportes são atrasados, a baixa moral de seu povo e a duvidosa lealdade das nações satélites, as suas amargas recordações da última guerra e o

próprio caráter de JOSÉ STALIN respondem contra a idéia de que o KREMLIN desencadeará, a seu bel prazer, a conflagração universal. Os seus chefes sabem que uma ação definitiva contra o mundo livre corresponderia também a uma ação definitiva contra o povo russo e as populações satélites. Sabem que a ocupação da Europa, ainda mesmo que pudessem realizá-la, não seria o fim mas, ao contrário, o início da verdadeira contenda, como aconteceu com HITLER.

Os dados da situação, uma vez despojados da propaganda enganadora, são convincentes. Eis aqui dez destes dados:

1 — *Nada na conduta post-bélica do KREMLIN indica que a RÚSSIA soviética deseje uma guerra mundial.*

Se STALIN e sua coorte estivessem procurando pretextos adequados para desencadear o choque militar, já teriam encontrado bastantes para escolher: a doutrina TRUMAN, o Plano MARSHAL, o contra-bloqueio aéreo de BERLIM, nossa intervenção na COREIA. Além do mais, os ditadores não têm necessidade de serem provocados; eles têm sido sempre mestres consumados na arte de produzir e de lançar as suas próprias "provocações".

Houve um tempo, antes de que o auxílio norte-americano galvanizasse o espírito de resistência da EUROPA OCIDENTAL, em que MOSCOU teria podido invadir todo o continente. Poderia ter tragado a FINLÂNDIA, que se atreveu a expulsar os comunistas de seu Governo, poderia ter se apoderado do IRAN ou podido reforçar as guerrilhas comunistas na GRÉCIA até à vitória, ou podido destruir o contra-bloqueio aéreo de BERLIM. E o mais importante de tudo: poderia ter eliminado totalmente a mais mortífera ameaça à autoridade soviética, esmagando a YUGOSLÁVIA de Tito.

Não fez nada disto. Por que? Única e exclusivamente porque cada um destes movimentos envolve o risco de uma guerra decisiva. Ao contrário, o POLITBURO limitou-

se a ações prudentes que nunca se aproximavam demasiado da reta final, evitou as atitudes militares francas, e quando as coisas pareciam demasiado quentes, acomodava-as para retirar-se com algum pretexto que salvasse a situação.

Sempre que as tensões internacionais parecem demasiado próximas de eclodir, MOSCOU está disposto a uma "ofensiva de paz". O único emprêgo efetivo de força militar, a invasão da COREIA MERIDIONAL, foi levado a efeito somente depois da retirada das forças norte-americanas e depois de repetidas declarações feitas por WASHINGTON de que havíamos prescindido dessa península como indefensável.

Durante anos, a imprensa e os estadistas ocidentais praticamente têm sugerido a STALIN para marchar até o ATLÂNTICO, proclamando que poderia fazê-lo em poucas semanas. STALIN não aceitou o convite. E desde então temos nos tornado militarmente mais fortes. A produção norte-americana caminha com boa velocidade e o poderio da EUROPA OCIDENTAL começa também a consolidar-se. Uma nação decidida a uma "guerra inevitável" não teria atacado os seus inimigos quando estes eram mais fracos?

2. *O caráter de STALIN é uma garantia contra o jôgo de uma guerra total.*

Devemos ter presente que STALIN não é um NAPOLEÃO que se embriaga com a aventura militar, nem um HITLER dado a palpites emocionais e impulsos apocalípticos. STALIN é essencialmente o conspirador calculista, de raciocínio frio e paciente, com um grande gênio para a indireta e a intriga maliciosa. Assim é que tem conduzido o jôgo da política interna e mundial. Não há razão para se supor que ele tenha mudado o seu caráter na oitava década de sua carreira cautelosamente planificada.

As grandes realizações de STALIN, ao expandir o império soviético, têm sido levadas a efeito por meio da exploração astuta de cir-

cunhâncias favoráveis, mais do que por assaltos frontais.

O KREMLIN é culpado de uma grande lista de agressões, porém estas foram sempre dirigidas contra vizinhos pequenos e impotentes, como os principados da ASIA CENTRAL, MONGÓLIA, as três repúblicas bálticas. A única aventura militar direta dos SOVIETS foi a invasão da FINLÂNDIA, em 1940. Porém esta parecia, sem dúvida, alguma, uma coisa certa ao ser lançada num momento em que as grandes potências estavam demasiado ocupadas para intervir.

Além do mais, STALIN agarrou a metade da POLÔNIA por meio de um tratado com a ALEMANHA nazista, como bonificação pela sua duplicidade; apoderou-se das nações satélites com o tácito consentimento dos seus aliados e conquistou a CHINA internamente graças à negligência dos estados democráticos. O próprio bom êxito desta política atém STALIN aos seus métodos costumeiros. A idéia de uma guerra agressiva contra o mundo capitalista, uma luta franca, honrada, homem a homem, não pode sequer entrar na cabeça do "gangster" — sacerdote da fé comunista.

Os ditadores não costumam arriscar com facilidade um poder duramente conquistado. Até os fanáticos nazistas contavam com vitórias relâmpago, rápidas e fáceis, com um tratado feito com uma INGLATERRA com mentalidade de MUNICH e com a neutralidade americana. Os homens do POLITBURO sabem bem que seja qual fôr o resultado, a guerra começará com a destruição dos seus centros industriais e fontes de combustíveis, seus transportes — as próprias bases do seu poderio. Dificilmente podem ver com bons olhos semelhante perspectiva. A RÚSSIA sofreu danos e prejuízos indescritíveis na última guerra. A noção de que os seus atos provocassem premeditadamente outra repetição da destruição e da carnificina com armas atômicas e que, em consequência, arriscariam sua própria destruição total vai de encon-

tro ao sentido comum. A sorte de HITLER e MUSSOLINI deve estar sempre presente na memória de STALIN.

3. A quase derrota que experimentaram na segunda guerra mundial não anima aos dirigentes soviéticos a fazer deslazar a Terceira guerra mundial.

Quando lançam uma visada retrospectiva à luta russo-alemã, os homens do KREMLIN se compenetraram com agudeza dos fatos sobressalentes que o mundo não soviético parece ter esquecido. O mais terrível disto, desde o ponto de vista que ocupam, é que a RÚSSIA soviética esteve à beira da catástrofe. Mais território russo esteve nas mãos do inimigo que em qualquer outra época de toda a história da RÚSSIA, e o moral chegou a ponto de eclipsar-se antes de haver começado a reação.

Nada disto foi uma surpresa para o POLITBURO. O temor intenso da guerra foi a razão principal do seu pacto com BERLIM e isto explica os extremos a que chegou STALIN para apasguar HITLER enquanto durou o pacto, — até despojar as suas próprias defesas para prover a ALEMANHA dos materiais estratégicos prometidos. A teoria de que MOSCOU aceitou com presteza esse trata como um artil para ganhar tempo, a fim de construir o seu poderio militar, foi uma fábula de propaganda nazista que os comunistas acharam conveniente adotar e perpetuar. O fato de que, depois de vinte e dois meses de neutralidade pangermânica, os SOVIETS seguissem sem preparação para a guerra, revelanos a verdadeira história do medo e a fraqueza dos russos.

Por último, somente com a ajuda colossal da indústria norte-americana, a vitória russa foi arrancada das próprias garras da derrota a um custo espantoso. Assim e por tudo, a vitória teria sido impossível sem as poderosas ofensivas aéreas aliadas contra a ALEMANHA.

Ainda há pouco, tendo escapado da derrota total — e com isto ao fim de todo o sistema bolchevista — é muito difícil que os líderes sovié-

ticos se sintam hoje otimistas quanto a outra e ainda mais terrível contenda, desta vez com os ESTADOS UNIDOS e os seus aliados.

4. *STALIN não pode contar com a lealdade absoluta das suas forças armadas.*

O Chefe do KREMLIN recorda-se vivamente que, nas primeiras etapas da última guerra, suas tropas combateram com desânimo, quando combatiam. Os alemães puderam encurrular três milhões de prisioneiros em quatro meses. Divisões inteiras rendiam-se com apenas uma resistência fictícia, rogando com frequência que lhes permitissem voltar os seus fuzis contra o Exército vermelho.

STALIN viu-se obrigado a promulgar a sua notória ordem secreta, sem paralelo em todos os tempos modernos, declarando que todos os prisioneiros de guerra soviéticos eram desertores e traidores e suas famílias estavam sujeitas a prisão. Foi esta uma confissão de que a linha divisória entre os prisioneiros genuínos e os desertores era demasiado confusa para poder-se distingui-la. Viu-se obrigado a organização "divisões de deter" especiais, destacadas na retaguarda dos seus Exércitos, para bloquear a fuga das linhas de frente. Mesmo assim, mais de meio milhão de cidadãos soviéticos vestiram uniformes alemães para lutar contra os SOVIETS. O ROA (Exército russo da libertação), sob o comando de um antigo herói do Exército Vermelho, o General ANDREI VLASSOV, contava com cem mil voluntários. Mais de um milhão de homens pediram alistamento neste Exército, porém ele foi mantido com pequeno efetivo devido aos bem fundados temores nazistas de que se voltaria contra a ALEMANHA, uma vez derrotado o KREMLIN.

Nem mesmo a vitória restaurou plenamente o moral do Exército Vermelho. Dezenas de milhares de oficiais e soldados têm desertado das suas forças de ocupação. Para impedir defeições, proíbe-se às tropas todo e qualquer contacto com as populações locais e são man-

tidas praticamente prisioneiras nos seus quartéis. Apesar destas extraordinárias precauções, estão "infestados" de idéias ocidentais e se convertem em "portadores de germens" da liberdade quando regressam ao seu país. As tropas soviéticas ficaram assombradas e profundamente comovidas pelos "elevados" padrões de vida e a prosperidade da vida nas granjas das atrazadas regiões balcânicas e polonesas. O POLITBURO teme que os efeitos sejam mais desmoralizantes no caso em que uma nova guerra leve sua soldadesca aos países mais ricos e livres da EUROPA OCIDENTAL.

RAINER HILDEBRANDT, famoso líder da resistência em BERLIM, tem observado de perto as tropas de ocupação. "Uma nova guerra — escreveu — teria que ser começada com 300.000 soldados e oficiais do Exército soviético estacionados na zona oriental da ALEMANHA. E STALIN abriga poucas razões para acreditar que esses homens tivessem alguma vontade de combater por ele contra as democracias... Talvez seja o Exército o que mais tema STALIN".

Um Exército, em tempo de paz, pode manter-se relativamente bem alimentado, doutrinado e mais ou menos isolado dos modos de pensar da população em geral. Porém um grande Exército para a guerra, recém-mobilizado de elementos provindos das granjas, minas e fábricas é farinha de outra qualidade. Reflete o descontentamento e a cólera das massas. Ao pôr em arma um tal Exército, o KREMLIN, sob a impressão do que lhe sucedeu há uma década, sabe que estaria criando uma grande ameaça à sua própria sobrevivência.

5. *STALIN não poderia confiar em sua população civil em outra guerra.*

STALIN deve recordar com estremecimento que o povo soviético, em todas as partes, acolheu os invasores alemães festivamente, nas primeiras fases da última guerra. Documentos dados à publicidade em NUREMBERG confirmam que os invasores foram alvo de uma

recepção amistosa e com assistência entusiástica. O historiador britânico EDWARD CNABKSHAW, que estava em MOSCOU durante a guerra, em uma missão militar, escreveu o seguinte em um livro recente:

"Quando os nazistas invadiram a RÚSSIA BRANCA e a UCRAÍNA, foram acolhidos como libertadores da tirania de MOSCOU. O povo não se limitava a saudar os conquistadores com sal e pão; punham-se também ao seu lado contra o Exército vermelho. O mesmo voltou a suceder em 1942, até que os russos do SUL aprenderam também a sua lição".

A lição que o povo aprendeu logo foi que os alemães não faziam mais do que trazer uma versão parca da tirania vermelha. Os excessos nazistas e a sua arrogância racial fizeram com que os russos se congregassem em torno do seu odiado regime soviético como a menor das abominações. Mesmo assim, numerosas forças de guerrilheiros continuaram combatendo até o fim contra os vermelhos e os pardos, do mesmo modo.

O quadro teria sido diferente se os invasores tivessem ido libertar a RÚSSIA e não desmembrá-la e colonizá-la. STALIN tem razões para temer que o quadro seja diferente numa nova guerra em que as nações democráticas lutem contra o despotismo bolchevista e não contra o povo russo.

Nem deixam de recordar tão pouco os mandões de MOSCOU que, ao terminar a última guerra, milhões de seus súditos — prisioneiros postos em liberdade e trabalhadores escravizados — procuraram desesperadamente permanecer no estrangeiro. As desoladoras incertezas da vida do refugiado indigente pareciam-lhes preferíveis a reatar a vida sob o comunismo soviético. Foi o maior plebiscito extra-oficial da história, uma renúncia assombrosa à sua terra natal na hora de gloriosa vitória. E aquilo não foi uma surpresa para os ditadores vermelhos. Por isto, em YALTA, STALIN extraiu de ROOSEVELT e de

CHURCHIL o que se tem denominado um "convênio de escravos fugidos", o compromisso de repatriar à força os cidadãos soviéticos. Apesar disto, várias centenas de milhares lograram permanecer no estrangeiro. Representam hoje uma decidida força anti-soviética que o KREMLIN teme bastante.

Contra este fundo de paisagem, o POLITBURO dificilmente pode pensar com excessiva confiança em seus concidadãos numa terceira guerra mundial. A disposição para a guerra mede-se não só pelos recursos militares, mas de maneira decisiva pela moral do povo que deverá travar a guerra e morrer. Preocupam-nos e com razão, os quinta-colunas de STALIN no mundo livre; porém ele está infinitamente mais preocupado com os nossos quinta-colunas, as dezenas de milhões de aliados potências que temos no seu país.

6. Aos líderes soviéticos outra guerra representaria a ameaça de anarquia interna e de revolução.

STALIN deve dedicar uma grande parte de suas forças militares e milhões de funcionários de segurança exclusivamente para manter a segurança em casa. O seu regime acarretaria a guerra em duas frentes: contra o inimigo exterior e contra o seu próprio povo.

Em "Eu escolhi a liberdade", VICTOR KRAVCHENKO legou-nos memoráveis apanes do pânico do KREMLIN quando acometeram os alemães.

"Antes da saída do sol naquela manhã, em todas as partes do país a polícia secreta começou a deter os indesejáveis; foi, de fato, a única parte do esforço bélico que trabalhou rápida e eficazmente na primeira terrível fase da luta. No período inicial, ao menos tínhamos a impressão clara de que o KREMLIN não estava menos assustado do que os seus próprios súditos do que dos invasores. Não tínhamos, quinta-coluna no sentido de pró-germânicos ou traidores, porém no de milhões de patriotas que odiavam o despotismo de STALIN e todas as suas péssimas obras. A supressão implacável desta oposição

potencial teve precedência sobre as medidas de defesa militar". Equivalia — acrescenta — "a uma guerra dentro da guerra".

Não menos reveladora, como prova de que o POLITBURO conhece perfeitamente a sua própria impopularidade, foi a rapidez com que os lemas e a propaganda foram eliminados em favor dos padrões chamados de estilo antigo que apelavam para o patriotismo e para as glórias do passado da RÚSSIA imperial. Suprimiu-se, temporariamente, a cruzada contra a religião. O partido comunista manteve-se discretamente em segundo plano. Não se mencionava então a revolução mundial. Desta maneira, depois de um quarto de século de doutrinação e de terror, o regime viu-se obrigado a renegar a ideologia soviética, a fim de conquistar a aliança do seu próprio povo.

Hoje, ao contemplar a possibilidade de uma nova guerra, a ditadura tem ainda menos razão para confiar em seus cidadãos. Muitos deles já tiveram pelo menos uma visão do mundo exterior. Uns sessenta milhões viveram debaixo da ocupação alemã, onde foram capazes de, pela primeira vez, pensar livremente nos horrores soviéticos. O país tem visto seus reitores demasiado próximos da derrota ignominiosa, dependendo de aliados capitalistas para sua sobrevivência para acreditar em sua "invencibilidade".

Cada um dos fatores que fizeram o povo hostil ao KREMLIN antes da guerra russo-germânica tem se aguçado ainda mais desde a sua conclusão. As contínuas depurações do pós-guerra têm afetado os grupos da população. Uma crescente política racista, que exalta os russos acima dos cem milhões de não russos que habitam o país (e manifestada entre outras coisas por um anti-semitismo oficialmente apadrinhado), tem aprofundado os ressentimentos das nacionalidades minoristas. A mesma histeria de propaganda anti-occidental atesta a força dos sentimentos pró-ocidentais entre os súditos do KREMLIN.

O povo russo "está descontente até o ponto de ódio ao sistema soviético", declarou recentemente aos interrogadores oficiais norte-americanos um desertor do Exército vermelho. "Serão necessários de dez a vinte anos para que o regime soviético recupere o controle da mente do povo que havia conseguido antes da guerra".

Após cerca de vinte e cinco anos de industrialização em ritmo forçado, o povo está taticamente fatigado. Tornou-se cínico diante da propaganda que lhe promete uma vida feliz em um futuro distante.

Em matéria de poder aquisitivo, os jornais têm se reduzido a quase dois terços desde que o impulso da industrialização começou em 1928. Uma enorme proliferação da corrupção desconhecida no período soviético anterior, reflete o processo da podridão interna do regime. O KREMLIN viu-se obrigado a suprimir o seu tão anunciado plano de fortalecer o sistema de granjas coletivas fundindo as coletivas pequenas em grandes povoações agrárias, devido à veemente resistência do camponês.

Durante a guerra, prometeu-se ao povo uma vida mais livre e mais fácil como prêmio ao seu terrível sacrifício. Estas promessas não foram cumpridas; por este motivo é certo que uma amarga desilusão haja deixado as massas menos dispostas a receber com agrado os renovados apelos patrióticos e outra série de promessas mais e mais anicinas de explorá-las.

Em suma, um POLITBURO inclinado à guerra teria que se preparar para uma luta na frente interna, tão perigosa como a contenda principal. Durante trinta e quatro anos, a RÚSSIA tem estado num estado de guerra civil virtual entre os governantes e os governados; a contenda militar aberta, nos primeiros cinco anos do regime, uma contenda oculta porém não menos sangrenta depois. As depurações constantes têm sido batalhas dessa guerra; os quinze milhões de reclusos dos campos de trabalhos forçados são os seus prisioneiros de guerra.

O conflito em surdina continua sempre entre todos os grupos da população, incluindo o próprio partido dominante. Os homens do KREMLIN sabem muito bem disto. Por longo tempo têm ensinado o preceito marxista-leninista de que o dever das massas é "converter a guerra imperialista em guerra civil". Agora pergunta-se se a lição não terá sido apreendida demasiadamente pelas suas próprias massas.

7. *Como aliados potenciais da RÚSSIA soviética em tempo de guerra, seus satélites são varas de bambu.*

Os cálculos estatísticos sobre o poder de MOSCOU costumam incluir sessenta ou setenta Divisões dos Estados titeres. Porém os perspicazes homens do KREMLIN, podemos estar confiantes nêles, acrescentam um grande sinal de interrogação a esta figura. Porque êstes são Exércitos cativos, sob altos comandos duvidosos. Sua vontade de lutar pela causa dos senhores odiosos é, quando muito, problemática.

Atrás das estatísticas está a realidade das depurações intermináveis que atingem aos mais altos círculos dos governos satélites, as deportações em massa, amarga resistência campesina, pobreza e descontentamento que tudo abarca. As prisões e execuções de membros do Gabinete e de Generais, o motim da tripulação de um navio polonês, a continua corrente de fugitivos dos países da "cortina de ferro" com risco de vida, a queima das colheitas pelos caponezes enfurecidos, a sabotagem nas fábricas; tais coisas esboçam o quadro de uma revolta, que arde em rescaldo e que a guerra, abanando-a poderá converter em uma conflagração. Não se nega que haja movimentos clandestinos em todos os países satélites, alguns armados. A guerra poderia ser muito bem o sinal de sua insurreição.

MOSCOU, portanto, não pode perder de vista a probabilidade do pesadelo de que os canhões satélites se voltem para LESTE em vez de para OESTE, se a guerra pro-

porcioner esta oportunidade. O que parece um trampolim para a invasão soviética pode converter-se numa barreira contra os Exércitos vermelhos.

8. *A RÚSSIA soviética faltam-lhe os nervos — petróleo, aço, carvão, borracha, estanho, gêneros alimentícios — para uma guerra total.*

O país é apenas rico em potencial humano. Porém esta superioridade é mais aparente do que real. Os seus cento e oitenta milhões de habitantes foram impotentes contra os oitenta milhões de HITLER, até que os suprimentos norte-americanos começaram a chegar. Quantos desses homens poderia a RÚSSIA manter armados, com as enormes quantidades de máquinas e outros equipamentos que se necessitam para uma guerra demorada? A resposta a essa pergunta crucial está nas cifras de produção e não é alentadora para o POLITBURO.

O rendimento industrial da RÚSSIA corresponde à quarta parte do norte-americano; quando muito, se os dois novos exaustivos planos quinquenais triunfassem, poderia, em 1960, chegar à terça parte. Com toda sua enorme população, a RÚSSIA sustenta haver produzido, em 1950, apenas duzentos e sessenta milhões de toneladas de carvão, contra as quatrocentas e trinta e três milhões dos ESTADOS UNIDOS; vinte e cinco milhões de toneladas de aço contra as setenta e uma dos ESTADOS UNIDOS; trinta e sete milhões de toneladas de petróleo, contra as duzentas e cinquenta e dois milhões dos ESTADOS UNIDOS; noventa mil milhões de quilowatts de eletricidade contra os duzentos e noventa mil milhões dos ESTADOS UNIDOS. A produção norte-americana de veículos a motor foi de quinze vezes maior do que a da RÚSSIA. E os totais soviéticos representam o esforço máximo, a produção sob recrutamento forçado; não há mais espaço para a expansão na economia soviética.

A RÚSSIA, como qualquer outra nação, deve basear os seus planos de guerra em sua economia industrial. Depois dos golpes iniciais,

a luta se resolveria, com o tempo, num horrível duelo dependente dos materiais estratégicos, dos suprimentos, do transporte. Mas nem em 1970 ou mesmo depois, segundo o professor HARRY SCHWARTZ, especialista em economia soviética, poderia o KREMLIN esperar sequer chegar à nossa produção de aço, petróleo e energia elétrica.

Para suprir de combustível a uma guerra em grande escala, foi calculado que a RÚSSIA soviética precisaria de 55 a 60 milhões de toneladas de petróleo; sua atual produção é de 37 e extraída em sua maioria da região de BAKÚ, a fácil alcance de nossas bases do ORIENTE PRÓXIMO e da ÁFRICA.

O transporte, e MOSCOU o confessa paladinamente, é o seu pior embaraço, tanto para fins econômicos como para fins militares. A RÚSSIA, com uma área três vezes maior que a dos ESTADOS UNIDOS, carece de boas estradas ou de um verdadeiro sistema de transportes em caminhões e o seu sistema ferroviário acha-se quase na etapa em que estava o nosso há setenta anos passados.

"Não há motivo para desalento e desespero", declarou o falecido ROBERT P. PATTERSON, ex-secretário da Guerra. "Os recursos das nações aliadas excedem de muito aos que se acham à disposição de MOSCOU".

Foi a indústria norte-americana, como o reconheceu o próprio STALIN, o que fez possível que se voltasse a maré contra os alemães. STALIN tem boa memória e seu treinamento marxista obriga-lhe a dar aos dados econômicos o primeiro lugar nos seus cálculos.

Os gêneros alimentícios são tão vitais para a vitória como os canhões e os aviões. Nós embarcamos dois milhões de toneladas desses artigos para a RÚSSIA durante a última guerra, às quais a GRÃ-BRETANHA e o CANADÁ acrescentaram outras 300.000 toneladas. A perspectiva disto não pode certamente melhorar a confiança de MOSCOU numa longa contenda.

"Com mais de trinta milhões de bocas para alimentar, na UNIÃO SOVIÉTICA — escreve GRANKS-HAW — a produção de cereais em 1950 apenas ultrapassou o nível de 1940, e em 1940 o total permanecia baixo, comparado com a produção da era anterior, a da coletivização, em 1928. A produção por cabeça de artigos alimentícios é consideravelmente inferior à de 1928, que havia acabado de alcançar apenas a de 1914". Além do mais, a guerra total diminuiria os labregos varões capazes e tornaria catastrófica uma situação já difícil por si mesma.

9. *O elemento principal da força soviética, o seu Exército vermelho, poderia ganhar batalhas mas não uma guerra de maior envergadura.*

O Exército vermelho é uma força imensa e formidável que se calcula em mais de duzentas Divisões. Nos próximos anos, pelo menos, antes de que a comunidade do ATLÂNTICO esteja pelo menos rearmada, é admissível que pudesse conquistar toda a EUROPA. Não adianta nada substituir esta dúvida de guerra.

Porém há coisas que até neste setor o senso comum deve dar o desconto. Uma Divisão russa é menor do que a terça parte de uma Divisão norte-americana. Ao Exército vermelho falta-lhe a mobilidade das forças de terra de HITLER; é pesado e mal equipado, de acordo com os padrões norte-americanos, embaraçado por transportes insuficientes e na maioria primitivos. Suas pontas de lança blindadas parecem estar bem equipadas; porém atrás delas se acha a grande horda de soldados a pé e estes estão mal armados, mal alimentados e mal comandados.

Ao regressar de uma cuidadosa inspeção das defesas européias em julho passado, o General CARL SPAATZ manifestou a sua confiança de que "nós venceríamos uma guerra se esta começasse amanhã, e, o que é mais importante, o KREMLIN compartilha desta convicção".

É ilusório pensar nas forças soviéticas, abstraindo-se a extensão imensa do país. Suas fronteiras são enormemente extensas e separadas por um continente. MOSCOU deve prepara-se para uma guerra em muitas frentes, em cada uma das quais ficaria aferrada uma grande parte do potencial humano soviético.

Um técnico disse que a RÚSSIA soviética não poderia dar-se ao luxo de dedicar mais do que a metade das suas forças de terra a uma operação na EUROPA OCIDENTAL. O resto teria que desdobrar-se no EXTREMO ORIENTE, no ORIENTE PRÓXIMO e em outros setores vulneráveis da sua enorme periferia.

Porém, em relação aos espaços colossais compreendidos, o deslocamento das Divisões de uma área para outra é lento e difícil. Isso explica porque o Estado-Maior Geral do KREMLIN teve que dividir as suas forças disponíveis em seis comandos distintos autárquicos, que confia cada um nas áreas industriais da sua região especial para o suprimento. O POLITBURO encontra-se como que no círculo colossal de fronteiras, espreita o perigo e tem que estender a sua força disponível para defendê-lo todo.

A cada ano que se passa, STALIN tem que contar u'a maior e mais animosa resistência a qualquer movimento que possa realizar na EUROPA. Suponhamos que chegasse ao ATLÂNTICO; ele sabe que a guerra não terminaria. Teria completado nada mais do que a primeira fase do conflito, no transcurso do qual a própria RÚSSIA estaria sujeita a contínuos e arrastados ataques de cima. Cada milha de continente invadido, dos regimes satélites e da RÚSSIA propriamente dita, teria então que estar submetida à vigilância em massa de uma polícia para apagar a resistência e a revolta.

Entretanto, a fase mais decisiva — a guerra de desgaste pelo céu, vindo de cada ponto da rosa dos ventos — adquiriria velocidade mortal. Nesta terrível contenda, a principal vantagem de MOSCOU,

os seus Exércitos permanentes, cessaria de ser relevante. Porém as suas maiores desvantagens — a moral interna, as populações estrangeiras rebeldes, os materiais estratégicos e a capacidade produtiva insuficiente — seriam mais aguçadas e tornar-se-iam acumulativas em seus efeitos. E ao mesmo tempo e em contra-posição, as vantagens naturais do mundo livre, e especialmente da AMÉRICA DO NORTE plenamente mobilizada e a toda velocidade, far-se-iam mais eficazes.

A imensa maioria da indústria soviética acha-se reunida em um triângulo que compreende desde MOSCOU, no OESTE, às recém-industrializadas regiões da SIBÉRIA CENTRAL. É um alvo aéreo extremamente vulnerável, acessível de muitas direções. STALIN dificilmente poderia esperar transferir a sua base industrial para a EUROPA. De certo que o RUHR, a LORENA e outros centros industriais não cairiam intactos em suas mãos e sua efetiva restauração pode impedir-se por meio da potência aérea.

As estatísticas que comparam os atuais totais da Aviação soviética com os nossos, são impressionantes, mas num duelo de produção à escala plena entre as respectivas indústrias aeronáuticas, a RÚSSIA seria superada decisivamente. Isto é especialmente certo quanto aos aparelhos de bombardeio de grande raio de ação. O mesmo se aplica às armas soviéticas. Não pode haver a menor dúvida na mente de STALIN de que nos podemos manter-se e, sob recrutamento obrigatório, constantemente ampliar a nossa margem de vantagem, tanto em bombas e nos meios de lançá-las, como em armas novas em geral.

Depois de descontado tudo, a RÚSSIA soviética continua sendo uma grande potência militar e não é nossa intenção subestimar a sua força. Embora, em suas horas mais otimistas, o bando do KREMLIN não possa contar com uma grande probabilidade de vitória, superior a uns cinquenta por cento, em uma

guerra geral, essas não são as probabilidades sobre as quais os ditadores arriscam deliberadamente suas vidas.

10. *Contra um conceito errôneo muito difundido, a doutrina marxista — leninista não exige que os SOVIETS iniciem uma guerra mundial.*

Quando os comunistas, fazendo-se eco de MARX e LENINE, proclamam que o triunfo do seu sistema no mundo é o "inevitável", não querem dizer que tem que alcançar pelo cataclisma de uma guerra total.

Sua doutrina prevê a revolução, mundial, porém não especifica se sobreviverá por meio de uma guerra total, nem contém exigências que sejam eles que a iniciem. Pelo contrário, pressupõe que, se sobrevém uma tal guerra, será através da iniciativa do outro lado; que o capitalismo, nos estertores de sua agonia, tratará de aplacar a UNIÃO SOVIÉTICA. A dizer a verdade, hipnotizados pela sua visão auto-induzida, eles vem se preparando desesperadamente durante trinta anos para fazer frente a semelhante acometida.

Os quiromantes comunistas vêm em seu glôbo de cristal um ataque final capitalista à pátria do comunismo; porém, sua visão jaz num futuro misterioso que o prudente STALIN procura adiar. Entretanto — e aqui nos aproximamos mais do verdadeiro sentido do dogma bolchevista — tenderá a extremar as "contradições" entre as nacionalidades capitalistas e as crises sociais dentro de cada uma delas. Os líderes soviéticos falam do seu país como da "base da revolução mundial", mas a idéia de convertê-lo também na base de uma guerra mundial não se acha nem em sua mente nem nos seus textos sagrados.

A guerra fria — que não é mais do que o nome odotado para designar os velhos métodos bolchevistas de criar turbulências, de uma propaganda horripilante, da subversão e da contenda civil — está mais de acordo com a sua linha. Tem dado-lhes bons resultados e

é um terreno no qual não têm igual. Por que não de abandoná-lo pelos riscos de uma guerra de verdade, na qual o mundo livre teria imensas vantagens?

STALIN e os seus associados, podemos estar certos disto, continuarão confeccionando "incidentes" apimentados e "guerras civis" que comprometam as forças titeres enquanto eles conservam intactas as próprias forças. Farão tudo que puderem para estender os miasmas do medo e da confusão tão de acordo com os seus talentos revolucionários. Proporcionarão engenhosas diversões para dispersar o poderio militar norte-americano e drenar a vitalidade econômica norte-americana, cansando-os e sangrando-os sem descanso. Empregarão as ameaças de guerra e as "ofensivas de paz" por igual para manter-nos fora de equilíbrio.

Porém evitarão dar o passo final e irrevogável que traria a destruição atômica e possivelmente uma revolta interna na cidadela de sua querida ditadura. Não lutarão, a não ser que sejam atacados, e empregarão todas as artes da diplomacia e da propaganda para evitar o ataque. A guerra mundial pode, desde logo, sobrevir, por um acidente ou por um cálculo errado, porém STALIN teme essa eventualidade mais do que a tememos nós.

Se temos, pois, a resposta do bom senso à pergunta: "Haverá uma guerra com a UNIÃO SOVIÉTICA?", "A AMÉRICA DO NORTE não iniciará o conflito. E há pouca probabilidade de que os líderes soviéticos dêem deliberadamente o salto no vácuo com esperança na vitória final, pelas armas, tão remota.

Isto não implica em que não exista um perigo comunista ou que possamos permitir-mo-nos o luxo de repousar. O POLITBURO tem mais respeito por u'a AMÉRICA DO NORTE desperta, dedicada à preparação. Assim, pois, a certeza de que os ESTADOS UNIDOS possam lutar e de que lutarão para impedir um mundo controlado pelos comunistas deve manter-se inequivocamente clara. Apoiada por

uma política estrangeira que tenha confiança em si mesma, é a melhor garantia de paz para a humanidade.

"Os recursos materiais, intelectuais, espirituais, técnicos e profissionais disponíveis em um mundo livre — disse recentemente o General DWIGHT EISENHOWER a uma Comissão de Senadores — são tão opressores comparados com os dos países da "cortina de ferro", que é quase ridículo falar em termos de pavor e histeria, como se faz com tanta frequência".

Conforme declarou recentemente o General DOUGLAS MAC ARTHUR, STALIN "vem se dedicando à maior diplomacia de intimidação que registra a história". "Essa diplomacia — acrescenta o General — tem conseguido o seu bom êxito, não tanto, é verdade, pela sua força militar ou por alguma ameaça clara que a comprometa a batalhar, quanto pela fraqueza moral do mundo livre". O maior perigo para o nosso país — advertiu ele — é a falta de confiança em nós mesmos".

O temor do povo norte-americano pela RUSSIA, que é indiscutível, equivale a uma vitória crucial para

a propaganda soviética na guerra de nervos. Por sorte, a política baseada na detratção do nosso próprio poder e a exageração da vontade de lutar do inimigo não se baseia em fatos; é ilógica e também perigosa, porque pode estimular o KREMLIN a exceder-se numa fanfarronada excessiva.

Os ESTADOS UNIDOS devem fazer estoque de valor para o futuro, mantendo-se supremamente forte militar e economicamente e tornar patente ao mundo que não vacilariamos em usar nosso poder até o fim, se a RUSSIA ultrapassar a raia. Uma vez que tenhamos eliminado em nós mesmos o temor de "provocar" STALIN, a política norte-americana cessará de ser um eco nervoso dos planos do SOVIET e assumirá uma iniciativa audaciosa.

Devemos analisar o jogo do mundo — um jogo em que as apostas são a guerra e a paz — com sóbrio sentido da nossa prodigiosa vitalidade física e espiritual. Devemos considerar o conselho dado por um combatente norte-americano, o General WILLIAM J. DONOVAN, de "deixar de lado o nosso temor e de criar o temor na imaginação do nosso inimigo".

## Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

# Geografia e História Militar



## VISITA AO FORTE DE COIMBRA

General SILVEIRA DE MELLO

Quando divulguei as ocorrências históricas que caracterizavam o padroado de Nossa Senhora do Carmo ao Forte de Coimbra (1), já era meu pensamento visitar aquêle velho baluarte de tão gratas reminiscências. Desejava contemplar a imagem miraculosa da Virgem e conhecer a sua antiga capelinha; participar de sua festividade a 16 de julho; reviver, pela mente, ao pé daquelas muralhas, os combates ali travados e os efeitos maravilhosos da proteção da Senhora aos defensores do Forte, nas memoráveis jornadas de 1801 e 1864. Queria sentir o mistério da incolumidade da guarnição do Forte na tenebrosa noite da retirada, a 30 de dezembro de 1864, quando tudo fazia prever o malôgro da operação e o esmagamento da defesa.

Eu tinha presente no espírito as excepcionais homenagens recebidas pela imagem da Protetora, ao ensejo de sua chegada a Cuiabá, em 1865 e ao retornar dali para Coim-

bra, em 74; de tudo quanto então relatei, podia concluir-se que Nossa Senhora do Carmo quisesse manifestar, de modo inequívoco, por inúmeras vêzes, a sua assistência aos defensores do Forte, para que ninguém ousasse duvidar da proteção que Ela dispensava àquela velha praça de guerra.

Não sabemos dos motivos da Virgem para distinguir, como distinguia, de modo notável, aquela fortaleza. Certamente êsses motivos não diriam respeito ao lugar, ao rio, às muralhas do Forte, que são meros acidentes comuns à natureza das coisas. As razões determinantes seriam, evidentemente, de ordem sobrenatural, por nós ignoradas.

Quem sabe não representariam orações fervorosas, lágrimas, sacrifícios, atos de piedade, oferecidos à Virgem do Carmo por espôsas, mães, pais, irmãos, amigos dos soldados e milicianos, por ocasião da partida de Cuiabá da arriscada ex-

(1) O trabalho que então publiquei, "A Protetora do Forte de Coimbra", publicado em "Vozes de Petrópolis", de março, em "Defesa Nacional", de abril de 1949 e na Rev. do Inst. Hist. de Mato Grosso, ano 49-50, foi por mim revisto, corrigido e reeditado em folheto em abril de 1953.

pedição de Matias Ribeiro da Costa, em 1775? ou, quem sabe, pelos companheiros d'este na capelinha rústica, improvisada, da primitiva palissada? Talvez preces angustiosas, de desolação e saudades, proferidas no correr dos tempos naquele recanto selvático, longínquo, por praças daquela guarnição. Quem dirá não houvesse tocado de modo singular o coração da Virgem aquêle piedoso ato de Ricardo Franco, Comandante do Forte, a 14-15 de setembro de 1801 (véspera do ataque de Lázaro de Ribera), de batizar êle próprio, na ausência do capelão, uma jovem índia agonizante, que lho pedira com instância, e, falecida esta, mandá-la sepultar, porque também lho suplicara antes de morrer, na capelinha do velho Presídio?

Na realidade, como explicar o rechaço e a espetacular contramarcha da frota de Lázaro de Ribera, dias depois, diante de uma praça de guerra inacabada, desartilhada, de escassa guarnição, que não suportaria nem assalto em regra nem assédio? Tenna-se presente a tudo isto que foi o Coronel Ricardo Franco quem mandou adquirir, por conta da guarnição, a imagem de N. Senhora do Carmo que ali se venerava e que, depois de haver construído o Forte, ele mesmo veio a falecer ali piedosamente, a 21 de janeiro de 1809, sendo sepultado na nova capela, também por êle construída.

Meio século depois, em 1864, o Forte foi de novo atacado, desta vez por poderosa esquadra paraguaia. Após dois dias de intenso canhoneio e terríficos assaltos, a guarnição viu-se compelida a abandonar o Forte, mas retirou-se incólume.

Como explicar que o Forte, exposto em cheio, no interior, aos tiros diretos de canhão e às vistas do inimigo, como observou detidamente Bartolomeu Bossi, em 1863, e como se pôde ver das gravuras conhecidas, não contasse, nesses dois dias de tremenda refrega, um só homem morto ou chamuscado, ao passo que os paraguaios tiveram 42 mortos e 164 feridos? Como

explicar aquela inaudita, inopinada suspensão do assalto paraguaio ao aparecimento da imagem da Virgem, por minutos, no alto das muralhas? Como admitir a possibilidade do abandono do Forte pela guarnição em massa, quando ela estava em xeque do canhão inimigo? Como, em tão críticas circunstâncias, pode fazê-lo à revelia da esquadra paraguaia e sem ser pressentida?

Para recordar tais fatos, por demais edificantes, e reavivar a confiança, o reconhecimento e a reverência devidos à Virgem Protetora do Forte, apresentei algumas sugestões, entre as quais figurava, em realce, a excursão fluvial da histórica imagem, de tempos em tempos, de Coimbra a Cuiabá e vice-versa, em comemoração da dramática retirada de 1864-65 e do seu retôrno triunfal em 1874. A êste propósito, havia lembrado, em carta, ao Capitão Hugo Mota, Comandante do Forte, que enquanto não fôsse possível tornar realidade aquela grandiosa procissão fluvial, tratasse a guarnição de fazê-la simbolicamente, cada ano, subindo e descendo o rio uns dez quilômetros com a flotilha de lanchas e canoas ali existentes.

Êste alvitre encontrou tal concordância de parte do Comandante, de seus oficiais, sargentos, dos pracinhas, da Irmandade da Santa e da população civil ali domiciliada, que, apenas eu lho comunicara, o Capitão o incluiu no programa dêsse ano, e como tal espontaneidade, que cheguei a pôr em dúvida se eu ou êle tivera a prioridade da idéia.

Estava tudo concertado para a minha viagem; não imaginava, contudo, quais e quantas surpresas agradáveis me iria proporcionar Nossa Senhora do Carmo, cuja devoção me era familiar há 54 anos, pelo uso ininterrupto do seu escapulário.

Ao chegar a Corumbá, a 9 de julho, comuniquei ao General Alves Magalhães, Comandante da Brigada Mista, o objetivo de minha viagem: descer a Pôrto Esperança e tomar ali a lancha de Coimbra,

que o Comandante do Forte me prometera enviar, para conduzir-me às festas da Protetora.

— Você ira comigo, disse-me o General; estou em vésperas de descer o rio Paraguai, a fim de inspecionar as minhas guarnições de Coimbra, Porto Murtinho e Foz do Apa. Partiremos num navio da Flotilha Naval; chegaremos ao Forte a 15 e lá passaremos o dia 16. Enquanto eu cuidar da inspeção do Grupo de Artilharia, você pode observar ali o que deseja e satisfazer à sua devoção. À tarde prosseguiremos para Porto Murtinho.

Vejamos como se passaram as ocorrências da viagem:

*Primeira surpresa.* Em vez de ir só, numa lancha em que mal poderia recostar o corpo, ensinava-se-me viajar comodamente num navio, em companhia de um General amigo, de distintas senhoras e de oficiais da Marinha. Simplesmente admirável...

*Ardil do demônio.* Antes da partida, soube que o capelão-militar, aliás único na 9ª Região, não seguiria conosco, porque estava no Rio. À vista disso, o Comandante do Forte consultou os salesianos de Corumbá se poderiam dar um padre para a celebração da festa. O sacerdote iria na comitiva do General Magalhães. A resposta dos salesianos, porém, foi negativa. O convite lhes chegara na véspera de nossa partida e os padres estavam comprometidos para as festas do mesmo dia em Corumbá.

*Novo ardil do demônio.* Na manhã do dia 13, o capitão de corveta Mario Monteiro, Comandante da Flotilha, procurou o General e lhe disse que havia alguns passos difíceis no rio, pelos quais não se podia navegar de noite, e que, para proceder com segurança, o navio, teria de lançar ferro mais uma vez. Convinha, por isso, partir no dia 14 e, em vez de escalar em Coimbra na ida, melhor seria fazê-lo na volta, depois de visitar a foz do Apa. Em compensação, poder-se-ia, de regresso, prolongar a estada em Coimbra, conhecer as vizinhanças do Forte e a célebre gruta ali existente. Por outro lado,

os marujos de bordo teriam ensejo de disputar uma partida de futebol com os camaradas do Forte.

O General não opôs resistência:

— Se o motivo é de técnica de navegação, nada tenho a alegar.

Com essa reviravolta, passaríamos de carreira pelo Forte e, no dia 16, estaríamos longe dele, talvez na foz do Apa. Malograr-se-ia dessarte a minha participação na festa da Protetora, festa para qual eu me abalancara do Rio com tanto afã. Fiquei desencantado diante desse imprevisto, que me inibia de estar em Coimbra no dia 16.

Que podia fazer? A falta de sacerdote era sobremodo sensível. Não teríamos missa, nem comunhão, nem imposição de escapulários. Consolave-me, porém, a idéia de estar no Forte esse dia, para homenagear, como melhor pudesse, a Protetora, acompanhar os seus devotos na reza do terço e da ladainha, cantar hinos talvez. Todavia, até esta ficha de consolação nos impedia a tal técnica naval, que, a meu ver, não passava de expediente do diabo.

Resignei-me. Era simples conviado. Nossa Senhora do Carmo, pensei comigo, proveria como fosse melhor. E assim aconteceu. Tão surpreendente foi, na verdade, a interferência da Virgem nesse negócio que é de pasmar.

Partimos de Ladário ao romper do dia 14, a bordo do monitor Paraguai. Deveríamos navegar de plena marcha todo o dia, a fim de passarmos o canal de Coimbra aos últimos clarões da lua, que, nessa noite, se poria pouco depois das 20 horas. Dêsse modo, Fecho dos Morros, o passo mais difícil, seria transposto às 16 horas do dia 15, para fundearmos em Porto Murtinho cerca das 18 horas.

As coisas, porém, passaram-se de medo totalmente diverso. Em ótimas condições navegamos o dia 14. Todavia, já noite, após o jantar, um estremecção prolongado sacudiu o Paraguai. Conversávamos animadamente na sala de refeições, esperando que nos avisassem do momento da passagem pelo Forte.

Nenhum dos que ali estavam percebeu, a não ser os oficiais de bordo, qualquer sinal de anormalidade. Dir-se-ia que o navio diminuía a marcha bruscamente e, ato contínuo, travara as hélices, parando de todo. A palestra teve ligeira interrupção. Alguns prestaram ouvidos a vozes abafadas que vinham de fora, mas nenhum de nós deu fé

d'água examinando as condições do encalhe.

Um oficial que comandava as manobras, indicou-nos ao sul um foco luminoso:

— Vejam lá! É o Forte de Coimbra: está a 10 km daqui. Já o avisamos pelo rádio. Agora é tratarmos de dormir. Quando acor-

FESTA DE N. S. DO CARMO, PROTETORA DO FORTE DE COIMBRA,  
A 16 DE JULHO DE 1949



Saída da procissão da capela da aldeia, ao pé do Forte. Conduzem o andor, à frente, o Gen. Alves Magalhães, Cmt. da Bda. Mst. e o Cap. Hugo Mota, Cmt. do Forte

do que acontecera. Nisto abre-se a porta do salão e aparece o Comandante Monteiro, que descia do convez, a avisar-nos, meio contrafeito:

— Encalhámos num baixio. Nada há de grave. Os hélices estão livres e já estamos tratando de salvar o barco.

Subimos ao tombadilho. A noite estava fria. Vento sul cortante assobiava nos mastros. Parte da guarnição, de calção de banho, descera em escaler e estava dentro

darem pela manhã estaremos 50 milhas águas abaixo.

Não era bem assim. O dia de amanhã a Deus pertence. E de fato: o trabalho dos marinheiros foi ininterrupto pela noite a dentro; revesavam-se, as turmas, mas, ao raiar o dia, o Paraguaçu conservava-se imóvel na mesma posição, como navio no dique. Subira num camalote à margem esquerda do rio, de tal sorte, que a linha de flutuação ficara 50 centímetros acima d'água. O Comandante Mon-

teiro pedira socorro urgente à Base Naval.

Pela manhã (dia 15), depois do café, o General Magalhães resolveu desembarcar. Veio buscar-nos a lancha do Forte. Retomar-se-ia o navio assim que êle desenganhasse.

Chegamos ao Forte às 9,30h. O General, sem perda de tempo, entrou a inspecionar o grupo de artilharia. À noite, o Paraguaçu avisava que, apesar do auxilio do monitor Parnaíba e do rebocador Antonio João, chegados pela tarde, não fôra possível safar o navio.

No dia 16, o General e a guarnição do Forte já estavam livres dos exercícios de revista, desfile e mais formalidades da inspecção. Podiam dar-se às festas tranquilamente; e foi o que fizeram. Pela manhã houve reza, dirigida pela senhora do Capitão Hugo, na igrejainha da aldeia. As 14 horas, saiu em procissão o andor da Virgem. Foi transportado da capela para bordo da lancha por quatro oficiais, indo o General e o Comandante do Forte à frente.

Magnifico espetáculo de simplicidade e fé. Oficiais, sargentos, pracinhas, a Irmandade, famílias, toda a população da aldeia estava em filas. Havia alegria em todos os semblantes. Vento extremamente frio zunia aos ouvidos da gente, mas ninguém queria fícar em terra. Todos aspiravam um lugarzinho a bordo da lancha, ao lado da Santa. Foi preciso impedir a subida de muitos que excediam a lotação. Mesmo assim, o patrão teve por vêzes de comandar o movimento do pessoal de um para outro lado da lancha, temendo que ela viesse a adernar. Navegamos para o norte até a "volta do Bracinho", onde estava encalhado o monitor. Nossa Senhora ia prestar uma ajuda aos marinheiros, foi o pensamento de todos. Há duas noites e dois dias trabalhavam metidos na água até os peitos. Paramos junto aos três navios. Os oficiais de bordo vieram à nossa lancha. Dois fatos edificantes presenci ei então. O Comandante Monteiro chegou-se à frente do andor de Nossa Senhora, tirou o gorro,

fitou-a com reverência e persig-nou-se. O médico, Capitão de Corveta Dr. Mario Ferreira França, que até aí ignorava quem era a Protetora do Forte, veio saudá-la e proferiu estas comovidas palavras:

— Feliz coincidência! Sou afilhado de Nossa Senhora do Carmo e não podia imaginar que, longe de igreja neste dia, a mim me viesse visitar a própria Virgem, minha madrinha.

Pelo dia 17 permanecemos ainda no Forte, o que me deu oportunidade de fazer, à vista do terreno, a apreciação retrospectiva dos ataques de 1801 e 1864. À noite, o rádio do Paraguaçu avisou que os trabalhos de desencalhe prosseguiram e, em tais condições, o Almirante-Chefe do Distrito Naval despachara de Ladário o aviso Oiapoque, único navio disponível, para reconduzir o General e sua comitiva a Corumbá. Forçoso era voltar, porque êste pequeno navio não oferecia acomodações para todos da comitiva em viagem mais longa, como seria até a foz do Apa.

Preparamo-nos então para o regresso. O Oiapoque chegou a Coimbra no dia 18 pela manhã e às 14 horas reembarcamos para Corumbá, deixando os mais navios às voltas com o Paraguaçu encalhado.

Ao despedir-se de nós, um dos oficiais da Marinha não ocultou seu pessimismo em relação ao Paraguaçu. Caso demore o serviço de salvamento, pode acontecer, explicou êle, que o navio sinistrado tenha de permanecer ali, trepado no camalote, até que venha nova enchente e o obrigue a flutuar. A razão era óbvia. No momento, as águas estavam baixando gradativamente e o casco do monitor não tardaria a ficar em seco como a arca de Noé depois do dilúvio.

Nossa Senhora do Carmo, porém, não permitiu que o navio recalci-trante viesse a passar semelhante humilhação. De fato, logo depois que retornamos a Corumbá, chegou ali a noticia alvicaireira de que o barco se safara sem a mínima avaria. Prendera-se simplesmente nas tramas do camarote. O emaranhado de aguapés estava agarrado

a um baixinho e funcionara como suave amortecedor de choque, sem dano para o casco do navio.

*Comentário e conclusões.* Ao partir do Rio com destino ao Forte de Coimbra, fi-lo na persuasão de chegar em tempo de participar, ali a 16 de julho, da festa da Protetora. Na verdade, tudo parecia auxiliar o meu desígnio. O diabo, todavia, vinha espiando os meus passos e conseguiu meter tropêços na viagem, invertendo a escala do navio. No dia 14, às 20 horas, chegávamos à vista do Forte. Estavam todos certos que iríamos ultrapassá-lo e prosseguir na rota para o sul. A estada ali só se daria de regresso, a 18 ou 19, depois do dia da festa.

A Virgem do Carmo, porém, é que não estava pela alteração do programa.

— Alto lá! protestou Ela, assim que o navio se aproximou do Forte à distância de tiro de canhão. Vocês querem passar de largo e darem-me as costas? Alto lá! Lembrem-se que Aquela que teve poder de provocar aplausos e emudecer os fusis dos próprios inimigos diante dos muros deste Forte, tem dobrado poder para torcer os planos de vocês e obrigá-los a vir, sem mais rodeios, prestar-me

as honras a que tenho direito no dia de minha festa.

Nessa Senhora andou justamente ciosa de suas prerrogativas, mas procedeu com moderação e benignidade. O corretivo de que usou foi brando. Suscitou apenas o encalhe do navio, porque teimara passar de largo; fê-lo porém, suavemente em cima de um colchão de plantas aquáticas, para que nem sofresse arranhão nem maguasse as pessoas de bordo. Para mim foi extremamente compassiva. Em vez de um dia em Coimbra, como pretendia, deu-me quatro, não só para a festa e observação dos arredores, mas ainda para entretenimentos e passeios.

Entretanto, o que não consentiu, depois disso a Virgem do Carmo foi que prosseguissemos rio abaixo para o segundo trecho da viagem projetada. Isso que não. Dali teríamos de fazer meia-volta. Era uma lição incisiva, uma formal advertência da inefável Mãe de Deus, para que, de outra feita, não lhe negássemos prioridade às suas festas nem fidelidade às coisas prometidas.

A vista do que se acaba de narrar, é justo que se inscreva mais esta ocorrência no rol das muitas que têm recebido a chancela da Protetora do Forte de Coimbra.

---

## AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço:

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

# O TIETÊ INSTRUMENTO MÁXIMO DE PENETRAÇÃO DO BRASIL SUL OCIDENTAL

AFONSO DE E. TAUNAY

Transcrito do "Boletim Geográfico", de maio de 1951

No conjunto das vias de penetração do Brasil meridional ignoto e selvagem, nenhuma tem tão longínqua significação quanto a que ao Tietê tão notável realce empresta.

Está o nome do grande rio de São Paulo, tributário do Paraná, indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do imenso Brasil ocidental.

Muito mais antiga a navegação freqüente de suas águas do que a do São Francisco e do Amazonas.

Inçado de dificuldades, entrecortado pelas barreiras das itaipavas e dos saltos, como que a Providência propositalmente lhe tornara áspero e penoso o vencimento do dilatado curso para manter exercitadas as qualidades de resistência e a capacidade de sofrimento dos seus navegadores rudes.

Nêle não se nota a placidez lacustre amazônica, permitindo a entrada e a livre marcha das esquadilhas e das esquadras, por milhares de quilômetros a dentro do continente, nem os enormes trechos desimpedidos do São Francisco, do Paraná, do Uruguai, nem ainda a navegabilidade do Itapicuru ou do Parnaíba.

A cada passo barram-no longas corredeiras, obstruem-no grandes saltos intransponíveis às embarcações como os de Itu. Avanhandava e Itapura. Assim, ao sertão e aos mistérios do centro sul-americano — defendeu o Tietê com toda a energia das águas a cada passo eschoantes. Foi o adversário digno

de ser vencido por aquêles que o cominaram.

Quando às suas maretas entregaram a sorte incerta às primeiras e tóscas esquadilhas dos devassadores do sertão? As que lhe sulcaram as ondas e afrontaram as penedias? E o que ninguém sabe, e provávelmente, jamais se saberá.

Imemorialmente navegado pelos índios do planalto, em demanda das terras do Paraguai, desceram pelas águas do velho rio de Anhembi os exploradores das primeiras décadas da descoberta e do povoamento do Campo de Piratininga.

E a contra-corrente, os espanhóis do Paraguai, como categoricamente afirmou o velho Ruy Díaz de Gusman, em *La Argentina*, ao relatar que os castelhanos, freqüentemente, chegavam ao Avanhandava, fato que Azara recordou e Eduardo Prado denegou sem lhe caber contudo razão.

Pouco depois de 1540, os espanhóis ribeirinhos do Paraná em Ciudad Real remontaram o grande rio "que es el mismo llamada de La Plata" e seu afluente paulista. A exegese de Groussac em documentos castelhanos quinhentistas é a tal propósito categórica.

Quando, à margem da "água grande" do Ietê de Piratininga, na antiga várzea de Guarepe, se puseram, pela primeira vez, a meditar acêrca do curso provável daquelas massas líquidas, volumosas, que nasciam tão perto do mar e singularmente corriam para o interior das terras, que teria ocorrido à

mente dos primeiros povoadores do planalto? Onde iria ter o misterioso caudal?

Acaso às terras dos monstruosos coruqueês ou dos minúsculos guaiázis? Dos inumeráveis matuius, gigantes de pés voltados para trás? Acaso atravessaria as florestas de árvores de vidro e árvores de fogo povoadas de abantesmas e animais monstruosos? Ou antes: não se dirigiria às paragens prodigiosas de Parima e do El Dorado? ou aos lagos encantados de Manoa e de Eupana? Acaso não se lançaria também naquela vasta coleção de águas lacustres situadas no centro do Brasil e a que atravessava o Amazonas, o Maranhão, o São Francisco e o Rio de Janeiro?

Quanto sonho de conquista, de perscrutação da selva, de desvendamento do mistério americano não evocaria esse flur do ro das Anhumas?

Documento oficial cartográfico surge-nos o primeiro em 1623, quando o capitão-general do Paraguai, dom Luís de Céspedes Xeria, empreende a passagem de ponto que talvez seja o atual Porto Feliz, a Ciudad Real, sempre pelo Tietê e o Paraná. Saindo de São Paulo, a 16 de julho daquele milésimo, partiu em demanda a um porto do grande caudal, onde a navegação começasse a ser mais franca.

Escolheu um a que deu o nome de Puerto de Nuestra Señora de Atocha, virgem da sua especial devoção. Em sua ribanceira passou um mês a fabricar três embarcações, escavadas no cerne de enormes madeiros plurisseculares. Aquela em que devia viajar abriu-a em árvore cuja circunferência contava dezesseis metros. Nela remavam cinquenta índios.

Dezenove dias levou a descer o Tietê até a barra, no Paraná,

E em relatório à sacra e católica majestade de Filipe IV descreveu os perigos vencidos nas corredeiras e o trabalho da varação dos canoões causada pelos saltos do Avanhandava e de Itapura, assim como "a abundancia de pescado, y la grandissima suma de caza de ti-

gres, leones (sic), y muchisimas antas".

Da jornada deixou uma "topografia", como no tempo se chamava, uma das maiores preciosidades, certamente, do Arquivo Geral de Índias, em Sevilha, por ele oferecida ao quarto Austria, neto do "Rey Papelero" e então soberano do Brasil.

É talvez o mais antigo mapa de penetração do Brasil, até agora divulgado, e tem inestimável valor evocativo.

Com grande júbilo o descobrimos e divulgamos e nele se estampa o primeiro documento iconográfico da vila de São Paulo do Campo de Piratininga o tóscico desenho que retrata a sede de sua municipalidade, de sua Câmara como se dizia no tempo e como ainda dizem os que refletem às vozes tradicionais. Por ele se vê que os nomes de vários dos maiores rios do sistema paranaiano eram os mesmos naquela época longínqua.

Pouco depois da chegada de Dom Luís de Céspedes a Assunção, ali foi ter sua mulher, passageira de comboio, conduzida por um dos maiores sertanistas de São Paulo de então: André Fernandes, um dos três famosos irmãos povoadores e fundadores de Parnaíba, Itu e Sorocaba.

Era provavelmente, a primeira brasileira de alta jerarquia e posição, que se atrevia à viagem do sertão — e que viagem! — essa D. Vitória de Sá, fluminense, a quem desposara o governador castelhano, durante a sua permanência no Rio de Janeiro, senhora de parentes ilustres, pois pertencia a família de heróis, a que exaltam os nomes de Mem, de Estácio, de Martin de Sá e o de Salvador Correia de Sá e Benevides.

Pelas águas do Tietê começam, cada vez mais frequentes, a descer as bandeiras cativadoras de índios e pesquisadoras de ouro.

Acaso por elas terão avançado as hostes de Antônio Raposo Tavares na arrancada para os estabelecimentos jesuíticos e castelhanos do Guaira? É possível que sim,

embora documento algum, por enquanto, nos leve a afirmar o fato.

Provavelmente por elas também navegaram os primeiros devassadores da selva matogrossense e escaldadores dos Andes, como Manuel de Campos Bicudo, o seu filho, Antônio Pires de Campos, o Pai Pirá, Luís Pedroso de Barros e tantos mais sertanistas, servçais do recuo do meridiano pelo continente a dentro, uns ilustres e outros obscuros "cuja ação heróica a lina do tempo consumiu", na frase do velho cronista que lhes celebrou os feitos.

Avoluma-se o movimento para o oeste misterioso com o decorrer dos anos seiscentistas.

Pelo Tietê descem Francisco Pedroso Xavier, um dos últimos grandes apossadores de índios e destruidores de reduções jesuíticas, Brás Mendes Pais, Antônio Ferraz de Araújo, Gaspar de Godói Colaço, Pedro Leme da Silva o famoso "el Tuerto", Amaro Fernandes Gauto, André de Frias Taveira, quantos e quantos mais calções de couro?

E é por ele que corre às terras do sul-matogrossense o grande sorocabano Pascoal Moreira Cabral Leme, mais tarde descobridor do Cuiabá e apossador definitivo, para a coroa lusitana, da imensa região central lideira das castelhanas do Peru.

É ele quem Tietê abaixo e pelos anos de 1685, talvez, passa da bacia do Paraná à do Paraguai e estabelece à margem do Mbotetê, mais tarde Miranda, o como que acampamento entrincheirado que aos espanhóis veda a passagem para o Norte. É ele quem prepara a própria descoberta e a conquista de Cuiabá.

Escoam-se os últimos anos da centúria seiscentista e encerra-se, para os paulistas, a era da caça ao índio, o período cruel dos descobridores.

Reboa, de repente, estrepitoso grito de descoberta: as duas sílabas da palavra que é dos maiores desencadeadores dos sentimentos humanos: Ouro! Ouro!

A esta notícia, que desce das serranias dos sertões do Norte, esva-

zia-se a capitania vicentina. Descobre-se o primeiro eldorado brasileiro, o dos Cataguases, depois território das Minas Gerais do Ouro de São Paulo. Fazem-se mineradores os grandes descedores de índios e o âmago do Brasil é atingido pelas bandeiras na ânsia do metal.

Espantoso o que se acha naquele território das Gerais, onde os álveos dos rios e dos córregos de tinta rica dão "imensas oitavas onças e libras", onde as palhetas e as folhetas caem das raízes da barba de bode, arrancadas do campo.

Acodem os ultramarinos aos milhares, para compartilhar das descobertas dos paulistas. Dá-se o primeiro grande e fatal embate da corrente nacionalista com a prepotência dos reinóis.

Em massa abandonam os filhos de São Paulo as terras das minas de sua capitania aos emboabas, apoiados na parcialidade dos compatriotas, detentores da autoridade.

É imensa, porém, a terra do Brasil e os paulistas, acostumados a fazer mais do que promete a força humana, hão de descobrir novos eldorados.

Surge, em 1719, a notícia do encontro do segundo deles, por Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros ilustres.

As novas da "fertilidade" das minas do Cuiabá alucinam as populações. Terra do ouro onde tão vil é o metal que os descobridores, a passarinhar, atiram com os grãos amarelos, para poupar chumbo! As notícias aos mais calmos estarrecem...

Dá-se colossal *rush* pelas águas dos rios das Entradas e Pedro Taques conta-nos as misérias indescritíveis de muitas destas esquadrihas, organizadas à pressa e a esmo, para vencer o deserto asperíssimo, nelas embarcando indivíduos de todas as categorias: aventureiros e burgueses bem afortunados e colocados, civis, militares, eclesiásticos.

As febres, a fome, os naufrágios, os índios exterminam expedições inteiras, referem os analistas de Mato Grosso.

Relata-nos Pedro Taques, a tal propósito, típica história, a de João Carvalho da Silva:

"Cidadão de São Paulo, ocupava os cargos de sua república, tendo as estimações que soubera conseguir a sua docilidade e a graduação do seu distinto nascimento, possuía bens de fortuna, que o não faziam invejar aos opulento de seu tempo".

Tão aquinhoso como vivia, era natural que se não abalançasse aos perigos do sertão, mas assim não se deu.

"Estimulado da grandeza do ouro das novas minas do Cuiabá, continua o linhagista, dispos-se com numerosa escravatura para a extração do mesmo ouro; porém, nesta jornada, a mais arriscada, voltou-se a roda da fortuna, perdendo quase todos os escravos e se impossibilitou para o serviço dêles, lucrosos tesouros que o conduziram àqueles sertões, à custa de tão excessiva despesa, riscos de vida, tolerância de incomodidades, além das contingências dos assaltos dos bárbaros gentios de diversas nações a cujas forças têm perecido tantas vidas".

Não tardam, porém, providências régias para a organização das novas terras doadas à monarquia lusitana, pelo bandeirantismo. Sempre pelos rios vai Rodrigo Cesar de Meneses, primeiro capitão-general de São Paulo a Cuiabá, instituir os primórdios daquilo que, em 1748, servirá ao estabelecimento da nova capitania matogrossense.

Base de todo este novo surto de exploração constitui-se o remansoso local da penedia onde segundo os índios, vinham as araras amolar os férreos e aduncos bicos, essa Araraitaguaba, de tão prestigiosa rememoração em nossos fastos.

Núcleo de bandeirantes, de sertanistas, já em 1728 se cria freguesia desmembrada da paróquia de Itu, agrupando-se os seus habitantes em torno da capela tósca, piedosamente ereta por Antônio Cardoso Pimentel e Antônio Aranha Sardinha, sob a invocação de uma santa, cara a todo o mundo luso: a Senhora da Penha.

Para pároco deste curato de almas aventurosas, vem Filipe de Campos, sobrinho do famoso Estanislau de Campos, morto em cheiro de santidade, ocupar "o péso de pastor dessa igreja".

Enceta-se então a era das monções regulares.

Continuam, Tietê abaixo, as navegações instigadas pela fama das "grandezas do Cuiabá". A todos alvorota a chegada do primeiro ouro de Mato Grosso, os quintos reais avidamente cobigados pelo rei pródigo e brevemente Fidelíssimo.

Nada faz diminuir o afluxo dos imigrantes! Nem as mais sinistras notícias do extermínio de expedições inteiras pelos terríveis canoeiros e cavaleiros, paiaгуás e guaicurús.

Nem o anúncio das pestes, das carneiradas, e das temerosas fomes do Cuiabá, onde, desvaírados pela ânsia do ouro, nenhum mineiro planta, e onde, mais uma vez, se realiza o que a mitologia grega de simbolismo sempre poderoso, concretiza na imagem de Midas, morrendo de inanição à margem do Pactolo.

Continua o afluír de gente e este povoamento de Mato Grosso, que é talvez, a mais evidente demonstração da energia do aventureirismo paulista.

Que distância imensa a vencer! E que viagem temerosa esta de Araraitaguaba às margens do Copipó!

No entanto, aos espanhóis do Paraguai que lhes custava atingir aquelas paragens, se nada mais tinham do que subir uma série de correntes plácidas sem um único acidente que lhes interrompesse a viagem?

Não é bem assim! Havia os paiaгуás e os guaicurús; isto bastou para lhes vedar o acesso ao Alto Paraguai.

Caem em declínio as minas de Cuiabá e escasseiam as monções, mas nem por isto deixa a navegação do Tietê de existir, pois já mais recuaram as quinas, chantadas pelos paulistas, às margens do Paraguai e do Guaporé. E legitimadas graças à ciência e à ar-

gúcia do seu patricio o filho de Santos, a quem immortalizou o Tratado das Córtes.

Para o terceiro quartel do século XVIII, como que transforma a tirania régia, o rio das Entradas numa via *scelerata* da capitania de São Paulo. Leva a Pombal o conhecimento imperfeito das coisas do Brasil a criar, num dos sítios mais insalubres do universo, em fronteira ainda hoje guardada pelo deserto e a selva, o sinistro presidio de Iguatemi, a que se impôs como por escárneo, o nome de Nossa Senhora dos Prazeres.

As expedições sucedem-se umas após outras para aquela paragem letal do sul matogrossense para onde a prepotência desterra milhares de infelizes, de pequenos e indefesos, graças a recrutamento cruelíssimo, firmado na sanha parcial de governantes subalternos do tempo.

Engole a malária a centenas, a milhares de vidas. E milhares de pobres diabos fogem espavoridos das terras de São Paulo. Mas os capitães-generais não cessam de despejar gente naquele sumidouro lóbrego.

Quem quizer fazer idéia do que era a ida a Iguatemi e a permanência naquele presidio, há de recorrer às páginas apavorantes e singelas de Teotônio José Juzarte, antigo navegador dos oceanos, passado a servir em terra.

Épocas há em que em dois meses morrem trezentas pessoas das mil ali desterradas. Mas o primeiro

ministro de Dom José I cerra os ouvidos aos mais lancinantes clamores, até que em 1777 e providencialmente, os castelhanos se apossam daquele conjunto de miseráveis faxinas de terras pomposamente apelidado "praça".

E assim mesmo, tal o ressentimento régio que ao governador capitulante, e após brava defesa daquela guarnição de espectros, impõe dezessete anos de encerramento em fortaleza.

Fecha-se o lóbrego parêntesis do Iguatemi pelo qual os vassalos do Brasil tinham talvez mais motivos de glória do que os da conquista do Oriente — alega Juzarte, dando largas à verdade do sentimento das coisas. A existência do presidio de Iguatemi traz contudo uma vantagem: o levantamento meticoloso do curso do Tietê levado a cabo por José Custódio de Sá e Faria, o ilustre engenheiro militar colonial de tão alto e justo renome.

A velha araraitaguaba, desenvolvida agora em torno da nova invocação à Senhora Mãe dos Homens, é em fins do século elevada à categoria de vila, mudando-se-lhe o nome indígena, áspero e longo, por outro luso, aufônico e de bom agouro, que se lhe impõe daí em diante.

Prosseguem os embarques para Cuiabá agora mais restritos. Deçam as minas de Mato Grosso e a navegação gloriosa, já quase trissecular se vai aos poucos extinguindo.

## OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

MARIO FABRI

FABRICANTE DE MATERIAL BÉLICO

ESCRITÓRIO: Rua Ten. Abel Cunha, 149-A — Telef.: 30-2049  
HIGIENÓPOLIS

OFICINAS: Rua Ten. Abel Cunha, 149-B C  
RIO DE JANEIRO

DEPÓSITO: Avenida Suburbana, n. 2.422



## A INATIVIDADE DOS MILITARES

Coronel AROLD RAMOS DE CASTRO  
Do E.M.F.A.

Em virtude de uma série de leis que asseguram aos militares de terra, mar e ar, passagem para a INATIVIDADE em um ou dois postos acima do que possuem no serviço ativo, algo de apreensivo vem se verificando no seio das CLASSES ARMADAS.

Realmente, estamos caminhando para uma situação verdadeiramente alarmante, qual seja, a existência de um corpo sem cabeça.

As leis a que acima nos referimos são, em verdade, um tentador convite para oficiais relativamente jovens, capazes ainda de muito produzirem em favor das instituições a que pertencem, se afastem do serviço ativo e, muitas vezes, procurem derivativos para a ociosidade, em funções incompatíveis com o posto e a formação moral e intelectual de que são possuidores.

Por outro lado, a facilidade com que, na RESERVA, se outorgam postos, dá margem à criação de designações ridículas e até mesmo deprimentes, fato que concorre

para o desprestígio de instituições cujos alicerces fundamentais se assentam no respeito público.

Não desejamos, em absoluto, propugnar para que os militares passem à INATIVIDADE para aproveitarem os últimos dias de vida que lhes restam. Não, absolutamente não; porém, não aceitamos e nem compreendemos a situação de que, no vigor da sua capacidade física e funcional, se afastam do serviço ativo, unicamente motivados pela promoção ou promoções a que fazem jús.

Ademais, a passagem para a INATIVIDADE no posto de General só se compreende para os oficiais possuidores do CURSO DE ESTADO-MAIOR, condição sem a qual, eles, na ATIVIDADE, não poderiam alcançar tal graduação.

Em síntese, não alimentamos desejos subalternos, não procuramos privar companheiros de vantagens que lhes foram outorgadas e nem mesmo queremos evitar competições. Falamos contra nós mesmos, pois, pela legislação em vigor,

temos direito a DUAS PROMOÇÕES.

O que desejamos, é assegurar, às FORÇAS ARMADAS, a atmosfera de RESPEITO e de CONFIANÇA, única força que as situam em um CLIMA DE DIGNIDADE aos olhos da NAÇÃO.

Assim, poder-se-ia pensar em uma fórmula capaz de solucionar a tão discutida questão da INATIVIDADE DOS MILITARES sem os danos que acarretam para a eficiência TÉCNICA e MORAL das CLASSES ARMADAS.

Como consideramos ineficientes aqueles que APONTAM ERROS sem propor ALGO PARA SOLUCIONÁ-LOS, permitimo-nos, em continuação, sugerir algumas medidas, em caráter de colaboração.

Examinemos, assim, primeiramente, o caso da passagem para a reserva de Oficiais com direito a uma ou duas promoções.

Embora, já tenham eles atingido a idade para a passagem VOLUNTÁRIA para a INATIVIDADE, somente seriam beneficiados com uma ou duas promoções se, mediante INSPEÇÃO DE SAÚDE fossem considerados inaptos fisicamente para o serviço. Ao atingirem, porém, a idade COMPULSÓRIA, tal exigência seria logicamente dispensável.

A passagem para a RESERVA, quer num como noutro caso, no posto de General, só caberá aos Oficiais com o CURSO DE ESTADO-MAIOR.

Examinemos, agora, a situação dos Oficiais sem o CURSO DE ESTADO-MAIOR, beneficiados por uma ou duas promoções, ao passarem para a INATIVIDADE.

Cabe-lhes, evidentemente, por justa, os benefícios das leis vigentes, o que lhes poderá ser outorgado da seguinte forma: passarão para a INATIVIDADE com os proventos econômicos a que fizeram jus, sem entretanto terem, os CORONEIS, a graduação, na RESERVA, de GENERAL.

Se assim não fôr, no caso de uma MOBILIZAÇÃO, criar-se-á um verdadeiro problema e, estamos certos de que a VAIDADE não constitui, para nenhum militar conscio dos seus DEVERES e das suas RESPONSABILIDADES, uma qualidade, se não, um MAL, de consequências imprevisíveis.

Meditemos, pois, sobre o problema e estamos certos de que encontrará-se-á uma fórmula, capaz de atender aos DIREITOS PESSOAIS e preservar a DIGNIDADE das CLASSES ARMADAS.

---

Não são raras as alegações de que a nossa Revista não consegue "interessar" a todos os seus leitores. Os que se manifestam assim, revelam deplorável incompreensão das finalidades da nossa Revista, ou certa displicência intelectual mal encoberta, porque, sendo capazes de julgar do valor do trabalho alheio, não utilizam a sua competência profissional para corrigirem, como colaboradores, as deficiências que alegam.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

---

### CASA DE MÓVEIS "CRUZEIRO"

Mobiliário de fino gosto — Tapetes em geral — Colchões — Todas as qualidades — Todos os estilos — Todos os preços — Todas as vantagens

#### FABRICA DE MALAS "CRUZEIRO"

Colchões de molas "Brasil" — Cofres de aço — Geladeiras, etc. — Fabricação perfeita — Acabamento esmerado — Amplas facilidades de crédito aos militares da 9ª Região Militar

A maior casa do ramo no Estado de Mato Grosso

HENRIQUE PUP & CIA. LTDA.

Rua Dom Aquino ns. 546 e 556 — Campo Grande — Estado de Mato Grosso

(N. 5)

# PERFIL DE UM SOLDADO COMUNISTA

Do Serviço de Informação dos Estados Unidos,  
Extraído "data venia", da "Revista Militar do  
Órgano de las Fuerzas Armadas de la Na-  
ción", Bolívia

Tradução do Major LUIZ FELIPE SILVA WIE-  
DEMANN

Que espécie de homem é o soldado comunista médio que, agora, combate na Coreia contra as forças das Nações Unidas?

Qual a sua qualidade como soldado? Até que grau está bem equipado?

Como o tratam os seus superiores? Como reage diante deste tratamento e qual é, realmente, a sua lealdade para com o comunismo?

Atualmente não é difícil obter respostas destas perguntas, tão importantes para o mundo livre que, pela primeira vez, resiste à livre agressão militar levada a cabo pelo imperialismo comunista. Os norte-coreanos e comunistas chineses capturados pelas Forças das Nações Unidas elevam-se a alguns milhares. Alguns milhares mais aproveitaram-se da primeira oportunidade que se lhes apresentou para se renderem. Basta, agora, que se reúna suas histórias individuais para que toda a situação apareça a plena luz.

Isto foi, justamente, o que fez o Capitão Robert J. Loesch, Oficial Auxiliar de Informação Pública, que se encontra com o 8º Exército, na Coreia. E o quadro que dali surge está longe de ser um dos que os comunistas possam se orgulhar.

O soldado comunista médio, diz o Capitão Loesch, em artigo preparado para ser publicado no "Digesto de Informação para o Exército", um órgão oficial, não é nem um demônio combatendo, nem um adesista fanático das doutrinas de Marx e Lenin. É um simples cam-

ponês de 1,70 m de altura e duns 60 quilos de peso. O mais provável é que se encontre entre os 20 e 30 anos de idade e tenha, no máximo, de três a cinco anos de escola.

Está longe de ser um homem feliz. Queixa-se das incessantes marchas noturnas, dos maus tratos que recebe de seus superiores, da falta de roupa adequada, de assistência médica e da carência de artilharia e apoio aéreo.

O soldado comunista médio raras vezes sabe ler e escrever e praticamente lhe falta todo o conhecimento do mundo exterior. Seu interesse pelos princípios ideológicos pelos quais supõe-se que esteja disposto a morrer é pequeno, se é que tem algum, e seu desejo é conseguir a sua quota diária de "Kao-liang" (um grão semelhante ao milho), arroz, farinha torrada e milho.

Leva, forçosamente, uma vida sóbria, cimentada na dureza dos sacrifícios. Raríssimas vezes lhe oferecem uma diversão que quebre a monotonia de sua existência. No exército norte-coreano não se conhecem as permissões e ignora-se qualquer tendência religiosa do soldado. Em compensação, qualquer tempo livre que o soldado tenha, deverá dedicá-lo em escutar propaganda política e até se permite que a doutrinação prejudique o tempo da instrução militar, um fato que explica, em grande parte, a alta porcentagem de perdas nas batalhas.

O Capitão Loesch afirma que, apesar de tudo isto, os dirigentes vermelhos desconfiam tanto da lealdade de seus soldados, que se vêm obrigados a manter um complicado sistema de espionagem, a fim de tê-los sob uma permanente vigilância.

Quando o soldado comunista entra em ação, somente uns 70 por cento, aproximadamente, da sua unidade, vai armada de maneira adequada. No caso de que o seu destino o coloque entre os infatunados 30 por cento dos desarmados, deverão se armar com as dos camaradas que, tão freqüentemente, caem em seu redor.

O Capitão conta a história de um tal Lee Ta-tung (o nome foi alterado, logicamente, para proteger sua família) como a história típica de um dos milhares que estão, agora, em segurança nos campos de prisioneiros das Nações Unidas.

Lee, que era camponês, foi inscrito na Companhia de recrutas comunistas chineses pouco antes da agressão na Coreia. Foi submetido um curso intenso de doutrinação comunista, mas só lhe deram as mais primárias instruções militares. Depois, sua Unidade recebeu ordem de se dirigir à Mandchúria,

de onde internou-se na Coreia, cruzando o rio Yalú.

Faltavam à Unidade de Lee as armas básicas. Muitos homens caíam devido à fadiga e ao frio, durante as longas marchas noturnas. Pelo que Lee e seus companheiros podiam observar, não havia nenhum sistema organizado de aprovisionamento. Quando o uniforme se gastava ou rasgava, não era substituído e o mesmo acontecia a respeito dos sapatos de borracha e outras peças do equipamento. Em pouco tempo, as rações foram reduzidas a grãos e água fria, duas vezes em 24 horas.

Cansados, com os pés doendo, tirando e famintos, chegavam às linhas de frente, já fartos de uma guerra na qual nunca desejaram combater.

Foi então que Lee, segundo ele mesmo disse, teve seu primeiro instante de boa sorte.

Escolhido para ser explorador, com isto chegou a sua primeira oportunidade de escapar do olho vigilante de seus oficiais. Apenas hoje, passou-se para o lado das Nações Unidas. Capturado, sua sorte não podia ser pior que a de até então.

---

Não nos temos cansado de repetir que "A Defesa Nacional" tem uma dupla finalidade evidente, indiscutível, inegável: ela é o espelho da intelectualidade profissional dos quadros militares, do Aspirante ao General, os quais, mais por imperativo moral do que por obrigação regulamentar, devem demonstrar o seu zelo pela cultura profissional e, por outro lado, é o veículo mais apropriado à difusão dos conhecimentos de real utilidade para o aprimoramento da instrução dos quadros, porque pode levar aos menos dotados de recursos próprios os frutos do labor intelectual de outros camaradas.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

# DIVAGAÇÕES SOBRE A AVIAÇÃO COMERCIAL BRASILEIRA

Cap. ALFREDO AUGUSTO AMARAL

Já foi observado o efeito da entrega ao tráfego da rodovia "Presidente Dutra", fazendo decair sensivelmente o movimento de passageiros, via aérea, entre as duas maiores cidades do país. Notemos que do Rio partiam aviões para Santos da Aero Geral, Vasp, Real, TAC e TABA, sendo que as duas primeiras prosseguiram até à Paulicéia. Pois bem, quem consulta o "Guia Aeronáutico", verifica logo que a Aero Geral e a VASP não mantêm mais esse trecho; apenas permanecem a REAL e a TAC, já filiadas à Cruzeiro. A rodovia produziu, pois, uma concorrência que não se refletiu apenas num eixo de comunicações, porém numa faixa. Também a linha Rio-Campinas, disputada entre a Cruzeiro e a Nacional (Central Aérea), sofreu os efeitos da competição, tanto que a primeira cancelou os seus serviços, enquanto a segunda permaneceu, pois da "Cidade das Andorinhas" atinge a capital paraguaia, via Barretos, Três Lagóas, Campo Grande, Dourados e Ponta Porã (desde a primeira cidade de Mato Grosso é a rota abandonada pela Panair).

Podemos concluir que a rodovia "Fernão Dias", em acelerada construção pelos D.E.R. de São Paulo, Minas e Nacional, melhorará consideravelmente o transporte rodoviário para uma extensa região mineira, no momento apenas dotada de linhas de aviação como solução ao angustioso problema de percursos rápidos e confortáveis. E que, em consequência, diminuirá o tráfego aéreo para Var-

ginha, Machado, Campanha, Alfenas, Passos, Pium, Guaxupé, São Lourenço e Caxambu. Nestes últimos dias, foi inaugurada a linha de ônibus da "Pássaro Marron", da capital paulista a São Lourenço e outras não tardarão a surgir. Notável surto de construções de boas estradas se observa na parte citada de Minas: a Rezende-São Lourenço, magnificamente construída, está sendo pavimentada; de Lorena a Itajubá, o tráfego é convidativo, pois o revestimento é de paralelepípedos. O D.N.E.R. constrói também a ligação de Itajubá a Poços de Caldas, bem como desta a Uberaba.

Ao longo de uma ferrovia modelo, orgulho dos brasileiros, como a Paulista, não conseguiu empresa alguma manter linha de aviões comerciais. A Cruzeiro, na sua rota para Goiás, partindo de São Paulo, pousa em Campinas e Araquara, grandes entroncamentos ferroviários, rumando então para São Joaquim da Barra, já na Alta Mogiana, e Pires do Rio, próxima já de Goiânia.

É uma ilusão pensar que as rotas aéreas podem ser escolhidas a esmo, que elas são independentes das terrestres e marítimas. De um modo geral, as empresas estabelecem linhas aéreas ligando cidades servidas por estradas de ferro ou de rodagem de grande importância, procurando os grandes entroncamentos. No Estado de São Paulo, todas as tentativas de unir urbes localizadas em ferrovias paralelas fracassaram quando a direção foi perpendicular. Por exem-

plo: as linhas Ourinhos-Marília-Lins da Arco Iris e Presidente Prudente-Araçatuba da VASP. Das ligações oblíquas em relação à direção das estradas de ferro, quase tôdas tentativas fracassaram:

Tupã-Araçatuba, Tupã-Presidente Prudente, Garça-Birigui e outras. Só resistiu mesmo a da REAL, de Lins a Rio Preto. Eu duvido que a Nacional permaneça muito tempo com Barretos-Três Lagoas.

"Esta (A Defesa Nacional) é a única revista especializada que possui o nosso Exército, o único veículo de que dispomos para externar nossos pontos de vista e para demonstrar ao mundo o estado de nossa cultura profissional, a única fonte onde podemos debater certas questões ainda controversas ou de pouca divulgação e a única revista que, por quase quarenta anos, vem mantendo uma linha inflexível, devotada exclusivamente ao aprimoramento do nível cultural do Exército brasileiro".

(Do artigo "Em defesa de nossa revista", do Cap. João B. Santiago Wagner.)

# **NOVA EMBALAGEM!**



**MAIS HIGIENE!  
MAIS SEGURANÇA!  
MAIS ECONOMIA!**

**AÇUCAR  
PEROLA**  
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



(N. 4)

# GUERRA QUÍMICA

1º Ten. JOSE MURILO BEUREM RAMALHO

Discurso pronunciado por ocasião do encerramento do Curso de Guerra Química para oficiais, em agosto de 1952.

Exmo. Sr. Cmt. do C.A.E.R.

Sr. Cmt. da E.I.E.

Srs. Oficiais.

Preliminarmente, cabe-me agradecer vivamente, aos que delegaram-me a tão espinhosa quão radiante tarefa de procurar, aqui, simbolizar os agradecimentos da turma de oficiais de Guerra Química, de 1952, a esta monumental Escola, nervo da instrução especializada do nosso Exército.

Hoje, deparamos com duas cerimônias significativas, marcantes duma solenidade que permanecerá inesquecível entre nós:

— uma, a entrega dos diplomas do Curso de Guerra Química, e insígnias, aos oficiais do Exército norte-americano, Senhores Tenente-Coronel Arden Bennet e Majores James Watts e Albert Del Monte, por seus relevantes serviços prestados a este estabelecimento de ensino e ao Departamento de Guerra Química da E.I.E.;

— outra, por motivo do encerramento do Curso de Guerra Química para oficiais da turma de 1952.

Sem dúvida, é um espetáculo edificante este a que assistimos hoje, o qual, estamos certos, atinge a todos, mestres e alunos, pois que estes se confundem nas aspirações e somam todos, na tela das tradições exemplares, as parcelas luminosas que fazem da Pátria, como dizia Renan, uma solidariedade entre vivos e mortos.

Mais um passo acabamos de dar em nossa carreira militar: a conquista de um curso, o recebimento de mais uma responsabilidade, enfim.

Em se tratando de Guerra Química, essa responsabilidade se situa positivamente ainda mais, pois constitui um ramo da arte militar sobre o qual a ciência não somente revela-se capital como tem relação nítida. Sabemos que, não obstante o caráter essencial da guerra jamais ter mudado através dos anos, a despeito da evolução do armamento, é possível, ou mesmo provável, que uma completa mudança ainda ocorra em nossos dias. Poderemos todos ser destruídos numa culminação infernal do gênio científico humano.

Porém, é compreensível termos de enfrentar uma nova guerra, embora com processos e meios mais rápidos, seguindo os moldes das antecedentes.

Portanto, para fazer face às necessidades profissionais, temos que ampliar nossos conhecimentos, aplicando o que o Tenente-Coronel Napoleão Nobre, do Exército Brasileiro, acertadamente escreveu: "O estudo da evolução do pensamento militar é um dos meios seguros para a aquisição de um critério de julgamento com que podemos enfrentar os fatos e as opiniões que se agitam".

Não basta, assim, possuir os conhecimentos de Guerra Química adquiridos nos bancos escolares da E.I.E. Disso temos a certeza necessária. Colaborando de acordo

com os meios disponíveis, instruindo aos não conhecedores do emprego e utilização dos agentes químicos, aperfeiçoando, sem cessar, os nossos conhecimentos adquiridos; estaremos tomando medidas, não para forjar a implantação da guerra e, pensando os valores, para preveni-la.

Fértil está a história em exemplos de povos e organizações militares que entregaram-se à derrota pelo erro único de terem subestimado a importância dessa forma de guerra como valor militar potencial.

As condições meteorológicas, a ação dos explosivos atômicos, condições de terreno, etc., são dados iniciais capitais no estudo e no planejamento da forma de emprego da Guerra Química em campanha.

Busquemos algo sobre as condições atmosféricas e a bomba atômica. Para avaliar a importância das condições meteorológicas, citemos o exemplo da invasão da Europa, em 1944, através do assalto à Normândia. O General Georges Marshall, em seu relatório de 1 de julho de 1942 a 30 de junho de 1945, ao seu Ministro da Guerra, cita o seguinte: "A determinação das datas e das horas em que se havia de fazer o assalto à Normândia exigia a previsão exata da ótima combinação das condições favoráveis de tempo, maré e da luz. O luar seria conveniente para as operações de transporte de tropas pelo ar. O dia D foi marcado para 5 de junho de 1944, data que foi adiada para 6 de junho, em razão das condições atmosféricas desfavoráveis, que melhoravam. A previsão final, para o dia de ataque, indicava vento forte; o mar estava ainda agitado, mas ao invés de consentir numa demora de várias semanas, até que a maré e a lua oferecessem outro momento favorável, o General Eisenhower tomou a decisão momentosa de prosseguir".

No caso, agora, da explosão da bomba atômica, inicialmente, devido ao seu parcial desconhecimento, levantou-se ondas alar-

mistas com referência à bomba e às distorções sobre os seus efeitos. Ora, a primeira notícia da existência da bomba, que tornou-se pública pelo Presidente Truman, 16 horas após ter sido lançada sobre Hiroshima, divulgou que seu poder era equivalente ao de 20.000 toneladas de explosivo T.N.T. Após isso, não houve informação oficial alterando essa estimativa. Calcula-se, sim, que uma bomba atômica não equivale exatamente a 20.000 toneladas de T.N.T., porém, que sua explosão tem a força da ordem de 20.000 toneladas. Entre outros, afirma-se que a ação do sopro, em consequência da explosão da bomba, é relativamente pequeno.

Ora, compreenda-se o fato de que, se, no Japão, poucas pessoas ficaram feridas pela compressão direta da explosão foi, unicamente, por terem sido as bombas detonadas a uma altura de centenas de pés. É sabido que a altura de detonação foi cuidadosamente escolhida pelos americanos para dar maior área de destruição e evitar o perigo da radioatividade induzida, de maneira que aos cientistas fosse possível a entrada nessa área, depois da ocupação do Japão, para fins do estudo dos efeitos da bomba. Assim, uma explosão ordinária pode danificar somente parte de grande edifício, mas o sopro atômico, denominado "distorção em massa", é tão rijo que pode abranger quarteirões inteiros, não importando qual seja o tamanho dos edifícios, empurrando-os como se fosse uma mão gigante.

Calcula-se que são necessários pelo menos 220 libras de compressão direta por polegada quadrada para lesar os pulmões do ser humano e ainda maior pressão para os intestinos e outros órgãos internos.

Entretanto, é importante saber que a pressão necessária para derubar completamente um edifício é muito menor, porque o fator predominante é a força total, isto é, pressão vezes a área em que atua. No Japão, principalmente em Hi-

roschima, devido à sua topografia, ainda que os edifícios fossem quase uniformemente arrasados, poucas pessoas sofreram lesões somente por compressão, como está evidenciado pelo fato de que mesmo rupturas de tímpanos foram relativamente raras. O teste B, em Bikini, posteriormente, veio provar essa tese.

Srs. Oficiais:

Ao dizer que a importância de Guerra Química não poderá ser relegada a um segundo plano, estaremos aliviando o peso de nossa consciência. Apesar de proscrita pelas convenções de Genebra, ela tem sido usada em diversas vezes e sob diferentes formas. Se o emprego de gases de guerra não teve lugar na 2ª Guerra Mundial, razões imperiosas, entre as quais se sobressaiu o temor da represália, levaram as forças alemãs a se absterem dessa forma de lançamento de munições de guerra. Os aliados estavam não só preparados para lançar os gases como tinham adotado as medidas de segurança necessárias para a preservação de suas instituições. Atualmente,

acusações são feitas de que a guerra bacteriológica, uma forma de Guerra Química, foi empregada na Coreia. Para dominar a rebelião provocada por 80.000 prisioneiros norte-coreanos e chineses na Ilha de Koje, a Leste do Japão, as tropas das Nações Unidas viram-se forçadas ao emprego de gás lacrimogêneo e granadas de concussão, o que, por outro lado, afastou o perigo de maior incidência de vítimas, caso fossem empregados outros tipo de munição que não os usados em Guerra Química.

Ao finalizar, agora, este discurso, em nome da turma dos oficiais de Guerra Química de 1952, agradeço os conhecimentos profissionais aqui adquiridos, nesta importante Escola e a sincera prova de camaradagem que sempre pairou entre instrutores e alunos.

Ergo-me ainda mais, agora, para fazer uma prece fervorosa no sentido de que o nosso Exército continue em sua trilha expansionista para alcançar o seu já traçado e radioso destino, no quadro da segurança do nosso enorme e amado Brasil.

## HISTÓRIA GERAL E MILITAR

Acaba de ser publicado o livro do General Pedro Cordolino de Azevedo, História Geral e Militar.

Este trabalho encerra um estudo detalhado das guerras antigas e modernas, com os ensinamentos decorrentes das mesmas.

O autor é mestre consagrado de História Militar, há mais de 30 anos, na Escola Militar do Realengo, onde professou a matéria com grande saber e proficiência.

No 1º volume estão encerrados os assuntos da História Geral com noções claras e precisas das guerras da antiguidade e no 2º, da parte das guerras modernas com os ensinamentos decorrentes das mesmas, com um conjunto de mapas que elucidam os textos.

O trabalho demonstra um grande esforço e capacidade do autor que aproveitou todos os autores e mestres que se dedicaram ao assunto.

É uma obra de síntese admirável, onde todos os militares e civis podem colher ensinamentos preciosos.

Está provado que a História e a Geografia são ciências indispensáveis à cultura do oficial moderno. Todos os países dedicam grande interesse ao estudo dessa matéria, que serve para desenvolver o nacionalismo dos povos e preparar os chefes para a guerra do futuro.

Os dois volumes da História Militar estão à venda na Seção de livros da "A Defesa Nacional", no 3º pavimento do Palácio da Guerra, ala da rua Visconde da Gávea. Preço Cr\$ 300,00 (dois volumes). Aguardamos pedidos pelo reembolso.

# A. C. A. R.

2º Ten. ANTONIO SOLLERO

Realiza-se em Minas Gerais uma obra de grande alcance social e econômico que merece ser difundida em todos os cantos do país.

Causará surpresa a muitos leitores de "A Defesa Nacional" o título desta modesta colaboração. Com efeito, habituados com as abreviaturas e iniciais tão empregadas no nosso linguajar característico, alguns acharão curioso este nome, A.C.A.R., sem saber a que ele corresponde ou o seu significado.

A Associação de Crédito e Assistência Rural é uma organização impar no Brasil que, pelo seu próprio nome, diz bem da sua importância e incontestável utilidade.

Todos sabem em que pé anda a nossa agricultura, com são primitivos e obsoletos os métodos e processos nela empregados. Quanta isto, renomado técnico norte-americano que há pouco nos visitou deu sua opinião, um tanto desfavorável para nós, mas que, no entretanto, não deixa de ser a expressão da verdade: o Brasil está atrasado de 100 anos com relação aos Estados Unidos no que diz respeito a esse importante ramo da economia de qualquer nação.

As razões d'este parecer ou desta realidade são inúmeras e bem conhecidas. Formação étnica, ecologia, meios de comunicação, clima, apoio dos governos, êxodo rural, enfim uma gama de fatores que devidamente analisados mostrarão como o Brasil, "país essencialmente agrícola", ainda não provou porque assim é constantemente chamado; ou porque recebeu este epíteto que se tornou um lugar comum em campanhas e discursos pré-eleitorais.

Não temos a pretensão de investigar o assunto, porém, parece-nos ser o homem do campo, em si, o elemento mais importante a considerar-se nesse estudo. Nós, que servimos em guarnições do interior, estamos acostumados a lidar com eles e conhecemos o nível da sua cultura. Sem contar a grande maioria dos julgados incapazes nas inspeções de saúde, dentre os que ficam, quase todos são analfabetos; uns mal sabem conversar. Rústicos, brancos, doentes, desconfiados, alguns fazem até lembrar tristemente o Urupês de Monteiro Lobato. Que diremos então daqueles aos quais temos que ensinar até a fazer uso das instalações sanitárias?

Por outro lado, é notória a situação de poderosos dos nossos fazendeiros, senhores de muitas terras, alguns até possuidores de grandes fortunas em dinheiro que se vestem da maneira a mais humilde, que mal assinam o nome e que, quando viajam por via férrea, o fazem em segunda classe e só não se utilizam da terceira porque tal classe não existe.

Vê-se, portanto, que o principal, o mais importante, é, inicialmente, educar o homem. O homem convenientemente orientado produzirá melhor.

Ora, se tão somente esse aspecto sociológico, ou seja a educação do homem do campo, se tão somente isso a A.C.A.R. pudesse apresentar, após quatro pequenos anos de atividades, ela já teria

muito que contar, ela já poderia afanar-se com sobejas razões.

Porém, a sua ação benéfica não se restringe a esse ramo. Com equipes especializadas de engenheiros agrônomos, técnicos e supervisoras domésticas, a A.C.A.R. tem proporcionado aos pequenos agricultores e a suas famílias desde o melhor processo para o combate às formigas até as lições de costura para a mãe e filhas; desde o remédio para a criança vítima de qualquer doença até o meio mais prático para o abastecimento de água e construção de fossas sanitárias; desde a seleção do gado, com aproveitamento do que maiores vantagens oferecer, à judiciosa rotação das culturas.

E podemos imaginar o esforço empregado para fazer germinar tantas sementes em terreno tão árido. O que inicialmente parecia irrealizável para os céticos ou duvidosos, para os menos avisados tornou-se, à custa de abnegações e ingentes sacrifícios, esta obra que deve ser motivo de júbilo e de alegria para aqueles que por ela propugnaram e ainda lutam. Nunca serão poucos os elogios feitos a esses heróis da árdua profissão agrônoma que tão bem vêm cumprindo o sagrado juramento que um dia fizeram ao deixar os bancos escolares.

Trabalhando em ambiente muitas vezes incrédulo do progresso ultimamente alcançado pelos estudiosos das coisas do campo, ensinando homens profundamente arraigados em hábitos antigos e improdutivos, destruindo verdadeiros tabus que infestam as diversas culturas e a pecuária, quebrando costumes prejudiciais à saúde, promovendo na medida das possibilidades a mecanização da lavoura, os funcionários de tão nobre empresa têm, com energia e amor ao trabalho, conseguido, para vasta zona de Minas Gerais, aquilo que realizado nos demais Estados da União viria melhorar multíssimo as condições econômicas e financeiras do país.

Mas, afinal de contas, já é tempo de dizer-se algo de mais concreto,

de mais objetivo. Quem financia esses trabalhos? Quando surgiram? Qual a orientação seguida na sua realização?

Para resposta a estas perguntas não encontramos melhores dados que os fornecidos pelo próprio relatório da A.C.A.R., de onde transcreveremos textualmente alguns trechos bem elucidativos.

"Foi em fins de 1948 que surgiu a A.C.A.R., mediante um convênio de três atos, celebrado pelo governo de Minas Gerais, durante a gestão do Dr. Milton Campos, e a "American International Association", uma organização, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento econômico e social, presidida pelo Sr. Nelson A. Rockefeller.

As duas entidades participantes contribuíram com partes iguais para a verba de Cr\$ 9.000.000,00, para um período de três anos..."

"A A.C.A.R. seguiu os moldes da "Farm Security Administration", criada pelo Presidente Roosevelt para auxiliar os agricultores nos Estados Unidos a se refazerem dos efeitos da crise de 1930. O Sr. Rockefeller, antigo Coordenador dos Assuntos Inter-Americanos e Sub-Secretário de Estado, acreditava que um programa semelhante, de assistência técnica e crédito rural supervisionado aos pequenos agricultores, poderia ser adaptado às condições existentes em Minas Gerais, para aumentar a produção e elevar o nível de vida no meio rural."

"Durante os três primeiros anos, a A.C.A.R. desenvolveu sistemas para melhoramento rurais em dezenove municípios de Minas. Foram conseguidos e supervisionados 695 empréstimos a famílias de agricultores; mais de 8.000 serviços técnicos foram proporcionados para aumentar a produção agropecuária e para melhorar a saúde, higiene e condições gerais de vida; e aproximadamente 55.000 pessoas de todas as idades compareceram às reuniões instrutivas e recreativas, muitas delas tomando parte nas atividades dos centros educativos rurais."

"Os resultados alcançados durante os três primeiros anos de trabalho causaram impressão tão favorável junto ao governo do Estado de Minas que, em dezembro de 1951, foi aprovado um projeto de lei para a renovação e expansão da A.C.A.R. durante 1952 a 1954, com um orçamento total de Cr\$ 18.600.000,00, importância mais que duplicada em relação à verba anterior.

O governo estadual concorre com Cr\$ 15.000.000,00 e a A.I.A. com Cr\$ 3.600.000,00. Desta forma, está sendo seguido o plano originalmente traçado — qual seja, de transformar o programa em trabalho de responsabilidade do Governo Estadual, técnica e monetariamente, enquanto que a A.I.A. gradativamente diminui os seus encargos para aplicar seus fundos em outros empreendimentos semelhantes."

"... quando foram divulgados os planos de expansão da A.C.A.R. para os anos de 1952 a 1954, o escritório central recebeu cerca de uma centena de pedidos de deputados, prefeitos, vereadores e outras pessoas interessadas no estabelecimento de unidades da A.C.A.R. em suas comunidades, alguns com ofertas de fundos e equipamentos."

"Atinge a 32 o total de municípios servidos pela A.C.A.R. com a expansão do programa. Esses municípios compreendem 38.190 quilômetros quadrados e 841.547 habitantes (14,35 % da população do Estado)."

"Para a A.C.A.R., o crédito supervisionado representa um meio para melhorar as condições da vida rural. Nesses últimos três anos, a A.C.A.R. demonstrou, centenas de vezes, a maneira pela qual esse meio pode dar ao pequeno lavrador o necessário impulso no sentido de melhorar a sua produção, aumentar a sua renda e permitir que goze de uma vida em família mais saudável e mais feliz."

"O valor dos empréstimos atualmente varia de Cr\$ 650,00 a Cr\$ 50.000,00. Dos empréstimos concedidos durante os três pri-

meiros anos, num total de Cr\$... 11.684.395,00, somente 1,40 % não foram saldados pelos lavradores até princípios de maio de 1952. Isto vem provar que o pequeno agricultor, geralmente considerado um grande "risco financeiro" é um bom mutuário se lhe for dada assistência técnica e orientação quanto à aplicação do empréstimo.

A A.C.A.R. não é uma instituição crediária. É a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais que financia os empréstimos recomendados pela A.C.A.R. Mediante acordo assinado em 1949, a Caixa Econômica destinou a importância de Cr\$ 1.500.000,00 para os empréstimos da A.C.A.R. Foi essa uma medida tão feliz que por ocasião da renovação do acordo para os anos de 1952 a 1954, a Caixa Econômica, sob a direção do Doutor Affonso Ferreira Paulino, aumentou a sua reserva para Cr\$... 20.000.000,00, podendo ser acrescida conforme as necessidades."

"Os empréstimos são concedidos com o fim de promover o melhoramento das condições de vida da família do mutuário: aumentar a produção agropecuária; adquirir equipamento; fazer consertos e reparos; comprar animais; e construir benfeitorias na propriedade.

Os candidatos a empréstimos são primeiro aprovados pela A.C.A.R. e um Conselho Consultivo, formado de moradores da localidade em questão, e depois pela Caixa Econômica.

Por meio do crédito supervisionado, a A.C.A.R. introduz métodos modernos de agricultura, promove a formação de propriedades autosuficientes e procura incentivar a diversificação do plantio."

O crédito supervisionado, destinado a proporcionar serviços de reabilitação rural a um número limitado de famílias, é somente uma parte do programa da A.C.A.R. Igualmente importante é o programa de assistência técnica e trabalhos educativos, destinados a difundir por uma região mais ampla técnicas agrícolas modernas e princípios de economia doméstica,

visando solucionar os problemas da comunidade."

"Estas demonstrações coletivas tendem, outrossim, a evitar que o técnico procure "resolver" os problemas do agricultor, ao invés de "ensiná-lo a solucionar os seus problemas."

"Durante o ano de 1951, 40.233 pessoas compareceram às 1.330 reuniões e demonstrações promovidas pela A.C.A.R. em casas e sítios, escolas, igrejas e outros centros de reunião."

"Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1952, a A.C.A.R. e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais realizaram, em conjunto, um curso de treinamento com a duração de sete semanas, que funcionou nos edifícios da Escola Superior de Agricultura de Viçosa e contou com o concurso de técnicos e professores de ambas as entidades. Teve o curso a dupla finalidade de aperfeiçoar e treinar agrônomos e supervisoras domésticas a fim de que melhor possam desempenhar as suas funções no campo; e de deitar os alicerces para o estabelecimento de uma escola permanente de economia doméstica para integrar o currículo de Viçosa."

"Com a expansão do programa da A.C.A.R. e com o aumento da verba para os anos de 1952 a 1954, os escritórios foram agrupados em quatro zonas, cada uma sob a orientação de um supervisor regional.

Duas dessas regiões estão localizadas na Zona da Mata, e obedecem ao programa estabelecido mediante acordo entre a A.C.A.R., a Universidade Rural e a Secretaria de Agricultura, sob a chefia do Diretor do Serviço de Expansão da Universidade Rural. Estas zonas são as seguintes:

1. Escritório regional em Ponte Nova; escritórios locais em Ponte

Nova, Alvinópolis, Rio Casca, Raul Soares e Viçosa.

2. Escritório regional em Ubá; escritórios locais em Ubá (dois), Rio Novo, Rio Branco e Rio Pombo.

As demais zonas onde a A.C.A.R. executa o seu programa são a saber:

1. Zona Norte: Escritório regional em Curvelo; escritórios locais em Curvelo, Corinto, Diamantina, Sete Lagoas e Pedro Leopoldo.

2. Zona Sul: Escritório regional em Varginha; escritórios locais em Varginha, Três Pontas, Campo Belo, Machado e Lavras."

"Em alguns dos municípios maiores, onde as estradas são más e muitas vezes intransitáveis, os funcionários da A.C.A.R. se vêm impossibilitados de servir a todas as famílias rurais que precisam de assistência. De outro lado, porém, o seu raio de ação em alguns municípios muitas vezes se estende além de seus limites."

"Desta forma, a A.C.A.R. vem dando um exemplo de cooperação internacional no melhoramento das condições de vida da população rural do Estado de Minas Gerais, exemplo que tem merecido o aplauso de todas as partes do mundo."

Aí está. Só por meio destas longas citações poderia falar mais alto a voz das estatísticas; extraias aqui e ali sem idéia de unidade, com a única intensão de mostrar a maior número de brasileiros esse milagre que ora tem lugar no interior mineiro. E note-se que são dados referentes ao Relatório de 1951 por não termos visto o do ano seguinte.

Muita gente precisa, realmente, tornar conhecimento disto. Quem sabe os interessados encontrarão na A.C.A.R. os exemplos tão necessários aos estudos da reformas agrárias, dos fomentos agrícolas, etc., etc.?

## ASSIM É O NOSSO SOLDADO

Padre J. BUSATO

Nova leva de jovens se dirigiu aos quartéis para obedecer ao chamado da Pátria. De todos os quadrantes do nosso Estado.

Assim, em Santa Maria, temos recrutas de S. Jerônimo, Estrêla, Arroio do Meio, Júlio de Castilhos, Sobradinho e de outras localidades.

Jovens dispostos. De início, extranharam o novo ambiente. Já se não houve chamar pelo nome, mas pelo número. Todos trajam da mesma formã.

Sob a gloriosa farda que envergaram, porém, há só uma vontade, só um palpar: servir à Pátria, ao Brasil.

Como é belo ver aos domingos a mocidade do Regimento Mallet (antigo 5º R.A.M.) e do 7º R.I. assistir à missa que cada unidade tem dominicalmente!

O primeiro ofício divino se realiza no Regimento da gloriosa Artilharia e o segundo na não menos gloriosa Infantaria.

Como cantam cânticos religiosos com fervor, como escutam a palestra do capelão, todos os domingos, com atenção! E escrevem para casa contando aos pais os conselhos que ouvem. Até houve um soldado que não pertence à religião cristã, mas voluntariamente quis assistir ao ofício divino, porque no quartel todos são livres, neste assunto. Terminada a palestra, o citado ouvinte se aproximou do capelão e lhe disse: Capelão, como os meus vão ficar satisfeitos com os belos exemplos que me dão esses soldados e os conselhos que foram dados!

O soldado brasileiro é cristão por princípio, por formação religiosa.

Não esqueço aquêles pracinhas e aquêles oficiais que, em Cachoeira do Sul, comovidos, acompanhavam o ataúde do seu capelão, padre Abílio. E o discurso, cheio de unção religiosa, que o Capitão Ivã Duarte Tavares proferiu em nome da Guarnição da Princeza do Jacuí! Principalmente no momento em que retirava do ataúde a bandeira brasileira e beijava a Jesus Crucificado! Muita gente chorou de emoção.

E, depois, a pessoa que se ajoelhou diante do Sr. Bispo Diocesano rogando que mandasse o capelão de Santa Maria para substituir o que perecera, porque, dizia ela, Cachoeira não pode ficar sem capelão.

Mas, o fito principal d'êste artigo é narrar um fato que deixou muita gente da Catedral perplexa. Corria a primeira sexta-feira do mês. E numa das nossas unidades se encontrava um recruta que estava fazendo as nove primeiras sextas-feiras do mês. Tinha já realizado oito. Faltava-lhe, pois uma. E esta êle não podia, não queria perder, pois fizera tantos sacrifícios para chegar a êste estado. E sucedeu que justamente, naquele dia, estava de serviço. Não podia se afastar do quartel. De tarde, terminada a sua obrigação no quartel, sai. E vai até a Catedral. Lá encontra um sacerdote. Aproxima-se dêle. E fala: Padre, não poderia me dar a santa comunhão, pois me falta a nona primeira sexta-feira para completar a minha obrigação para com Deus.

— Mas, filho, está em jejum?  
— pergunta o sacerdote.

— Sim, meu padre. Não comi e não tomei nada até agora.

Os circunstantes que ouviram este diálogo ficaram admirados. Perplexos.

E o nosso pracinha recebeu o Pão dos Fortes, fazendo preces para que possa ser um bom soldado, para que Deus abençoe os entes queridos que se acham lá tão longe.

Com fervor, com devoção, procede tantos.

à ação de graças após a santa comunhão. E sai da Catedral, contente, disposto, porque pudera cumprir sua promessa.

Assim é o soldado brasileiro. Pronto para tudo. E dessas escolas de civismo e de formação militar, que são os quartéis, saíram, amanhã, homens de força de vontade, de caráter, como já saíram

**"A DEFESA NACIONAL"** recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmsas :

- A RENOVACÃO** — Magazim do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.
- BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA.** — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 53 — Fone: 43-9205.
- COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA.** — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.
- SERRARIA SANTO ANTONIO** — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracaju — Sergipe.
- MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA.** — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.
- DESTILARIA JUBUBA LTDA.** — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEK — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 26-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A.** — Rua Moraes e Silva, 30 — Rio de Janeiro.

## UM CAPITÃO HERÓICO

"Herói é aquele que se distingue pelo valor ou magnanimidade."

"Magnanimidade é grandeza de alma, generosidade; a magnanimidade é uma virtude cada vez mais rara."

Assim explicam os dicionaristas o significado da palavra "herói", lembrança que consideramos oportuna ao elevarmos nosso pensamento, nesse instante, para o saudoso Capitão Antônio Alvares da Silva, o expedicionário Frei Orlando, religioso da Ordem dos Franciscanos, fundada em 1209 por São Francisco de Assis.

Frei Orlando foi um religioso inspirado e um patriota exaltado como poucos.

Sabia ser humilde para com as crianças, para com os pobres, para com os fracos, mas como se elevava, como se agigantava quando se referia aos inimigos prepotentes de nossa Religião e de nossa Pátria!

E se Cristo — na sua suprema bondade — perdeu certa vez a paciência e compeliu vis mercadores a abandonarem o Templo de Seu Pai com vibrantes chicotadas, também não se podia censurar em Frei Orlando — que não era Deus — a veemência que usava no púlpito quando demonstrava a necessidade de combater os inimigos da Pátria.

Frei Orlando era um religioso inspirado, e qualquer dos seus ouvintes podiam sentir a força misteriosa dessa inspiração nos seus admiráveis sermões, pronunciados nos púlpitos do maravilhoso templo que é a Igreja de S. Francisco de Assis de São João del Rei!

E se Frei Orlando era um inspi-

rado, cujos sonhos proféticos, que nos contava nos sermões, eram depois confirmados pela imprensa mundial, isto significa que recebera do próprio Deus a inspiração de que deveria partir para a guerra, e, embora soubesse que marcharia para a morte quase certa, ele atendeu a essa inspiração e afrontou a trágica possibilidade, embora nada a isso o obrigasse; nesse desprendimento, nessa generosidade, nessa grandeza da alma admira-se o heroísmo de Frei Orlando.

O Regimento Tiradentes, de sua querida São João del Rei, é eleito Unidade-Expedicionária e parte para a Europa. Frei Orlando sente que não pode deixar partir sozinho aqueles que ele tanto animara e segue com eles para a guerra, para a mais furiosa e cruenta guerra de todos os tempos!

Já no teatro de operações bélicas do Velho Mundo, impellido pelas mesmas razões que o levaram a cruzar extensos mares infestados de submarinos, Frei Orlando deseja levar o conforto espiritual da Religião Católica Romana até às próprias linhas de fogo e se encaminha corajosamente para as trincheiras, devidamente autorizado pelo comando militar da tropa que operava naquele setor que procurava dissuadi-lo do caridoso porém arriscadíssimo intento.

Embora seus assistidos estivessem numa zona perigosa, em pleno combate, Frei Orlando avança desassombadamente para o cumprimento de sua sagrada missão.

No caminho, sofre um acidente fatal e morre em dez segundos, ferido por bala de fuzil, empunhando

o santo Rosário e rezando uma Ave-Maria!

Frei Orlando morreu em combate, pode-se dizer, pois acha-se ao alcance das balas inimigas quando foi ferido de morte.

Ele não quis que seus soldados, que ele batizara e confessara em S. João del Rei, partissem sôzinhos, e partiu com eles!

Ele não quis que seus soldados, para quem pregara, morressem sôzinhos, e morreu como muitos deles!

E na hora da morte ele não se lamentou, mas morreu como um justo, como um estóico, aceitando a morte como um acontecimento vulgar, ele que gozava de ótima saúde, que possuía a verdadeira alegria de viver!

Assim morreu um herói que foi tão bom soldado da Pátria como já o era de Cristo e cuja memória jamais se apagará entre a família dos Franciscano, entre a família do Exército, entre a família dos brasileiros e entre a família dos são joanenses.

Sgt. ESAU DE ASSIS REPUBLICANO (Chefe da Estação RADIO PTK 5), anexa ao Regimento Tiradentes

## O RELATÓRIO DA COMPANHIA DOCS DE SANTOS DO EXERCÍCIO DE 1952

Acaba de ser divulgado o relatório da Companhia Docas de Santos, relativo ao exercício de 1952. Como sempre, trata-se de um documento minucioso das atividades da concessionária do maior porto brasileiro no ano próximo findo, enumerando a movimentação das mercadorias em tráfego que atingiu a 6.986.087 toneladas, bem como obras realizadas, como sejam conclusão de um trecho de cais e início de outro, fundações para dois novos edifícios, construção de tanques de óleo combustível, de linhas férreas, de células para recebimento de trigo, remodelação dos antigos guindastes de pórtico, aterros, drenagens, calçamento, canalização de água, esgoto, atualização da usina geradora de Itatinga, e muitos outros empreendimentos de real valor. Assinala ainda o relatório que prossegue o programa de obras novas e aquisições, tendo sido estudada uma nova relação-programa estimada em mais de 600 milhões de cruzeiros e na qual não se inclui, aliás, a soma correspondente a que está em execução. Nada menos de 3.765 embarcações, mais 15 do que no ano anterior, passaram em 1952 pelo porto de Santos, e isso dá uma idéia da importância do tráfego comercial que a empresa concessionária ali controla, observando rigorosamente as suas obrigações contratuais. Por fim, o relatório, que está destinado à melhor repercussão nos círculos econômicos e financeiros do país, dá conta da homenagem prestada à memória do Dr. Oscar Meinschenk, grande engenheiro, um dos maiores colaboradores da Companhia, cuja herma foi inaugurada para perpetuar seu nome íntegro dentro das oficinas, onde deixou exemplos de trabalho, honradez e espírito público.

## NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTTSCH

### ● Estrada de Ferro Brasil-Bolívia

Dos 650 km dessa ferrovia, já foram construídos 550. E já foi completada a terraplanagem de 90 km dos 100 quilômetros restantes. Muito contribuíram para a parte já concluída, os trilhos de Volta Redonda. (Da Mensagem Presidencial).

### ● Petróleo boliviano

A Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudos de Petróleo, em 1952, logrou determinar a quinquagésima estrutura petrolífera subandina, nos 3 milhões de hectares da área delimitada geograficamente para a exploração. Efetuada a compra de equipamentos de sondagem, serão abertos os primeiros poços pioneiros. (Da Mensagem Presidencial).

### ● Política econômico-financeira

Os problemas do País são grandes e para eles o Governo está atento e atuante, voltado para a melhoria mais rápida das condições de vida do nosso povo. Mas o Brasil está progredindo a olhos vistos, segundo o mostram os mais insuspeitos e autorizados observadores internacionais, comparando nosso desenvolvimento com o de

outros países semelhantes do mundo. Haja vista a Comissão Econômica para a América Latina, da ONU. (Da Mensagem Presidencial).

### ● Reservas ouro

Em fins do ano passado, as reservas ouro pertencentes ao Tesouro Nacional somavam 284,5 toneladas, no valor de Cr\$..... 6.484.871.277,30. (Da Mensagem Presidencial).

### ● Produção mineral

O consumo nacional de aço bruto, em 1952, atingiu cerca de 1.250.000 ton., contra apenas 70.000, em 1930 e o de cimento alcançou 2.440.000 ton., contra 480.000, em 1930. O consumo per capita passou, assim, de 2,1 kg, em 1930, para 22,9, em 1952, quanto ao aço, e de 13,7 para 44,5, quanto ao cimento. (Da Mensagem Presidencial).

### ● Transporte ferroviário

A rede ferroviária nacional alcança a cifra de 36.845 km. Continua a construção de mais 1.971 km, dos quais 255 km já tiveram a preparação do leito concluída, assentando-se trilhos em 48 km. Trabalha-se, atualmente, em 22

trechos, diferentes, em todo o país, esperando-se inaugurar, em 1953, cerca de 250 km de linhas.

Durante o exercício, as estradas de ferro de propriedade da União receberam 3.725 toneladas de trilhos, 100 vagões de carga, 30 gôndolas, 121 locomotivas de diferentes tipos e 9 carros elétricos. Foram encomendadas a fábricas nacionais e estrangeiras mais 86 locomotivas diversas. (Da Mensagem Presidencial).

### • Transporte rodoviário

Foi muito grande o progresso do transporte coletivo rodoviário. Nas 162 linhas autorizadas trafegaram, em 1952, cerca de 20 milhões de passageiros. Nalgumas rodovias, o tráfego alcançou níveis surpreendentes: 7.000 veículos diários na Rio-Petrópolis, 4.900 na Rio-São Paulo e 728 na Rio-Bahia.

A arrecadação do "Fundo Rodoviário Nacional" montou a cerca de 2 bilhões e 167 milhões de cruzeiros, dos quais 1 bilhão e 300 milhões foram entregues aos Estados e Municípios. (Da Mensagem Presidencial).

### • Transporte aéreo

Durante o ano, as companhias nacionais voaram 382.000 horas, percorrendo 90 milhões de quilômetros e transportando 77 milhões de quilos de passageiros, carga, bagagem e correspondência. (Da Mensagem Presidencial).

### • Energia elétrica

Aumentou de 9 % a produção nacional de energia elétrica, de 1951 para 1952, alcançando perto de 9,4 bilhões de kw h. (Da Mensagem Presidencial).

### • População

Segundo cálculos realizados pelo Laboratório de Estatística do I.B.G.E., a população do Brasil, a 31 de dezembro de 1952, deve-

ria exceder de 55 milhões de habitantes. (Da Mensagem Presidencial).

### • Alimentação e abastecimento

Antes de 1930 e na primeira metade da década iniciada naquele ano, eram tão precárias as condições de vida do povo brasileiro que nem se discutia o problema da qualidade de gêneros alimentícios disponíveis para as nossas populações. Nessa época, todos os que isonunham de alguns mil reis podiam comprar a carne que quisessem. O consumo médio anual de carne, por habitante, no Distrito Federal, estava em torno de 40 kg.

A economia brasileira era essencialmente agrícola e a renda nacional, como em todos os países de estrutura econômica semelhante, muito baixa.

Com o esforço de industrialização e o progresso observados de então para cá, e com a conseqüente passagem de uma economia agrícola para uma economia, a esta altura, já de predominância industrial, a renda e o nível de vida das populações, principalmente as urbanas, têm melhorado aos saltos e, como teria fatalmente de acontecer, iniciou-se uma verdadeira revolução nos hábitos alimentares de nosso povo, que passou a ter exigências qualitativas, em vez de simplesmente quantitativas em matéria de alimentos.

É inteiramente falso pensar que, em valor real, quer em volume, tenha diminuído a produção agrícola do País. Ao contrário, a despeito da anormal estiagem dos dois últimos anos, essa produção aumentou em 14 %, de 1951 para 1952, em volume, sendo que, em relação aos gêneros alimentícios, o aumento foi de 10 %, enquanto a população crescia de 2,4 %.

No conjunto, pois, o suprimento de produtos alimentares tem melhorado, quer quantitativa, quer qualitativamente. O crescimento

da quota de proteínas pode ser exemplificado pelo aumento do consumo de carne no Distrito Federal, de 40 kg. em 1930, para 50 kg. em 1952. A verdade indiscutível é que a capacidade de compra e, em última análise, o nível de vida das nossas populações tem subido. Aliás, todos os índices sociais disponíveis vêm revelando esta verdade indiscutível. O aumento da população do Brasil que, no período de 1920-1940 foi de 35 %, ou 1,7 % por ano, no período de 1940-1950 foi de 26,7 %, ou 2,4 %, ano a ano. A mortalidade geral que, no Distrito Federal, antes de 1930, flutuava em torno de 20, atingiu 12,3 em 1951 — mais baixa do que a de Londres que, para o mesmo ano, foi de 13,1 e do que a de Moritvidéu, que foi de 13,8. Tam-

bém tem decrescido de modo notável a mortalidade pela tuberculose e a mortalidade infantil, dois índices barômetros das condições econômico sociais das populações.

A vida média provável, que oscilava, em 1940, no Distrito Federal, em torno de 42 anos, passou para 53 anos e a idade média de morte, que era de 31 anos, passou para 37.

Não é só em relação ao Distrito Federal que tal progresso se tem verificado. Todo o Brasil revela semelhantes condições de melhoria. A composição da dieta de toda a massa da população brasileira tem-se modificado para melhor e foi este fato que primordialmente permitiu o notável crescimento da população nacional na década 1940-1950. (Da Mensagem Presidencial).

## COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

A Companhia Siderúrgica Nacional, adotando uma política de aumento gradativo dos seus níveis de produção, superou no ano de 1952 os seus próprios "records", conseguindo aumentar a produtividade nos diversos setores que compõem o quadro geral da organização segundo revelou o seu relatório divulgado no "Diário Oficial".

De acordo com os programas de expansão com o decorrer do tempo necessário à sua realização, o seu sistema industrial tornará ainda mais flexível a sua adaptabilidade às circunstâncias do mercado.

Assim a Usina de Volta Redonda operou todas as suas unidades durante o ano de 1952, obtendo apreciável aumento de produtividade, em relação ao ano anterior, nas produções de coque, gusa e aço.

Com efeito, a produção de 300.348 toneladas de coque conseguida em 1952 representa um aumento de 5,2 por cento em relação à produção computada no ano anterior que atingiu, apenas, 285.604 toneladas.

Quanto ao gusa básico, o total de 358.979 toneladas obtido em 1952 representa um aumento de 4,9 por cento, com respeito à produção de 1951.

A produção de aço em lingotes, registrando o apreciável índice de 478.234 toneladas constitui um aumento de 2,4 por cento, em confronto com o ano anterior.

Por outro lado, a produção dos sub-produtos da coqueria, resultantes da transformação do carvão em coque, demonstrou expressivo crescimento e as produções de 3.416.517 litros de benzol, 569.582 litros de toluol, 12.019.195 litros de alcatrão para estradas e 4.049.514 quilogramas de sulfato de amônio revelam, eloquentemente esse fato.

Outros sub-produtos, como água amoniacal, nafta solvente, naftaleno bruto, óleo antragênico, óleo creosotado, óleo desinfetante, piche e xilol, de aplicações as mais diversas nas indústrias químicas, foram produzidos, em condições satisfatórias, do ponto de vista econômico.

Considerando o fato de que esse acréscimo de produtividade não decorreu da adição de novas unidades de trabalho, nem de fatores de mecanização, pois o equipamento utilizado em 1952 foi o mesmo disponível em 1951, há motivos para atribuir esses "records" à melhoria dos padrões

de eficiência, da qualificação do pessoal técnico, e aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.

O total de 459.014 toneladas de lingotes de aço alcançado em 1952 representa, efetivamente, apreciável evolução no sistema produtivo nesse setor da Usina.

Só em aço para trilhos a Aciaria produziu 104.500 toneladas.

No setor da produção de laminados registrou-se um aumento de 84,4 por cento na fabricação de trilhos e acessórios em face da necessidade de atender-se aos programas de reequipamento das nossas ferrovias empreendidos pelo Governo.

As pequenas reduções observadas nas produções de barras e perfilados, chapas finas a quente, chapas galvanizadas e folhas de flandres, devem-se a esse fato, isto é, aos compromissos assumidos pela empresa para o aceleramento da produção de trilhos e acessórios, conforme as determinações do governo.

Todavia, a produção geral de laminados registrou um aumento de 5,1 % sobre a produção anterior.

#### VALOR DA PRODUÇÃO

O valor das vendas efetuadas pela Companhia durante o ano de 1952 atingiu a importância de Cr\$ 1.663.999.627,10 que indica o expressivo volume das operações comerciais efetuadas.

Desse total, 88,68 % foram obtidos pela venda de produtos de aço.

A percentagem restante distribuiu-se entre as vendas de carvão, subprodutos do carvão e energia elétrica.

Dentre os subprodutos da coqueria, o que proporcionou maior parcela de vendas foi o benzol.

A praça do Estado de São Paulo absorveu 46,25 % dos produtos de aço, a do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro 38,07 %. O restante foi absorvido pelas demais praças do país com 8,7 % para os três Estados sulinos e 3,24 % para os três Estados centrais.

A não ser a venda de 200 toneladas de naftaleno bruto para os Estados Unidos da América, toda a produção, tanto de aço, como a de subprodutos da coqueria foi consumida pelo mercado nacional.

O êxito técnico que se caracterizou pelo grande aumento de produção reflete-se num lucro líquido de pouca mais de 240 milhões de cruzeiros, mais dez milhões e meio do que o ano passado.

Enquanto trabalhou desta maneira, Volta Redonda teve no ano passado os olhos no futuro, iniciando vigorosamente os trabalhos de seu programa de primeira expansão, que elevarão a produção a 710.000 toneladas de lingotes de aço por ano, e concluiu os estudos para o plano maior, o chamado Plano do Milhão, porque visa a produção de um milhão de toneladas de aço por ano.

Espera-se para julho próximo a inauguração do Alto Forno n. 2 de Volta Redonda, devendo estar pronto todo o novo equipamento até o fim do ano. Então Volta Redonda começará a executar o referido Plano do Milhão.

#### INVULGAR DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Creceu também a Cidade do Aço. Ampliando o seu programa de serviços sociais, que constitui uma das partes mais valiosas do êxito de Volta Redonda, a C.S.N. construiu mais de quatrocentas casas para operários e realizou valiosos trabalhos urbanos, ao tempo em que se dedicou a duas obras realmente invulgares, que são o novo hospital de 140 leitos, com sete ambulatórios e todas as clínicas, além do serviço de emergência e clínica especial para senhoras, o maior da região; e o Recreio do Trabalhador. Este constituir-se-á de um ginásio desportivo coberto, com capacidade para quatro mil pessoas, piscinas para adultos e crianças, campos de esporte, playground, ginásio escolar e edifício com salas de recreio, biblioteca, etc.

# Noticiário de Interesse Militar

## Ensino da guerra coreana

Foi publicado recentemente na França um livro denominado "Os Ensinos da Guerra da Coreia", da autoria de Camille Rougeron, que é um técnico em assuntos militares conhecido em todo o mundo.

Fazemos aqui um apanhado desses ensinamentos, tirando-os não do livro diretamente, mas do pequeno resumo aparecido na edição do "Le Figaro Littéraire" de dezembro passado.

Pergunta Camille Rougeron se há alguma coisa de comum entre um terceiro conflito mundial, cujas perspectivas aumentam todos os dias e os combates locais que estão sendo travados naquela pequena península asiática. O autor conclui que a campanha da Coreia constitui precisamente o início da terceira guerra mundial, a exemplo do que sucedeu com as campanhas da Polónia e da Finlândia em relação ao conflito desfechado por Hitler em setembro de 1939.

Isso faz que os técnicos militares estejam acompanhando com o máximo interesse o desenvolvimento da guerra coreana para verificar as novidades que o progresso das armas vai introduzindo na luta.

Camille Rougeron mostra-se espantado com as modificações já observadas na situação da Coreia, comparadamente com o que se passou no curso de toda a Segunda Guerra Mundial. O valor das armas e dos métodos que deram a vitória aos aliados sob a direção de Eisenhower é agora muito discutido.

Em primeiro lugar os carros de assalto, que têm diante de si dois poderosos inimigos: a Infantaria com as "bazocas" ou canhões sem recuo, e o aviador, cujos foguetes e bombas de "napalm" nada perdoam.

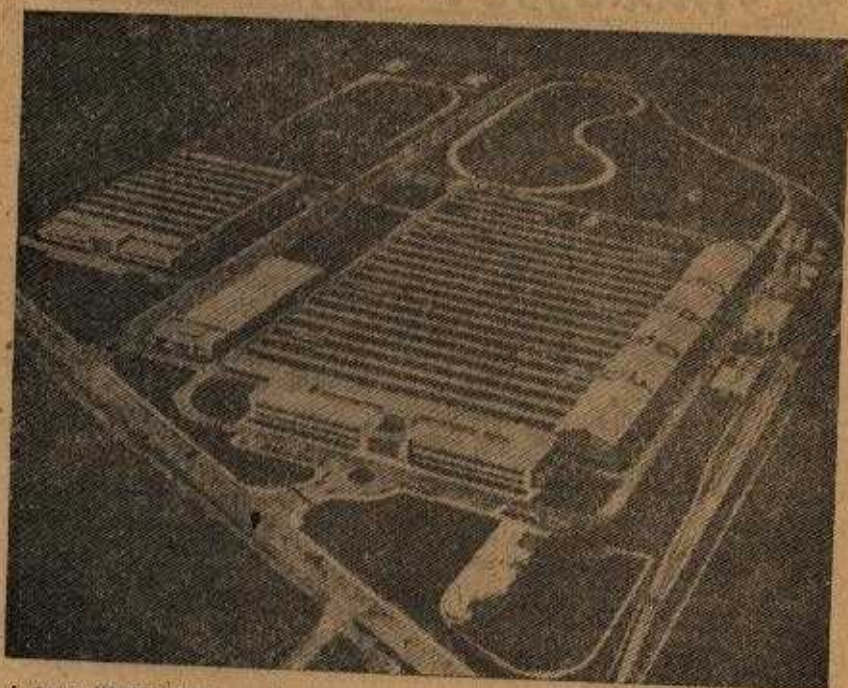
Vem depois a Artilharia, que se tornou demasiado vulnerável por ser também demasiado visível, ficando inutilizada porque as suas missões podem hoje ser cumpridas de maneira muito mais satisfatória e muito mais eficazmente por outras armas. A velha Artilharia é mais nociva do que vantajosa, por isso que o seu peso retarda a marcha das colunas e diminui assim a sua mobilidade.

Há ainda outra consideração que é a de que o papel de certas armas que pareciam secundárias, voltam ao primeiro plano. E Camille Rougeron enumera: a aviação tática, dominando tanto os objetivos imediatos do campo de batalha quanto as linhas de comunicação por onde afluem reforços e aprovisionamento; a aviação de transporte, modificando

dados estratégicos e acima de tudo a Infantaria, mais fluida e melhor armada do que nunca.

"O ensinamento mais evidente da Coreia, conclui Camille Rougeron, é a capacidade de resistência das forças terrestres, reduzidas ao mínimo de armamento diante do arsenal mais completo de materiais terrestres, aéreos e navais. E também que nada se pode tirar do material intermediário que não queiram abandonar aqueles que não conseguiram fabricar aquilo que pode substituí-lo".

Eis a breve notícia que a imprensa francesa dá do livro de Camille Rougeron, cuja atualidade e importância para a previsão do que será a guerra futura, não precisam ser encarecidas. (Da Imprensa).



A nova fábrica Ford, em S. Paulo, para montagem de carros. Produção diária: 125 veículos. Área da fábrica: 53 mil metros quadrados. Trata-se de um investimento no valor de 450 milhões de cruzeiros.

## Invenções navais da Inglaterra

A Marinha Real Britânica, com 500 navios e 140.000 homens, está colocada em segundo lugar no mundo como a força marítima mais poderosa. Oficiais e tripulantes constantemente apresentam novas idéias, e prêmios especiais são concedidos às melhores sugestões.

Entre as mais recentes invenções navais britânicas, que estão sendo partilhadas com os Estados Unidos, e vice-versa, figuram o deck de aterrissagem em diagonal, para os porta-aviões; uma arma secreta anti-submarina e um novo sistema de reabastecimento em voo.

# ATOS OFICIAIS

**Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,  
publicados no mês de abril de 1953**

**LEI N. 1.832 — DE 2 DE ABRIL  
DE 1953**

Torna extensivos a Capitães Médicos e Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2ª classe do Exército, bem como aos do Exército de 2ª Linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do art. 6º da Lei n. 1.125, de 7 de junho de 1950

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. São extensivos aos Capitães Médicos e Oficiais Subalternos Médicos da Reserva de 2ª Classe do Exército, bem como aos do Exército de 2ª Linha, convocados no decorrer da última guerra, as disposições constantes do art. 6º da Lei n. 1.125, de 7 de junho de 1950.

Parágrafo único. Os 2ºs Tenentes Médicos, beneficiados pela presente Lei, serão promovidos ao posto de 1º Tenente Médico e incluídos no Quadro de Oficiais Médicos da Ativa, de conformidade com o critério estabelecido pela alínea a), do art. 6º da Lei n. 1.125, de 7 de junho de 1950.

Art. 2º. Os Oficiais Médicos da Reserva de 2ª Classe, nas condições previstas na presente Lei, que tiverem atingido ou ultrapassado a idade limite para permanência no serviço ativo, não serão incluídos no Quadro de Médicos, sendo-lhes assegurada permanência no serviço ativo até a idade de 58 anos, na forma prevista no Decreto-lei nú-

mero 9.674, de 29 de agosto de 1946.

Parágrafo único. Esses Oficiais terão acesso até o posto de Major, desde que satisfaçam as condições previstas em lei, mediante proposta da Diretoria de Saúde do Exército, na forma prevista no art. 4º do Decreto-lei n. 9.674, de 29 de agosto de 1946.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1953; 132ª da Independência e 65ª da República.

GETULIO VARGAS.

*Thales de Azevedo Villas Boas.*

("Diário Oficial" de 8-IV-1953.)

\* \*

**AVISO N. 308 — EM 7 DE ABRIL  
DE 1953**

O Comandante do Regimento-Escola de Cavalaria consulta se cabe o exercício das funções de subcomandante (cargo privativo de Tenente-Coronel) ao Major que passou a ser o mais antigo do seu posto na Unidade, com a promoção a Tenente-Coronel do Major que vinha exercendo essas funções.

Em solução declaro :

a) ser legal o ato do Comandante do Regimento-Escola de Cavalaria, que manteve o Tenente-Coronel nas funções de subcomandante, as quais vinha exercendo

como Major, face ao determinado nos arts. 55 (n. 37, alínea d), (número 41) e 427 (n. 6) tudo do R-1 e arts. 10 e 13 (§ 1º) da L.M.Q. (Decreto-lei n. 7.039, de 1944) e parecer do Estado-Maior do Exército;

b) aprovar o parecer do Estado-Maior do Exército;

1) Que o oficial promovido é automaticamente excluído do Quadro funcional em que se encontrava (Q.O., Q.S.G., Q.E.M.E., etc.);

2) que, entretanto, o oficial promovido deverá ser mantido adido, como se efetivo fôsse, no cargo que se encontrava, ou no que lhe venha a competir, desde que não haja incompatibilidade hierárquica, até nova movimentação.

\* \*

#### AVISO N. 309 — EM 7 DE ABRIL DE 1953

A tabela de distribuição de fardamento para a Escola de Sargentos das Armas, aprovada por despacho ministerial de 9-I-953, fica acrescida de um cinto de couro castanho com fivela de metal para uso com a túnica de brim v.o.

("Diário Oficial" de 8-IV-953.)

\* \*

#### AVISO N. 66-C.O. — EM 31 DE MARÇO DE 1953

Ao Exmo. Sr. Gen. Diretor Geral de Intendência, por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que anulo a distribuição de quantitativo de Cr\$ 2.400.000,00 atribuído à Diretoria Geral de Saúde, por Ofício-Despacho n. 3-C.O., de 27-II-953, à conta da S/c. 28-01-02 — Vestuários, etc., da Verba 2, e concedo a referida importância às Unidades abaixo na seguinte proporção:

|                                    | Cr\$       |
|------------------------------------|------------|
| Hospital Central do Exército ..... | 500.000,00 |

|                                              | Cr\$       |
|----------------------------------------------|------------|
| Hospital Militar de Juiz de Fora .....       | 65.000,00  |
| Hospital Militar de Salvador .....           | 35.000,00  |
| Hospital Militar de Recife .....             | 80.000,00  |
| Hospital Militar de Belém .....              | 65.000,00  |
| Hospital Militar de Campo Grande .....       | 80.000,00  |
| Hospital Militar de Fortaleza .....          | 35.000,00  |
| Hospital Militar de Natal .....              | 35.000,00  |
| Hospital Militar de Guar. V. Militar .....   | 20.000,00  |
| Hospital Militar de São Paulo .....          | 240.000,00 |
| Hospital Militar de Curitiba .....           | 240.000,00 |
| Hospital Militar de Porto Alegre .....       | 290.000,00 |
| Hospital Militar de Santa Maria .....        | 175.000,00 |
| Hospital Militar de Bagé .....               | 60.000,00  |
| Hospital Militar de Santo Ângelo .....       | 30.000,00  |
| Hospital Militar de Santiago .....           | 30.000,00  |
| Hospital Militar de Florianópolis .....      | 25.000,00  |
| Hospital Militar de Livramento .....         | 35.000,00  |
| Hospital Militar de Uruguaiana .....         | 35.000,00  |
| Hospital Militar de Cruz Alta .....          | 60.000,00  |
| Hospital Militar de Alegrete .....           | 35.000,00  |
| Hospital Militar de São Gabriel .....        | 30.000,00  |
| Hospital Militar de Cachoeira .....          | 30.000,00  |
| Hospital de Convalescentes de Itatiaia ..... | 20.000,00  |
| Sanatório Militar de Itatiaia .....          | 150.000,00 |

Ditas importâncias serão entregues pelos E.F. das Regiões interessadas, sob o regime trimestral.

("Diário Oficial" de 13-IV-953.)

# LEI N. 1.842 — DE 13 DE ABRIL DE 1953

Dispõe e fixa normas para a prestação do serviço militar, pelos médicos, farmacêuticos e dentistas e pelos estudantes de medicina, farmácia e Odontologia

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Os médicos, farmacêuticos e dentistas, a partir da presente data, prestarão o serviço militar, a que estiverem obrigados por lei, exclusivamente nos Serviços de Saúde das Forças Armadas.

Art. 2º. Os estudantes de medicina, farmácia e odontologia, ao serem convocados para o serviço militar, prestá-lo-ão na forma estabelecida pelo Título I desta Lei.

("Diário Oficial" de 13-IV-53.)

\* \* \*

# LEI N. 1.841 — DE 13 DE ABRIL DE 1953

Faculta ao Ministro da Guerra promover o estágio em Corpos de Tropa e Estabelecimentos do Exército, de Oficiais subalternos, médicos da Reserva de 2ª classe

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. É facultado ao Ministro da Guerra, para atender às necessidades do serviço e atividades em tempo de paz, conceder estágio em corpos de tropa e estabelecimentos do exército, até o limite dos claros existentes no Quadro de Oficiais Médicos do Serviço de Saúde, aos Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2ª classe que o requieram, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. É facultado ao Ministro da Guerra, até o limite dos claros que não hajam sido preenchidos nos termos do artigo anterior, após 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação desta Lei, convocar Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2ª classe, para

a prestação de estágio de serviço de que trata o mencionado artigo.

Parágrafo único. Para as convocações que venham a ser feitas sem obediência ao presente artigo, serão estabelecidas, pelo Ministro da Guerra, condições de preferência que tenham por base :

- a) a idade;
- b) o estado civil;
- c) os encargos de família;
- d) a aptidão física.

Art. 3º. O estágio de serviço de que tratam os artigos anteriores será tanto quanto possível de caráter local e terá a duração máxima de 1 (um) ano, podendo, contudo, ser prorrogado por solicitação do oficial estagiário, voluntário ou convocado, mediante parecer favorável da Diretoria de Saúde do Exército.

Art. 4º. É facultado ao Ministro da Guerra, para execução desta Lei, até o limite das necessidades, transferir, para o Quadro de Oficiais Médicos da Reserva de 2ª classe, os oficiais das Armas da Reserva de 2ª Classe que hajam sido, ou venham a ser diplomados em medicina por escolas oficiais ou reconhecidas.

Art. 5º. Serão promovidos ao posto de 1º Tenente Médico da Reserva de 2ª Classe, no ato da sua inclusão como Oficiais estagiários, todos os 2ºs Tenentes Médicos da Reserva de 2ª Classe que venham a ser admitidos, ou convocados, para o estágio de serviço de que trata a presente Lei.

Art. 6º. Aos Oficiais Médicos da Reserva de 2ª Classe admitidos ou convocados em obediência à presente Lei, serão assegurados, no decorrer dos respectivos estágios, os vencimentos do posto e as vantagens previstas em Lei, para as funções que venham a exercer.

Art. 7º. Aos Oficiais Médicos que hajam sido admitidos ou convocados nos termos da presente Lei, será facultado o ingresso na Escola de Saúde do Exército, independentemente de concurso, preenchidas, porém, as seguintes condições :

- a) parecer favorável da Diretoria de Saúde do Exército;

b) aptidão física para o ofício da ativa, comprovada em inspeção de saúde.

Art. 8º. O Ministério da Guerra expedirá instruções para a aplicação da presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação

revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1953 : 132ª da Independência e 65ª da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrc Espirito Santo Cardoso.

("Diário Oficial" de 16-IV-1953.)

## PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A Defesa Nacional" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de maio do corrente ano :

### a) *Do exterior :*

Argentina — Revista del Suboficial.

Espanha — "Ejército", revista ilustrada de las armas y servicios.

— "Revista de la oficialidad" (apêndice da Revista Ejército).

— "Guion", revista de los mandos subalternos.

França — Revue de Defense Nationale.

— Revue Militaire d'Information.

— Revue des Forces Aér. Franc.

Portugal — Revista Militar.

— Revista da Cavalaria.

U.S.A. — Military Review.

— Rev. Aérea Latino Americana.

Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

### b) *Nacionais :*

"Conjuntura Econômica", da Fund. Getúlio Vargas.

"Comércio Internacional", do Banco do Brasil.

"Digesto Econômico", da Assoc. Com. de S. Paulo.

"Militia", da Força Pública do Est. de S. Paulo.

"Itamaraty" — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.

"Rev. Brasileira de Geografia", do I.B.G.E.

"Boletim de Informações", da Conf. Nac. de Ind.

"Rodovia" — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.

## COLABORAM NESTE NÚMERO :

Sr. Afonso de E. Taunay.  
Padre J. Busato.  
Sr. Roberto Pinto de Souza.  
General Raul Silveira de Mello.  
Coronel A. Castella Branco.  
Coronel Arnold Ramos de Castro.  
Coronel Eulo Garcia.  
Coronel Newton F. do Nascimento.  
Ten.-Cel. Cesar Neves.  
Ten.-Cel. Floriano Möller.  
Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.  
Maj. Carlos Fontoura.  
Maj. J. C. Cavalcanti.  
Maj. Heráclides Nelson.  
Maj. Luis Wiedmann.  
Cap. Alfredo Amaral.  
Cap. Octavio Costa.  
Cap. Octavio Velho.  
Cap. O. Domingues.  
1º Ten. José Ramalho.  
2º Ten. Antônio Sollêro.  
Sarg. E. Republicano.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.  
IMPRENSA MILITAR  
RIO DE JANEIRO — 1953